

# TEXTOS



**80 anos**

**do 18 de Janeiro de 1934**

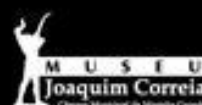
# FIGURAS DO 18 DE JANEIRO DE 1934

MUSEU JOAQUIM CORREIA



Exposição de um conjunto de fichas de registo de alguns dos operários da Marinha Grande presos e condenados pelo Tribunal Militar Especial, no seguimento da insurreição nacional de 18 de janeiro de 1934, procedentes do livro de Registo Geral de Presos da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado - PVDE/PIDE.

18 JAN A 09 FEV 2013 . MARINHA GRANDE





*Estão aqui reunidos alguns textos-base que circulam na Internet e que ajudam a compreender o que esteve na origem, como se desenrolou e quais as consequências e os debates em torno do 18 de Janeiro de 1934, uma greve geral insurreccional convocada, em conjunto, pela CGT anarco-sindicalista, os sindicatos socialistas, a tendência comunista e alguns sindicatos independentes. Por diversas razões a greve não teve a adesão pretendida e foi alvo de uma brutal repressão, o que fez com que esta data marcasse também o declínio do movimento sindical autónomo e anarco-sindicalista em Portugal.*

*Alguns destes textos são de reputados investigadores, outros têm um carácter mais jornalístico, outros ainda mais militantes, mas todos ajudam a conhecer melhor e a enquadrar numa forma mais global o que efectivamente foi o 18 de Janeiro de 1934, para além da mera propaganda.*

*Um grupo de anarco-sindicalistas*

**18 de Janeiro de 1934: muito mais do que a Marinha Grande**

Colectivo Libertário de Évora

**18 de Janeiro de 1934**

Irene Pimentel

**Como a verdade ressalta**

Texto Colectivo (O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes)

**A C.G.T., os chefes bolchevistas e o movimento de 18 de Janeiro**

Redacção de “A Batalha” (Abril de 1934)

**O 18 de Janeiro: uma proposta de releitura**

Maria de Fátima Patriarca

**Cercados e Perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos  
do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938)**

Paulo Guimarães

**O 18 de Janeiro de 1934 em Coimbra**

Irene Pimentel

**O 18 de Janeiro em Silves**

Alfredo Canana

**O 18 de Janeiro em Almada**

Luís Alves Milheiro.

**18 de Janeiro de 1934; 80 anos da Greve Insurreccional contra o Fascismo**

AIT/SP



# 18 DE JANEIRO DE 1934: MUITO MAIS DO QUE A MARINHA GRANDE

*Comemora-se este ano o 80º aniversário do 18 de Janeiro de 1934, um movimento grevista, de carácter insurreccional, convocado pelo movimento sindical para protestar contra a fascização dos sindicatos e tendo em vista o derrube do regime fascista. O movimento fracassou e não teve a adesão esperada, apesar de em diversas localidades os trabalhadores terem feito ouvir a sua voz e o seu protesto. Marinha Grande, Almada, Silves... foram alguns desses locais que ficaram simbolicamente no imaginário revolucionário português.*

Com o fascismo já implantado em Portugal, a publicação do “Estatuto do Trabalho Nacional e Organização dos Sindicatos Nacionais”, em Setembro de 1933 (com efeitos a partir de Janeiro de 1934) foi a gota que fez transbordar o movimento sindical.

Com a nova legislação acabavam os sindicatos livres, colocando-os sob a tutela do Estado. A CGT anarco-sindicalista propõe uma greve geral revolucionária aos outros sectores oposicionistas que se movimentavam no meio sindical – à Federação das Associações Operárias de Lisboa (socialista), à Comissão Intersindical (comunista) e aos sindicatos autónomos.

Grande parte da direcção do movimento e do fornecimento de bombas e outro material ficou nas mãos da CGT.

Nas véspera de 18 de Janeiro um elemento do PCP (na altura, um partido claramente *putchista* e com pouca influência entre os trabalhadores) fez explodir uma bomba na estrada de Chelas, sem objectivo aparente e, mais tarde, nessa madrugada, um levantamento da linha férrea perto de Santa Iria da Azóia provocou o descarrilamento de um comboio. (1)

Dias antes, a 15 de Janeiro, tinha sido preso Mário Castelhana, coordenador da CGT, profundamente empenhado na direcção da greve, devido a uma denúncia de alguém que nunca se conseguiu identificar(1).

Custódio da Costa, do Sindicato dos Manipuladores de Pão, que ficara encarregue de fazer explodir uma bomba na Senhora do Monte (Graça) em Lisboa, para anunciar o início do movimento aos vários grupos sediados na capital, suspende a acção, agendada para a madrugada do dia 18, numa altura em que o Governo e a polícia já estavam de sobreaviso e na posse de informações sobre a eclosão do movimento.

Em Lisboa, no entanto, há vários grupos de trabalhadores que avançam para as tarefas que lhes competiam, mas a polícia já está na rua e, em termos gerais, a greve geral tem pouca adesão na cidade, ao mesmo tempo que, durante todo o dia são presos centenas de activistas e militantes.

A greve geral que inicialmente devia atingir todo o país é, a pouco e pouco, desmobilizada, ainda que, na manhã do dia 18, “registam-se sabotagens das comunicações telefónicas, nas máquinas da Fábrica de Material de Braço de Prata, paralisações de trabalho em várias áreas industriais e aglomerações de trabalhadores que começaram a ser dispersas pelas forças armadas. Em Coimbra, às 4,30 h. da manhã a cidade ficava sem luz e energia. Os transformadores e os compressores da central eléctrica foram inutilizados.

Na Marinha Grande, os trabalhadores dominam a povoação e submetem a força local da GNR para depois ainda resistirem ao ataque de fortes contingentes militares que foram sitiar e atacar. Em Almada, Setúbal, Cova da Piedade, Barreiro, Montijo e Vendas Novas (...). Em Leiria as comunicações são cortadas a sul e a norte da cidade. No Porto e em muitas localidades do país houve paralisações” (1)

Na imprensa fascista, de todos estes acontecimentos, no dia 19 de Janeiro, o mais relatado é o da Marinha Grande, onde o movimento insurreccional, limitado a pequenos grupos de militantes, durou um par de horas, servindo “às maravilhas” a propaganda do regime autoritário, mas poucas foram as notícias relativamente, por exemplo, a Almada, Barreiro ou Cacilhas, onde o movimento foi secundado por milhares de trabalhadores, o mesmo acontecendo em Silves onde a povoação esteve – aí sim – durante vários dias em “pé-de-guerra”.

Poucas semanas depois da eclosão do movimento o PCP publica uma nota onde refere que nos locais onde o movimento teve expressão “ele tinha seguido as orientações do partido”, a que a CGT responde com uma violenta nota na primeira edição da “Batalha” clandestina pós 18 de Janeiro (em Abril). Posteriormente, o PCP viria a desvalorizar o movimento grevista e insurreccional do 18 de Janeiro de 1934 (tendo mesmo Bento Gonçalves, na altura secretário-geral, considerado que foi “uma anarqueirada”) para depois o vir reivindicar, sobretudo devido ao facto de na Marinha Grande os comunistas terem na altura alguma implantação.

Esquecem, no entanto, que foi ali que o movimento teve características mais claramente *putchistas* e que, ao contrário de outras zonas do país, onde os anarco-sindicalistas eram quase hegemónicos, foi muito restrita a mobilização de trabalhadores e a sua adesão à greve geral.

Ao longo dos últimos anos diversos estudos têm ajudado a desmistificar a propaganda do PCP – que sempre visou combater e diminuir a acção anarco-sindicalista para se arrogar como “único defensor das classes trabalhadores”.

Apesar disso outros estudos embarcam na versão oficialista do PCP (como é o caso de uma tese divulgada por estes dias no Esquerda.Net em que apenas é valorizada no 18 de Janeiro a participação do PCP e, nomeadamente, os acontecimentos da Marinha Grande).

Polémicas à parte, o 18 de Janeiro assinala, no entanto, de forma clara, a última grande machadada sobre o movimento sindicalista revolucionário e autónomo, com a prisão de centenas de militantes, a sua deportação e a desarticulação da maioria das estruturas organizativas. A partir daqui fica o caminho aberto para a fascização dos sindicatos e o seu controlo pelo Estado Novo, mas também ao trabalho que dentro deles os comunistas começaram desde logo a fazer, praticando o “entrismo”, que levou posteriormente à criação da Intersindical Nacional, a actual CGTP, reformista e, muitas vezes, um mero apêndice da estratégia comunista.

a.

1) “O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes” – depoimento colectivo de intervenientes no movimento – Regra do Jogo, 1978

Aqui: <http://colectivolibertarioevora.wordpress.com/2014/01/13/18-de-janeiro-de-1934-muito-mais-do-que-a-marinha-grande/>





# 18 de Janeiro de 1934

## Irene Pimentel (\*)

Logo que chegou à chefia do poder, em 5 de Julho de 1932, António de Oliveira Salazar começou a elaborar a Constituição sobre a qual assentaria o seu novo regime, o Estado Novo. Após ser plebiscitado, o texto constitucional foi promulgado em Abril de 1933, no ano em que o novo regime salazarista criou a polícia política (PVDE) e o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e lançou as bases da legislação corporativa, que assentaria, depois da proibição das associações operárias, em Sindicatos Nacionais (SN) únicos e Grémios patronais todo-poderosos. Na luta contra o processo da chamada «fascização» dos sindicatos e num movimento de recusa de dissolução das organizações operárias nos SN e de formação de comités de base de luta por reivindicações económicas e liberdades políticas, ergueram-se os anarco-sindicalistas, os comunistas e alguns socialistas, respectivamente organizados na Confederação Geral do Trabalho (CGT), na Comissão Inter-Sindical (CIS) e na Federação das Associações Operárias (FAO), bem como elementos do Comité das Organizações Sindicais Autónomas (COSA).

No PCP, a linha de Bento Gonçalves e da direcção foi inicialmente de aproveitamento das assembleias-gerais que deveriam realizar-se para decidir da aprovação dos novos estatutos sindicais e aprovar moções de repúdio da nova legislação e dos sindicatos nacionais, gerando um movimento de massas que poderia vir a desembocar numa greve geral contra a «fascização dos sindicatos». O certo é que a tática do PCP teve pouca aceitação na própria CIS, dirigida por José de Sousa, que aderiu à tática da «greve geral insurreccional» e a partir de então os sindicalistas comunistas concentraram-se nos preparativos desta.

No processo de organização do movimento de resistência aos decretos sindicais do Estado Novo, revelar-se-ia assim dominante um projecto insurreccional, programado inicialmente pelos comunistas e anarquistas, organizados em Comités Sindicalistas Revolucionários (CSR), em conjunção com forças reviralhistas. Mas logo em Novembro de 1933, a PVDE conseguiu prender e deportar Sarmento de Beires e outros reviralhistas, participantes numa tentativa falhada de intentona que deveria coincidir com a «greve geral revolucionária», que após conhecer sucessivos adiamentos devido à repressão, foi marcada para 18 de Janeiro de 1934.

A polícia e o governo comportaram-se como se desejassem que o movimento deflagra-se para, em seguida, desmantelá-lo e reprimir os envolvidos. Parecendo estar ao corrente dos preparativos da «greve geral revolucionária» de 18 de Janeiro de 1934, a PVDE prendeu, na véspera, alguns dos principais dirigentes sindicalistas, entre os quais se contaram os anarco-sindicalistas Mário Castelhana e Acácio Tomás de Aquino e o reviralhista Carlos Vilhena, detido na madrugada desse dia. Em Lisboa, na noite de 17 para 18 de Janeiro, Salazar abandonou a sua residência, acolhendo-se, primeiro no Governo Civil e, em seguida, ao quartel de Caçadores 5, em Campolide, enquanto os pontos nevrálgicos da capital eram de imediato ocupados pelo Exército. As adesões à «greve geral» de dia 18 acabaram por se revelar reduzidas, registando-se paralisações e acções diversas em Lisboa, Coimbra, Leiria, Barreiro, Almada, Martingança, Silves, Sines, Vila Boim (Elvas), Algez-Tunes-Funcheira e na Marinha Grande.

Na noite de dia 17, em Lisboa, rebentou uma bomba no Poço do Bispo e foi cortado o caminho-de-ferro em Xabregas, ao mesmo tempo que explodiam duas bombas na central eléctrica de Coimbra, colocada por anarquistas. Só na Marinha Grande, onde as lutas anteriores dos vidreiros tinham criado um ambiente propício, se foi mais longe: sob o impulso do sindicato (onde predominavam os comunistas), grupos de operários ocuparam o posto da GNR, o edifício da Câmara Municipal e os CTT, proclamando o «soviete da Ma-

rinha Grande». Tropas vindas de Leiria tomariam conta da vila poucas horas depois, ficando-se «greve geral insurreccional» por aí, com o governo a aproveitar para intensificar a caça aos libertários e comunistas.

Após a PVDE ter desmantelado as movimentações operárias, Salazar propôs, ao Conselho de Ministros, no dia 19, diversas medidas repressivas e sanções para os envolvidos nas acções da véspera. Considerados como participantes num «acto revolucionário», todos os dirigentes mas também qualquer mero aderente do movimento foram «sujeitos aos tribunais especiais». Numa nota oficiosa, o governo avisou também que iria «reprimir eficazmente a propaganda e as ideias dissolventes e atentatórias da moral pública e da ordem, bem como «promover a demissão de funcionários públicos» civis e militares envolvidos. Dos acontecimentos de 18 de Janeiro, resultou também a decisão de o governo criar, no sul de Angola, junto à foz do Cunene, um campo para os responsáveis revolucionários, e a vontade de erguer uma colónia penal em Cabo Verde. Esta viria a ser criada em 1936 no Tarrafal, para onde seriam enviados, logo em Setembro desse ano, os principais dirigentes detidos nos acontecimentos de 18 de Janeiro de 1934<sup>[1]</sup>.

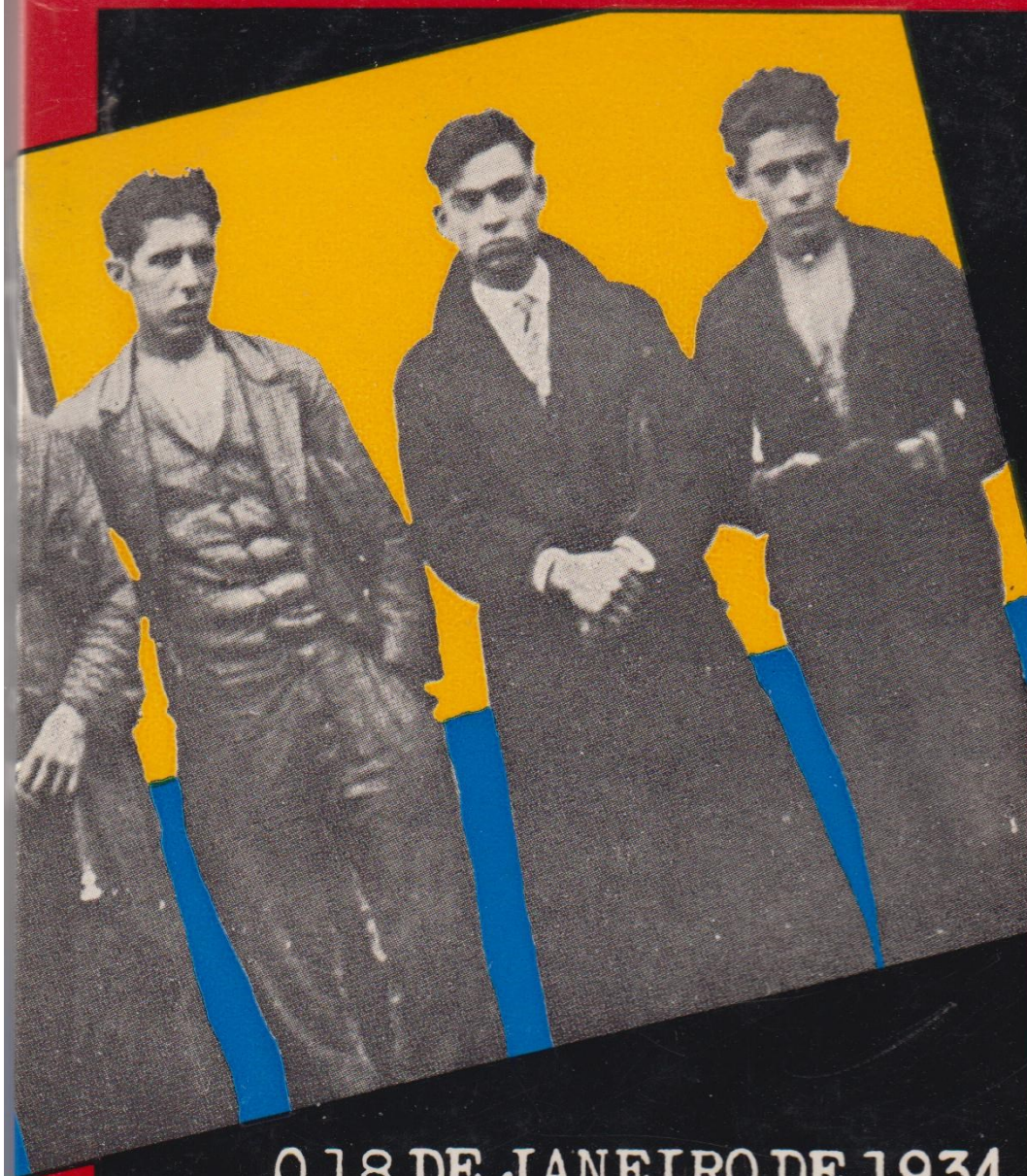
Nos dias subsequentes a 18 de Janeiro, houve porém um afrouxamento da censura e o governo não colocou limites à divulgação dos acontecimentos violentos da véspera. Pelo contrário, tudo fez para dar conta de um pretense clima insurreccional, potenciando o impacto das acções violentas, em detrimento das greves, com o objectivo de assustar a população e apelar ao seu repúdio pelos acontecimentos. Além disso, o governo foi atribuindo crescentemente a autoria dos acontecimentos ao PCP, omitindo a participação dos elementos dos antigos partidos, dos reviralhistas e dos anarco-sindicalistas. Por exemplo, depois de ter referido estes últimos como os organizadores da «greve revolucionária», o ministro do Interior Gomes Pereira já quase não os nomeou, na conferência de imprensa realizada por ele no dia 19 de Janeiro.

O «18 de Janeiro» marcaria uma ruptura histórica no movimento operário português e o fim de uma época. Em primeiro lugar, foi o fim de mais de meio século de um sindicalismo sempre perseguido mas livre. O fracasso dos acontecimentos de 18 de Janeiro de 1934 levaria também ao fim da hegemonia do anarco-sindicalismo no movimento operário e sindical português, devido à violenta repressão que desabou sobre a CGT e o movimento libertário, que revelaram grandes dificuldades de sobrevivência na clandestinidade. Mais apto em actuar nessas condições adversas e passando a partir de então a hegemonizar a oposição ao regime, o PCP também viria a sofrer uma mudança, abandonando gradualmente o seu carácter ainda «pré-leninista», muito marcado pela herança anarco-sindicalista e pela colagem ao reviralhismo.

Finalmente, a partir de então, a nível do regime salazarista, derrotados os anarco-sindicalistas e os reviralhistas à sua esquerda, e os nacionais-sindicalistas à sua direita, o Estado Novo erigiria os comunistas como seus principais inimigos. Efectivamente, após o desmantelamento do movimento revolucionário de 18 de Janeiro de 1934, Salazar introduziu, pela primeira vez no seu discurso, um novo elemento – o comunismo e o perigo comunista. Foi Franco Nogueira que o disse, ao acrescentar que, através desse discurso, o País compreendia que estava «perante uma nova opção: a ordem social existente ou uma ordem social» que a destruísse por inteiro. O certo é que esse novo tema foi lançado por Salazar, no final do próprio mês de Janeiro de 1934, numa sessão de apresentação da nova organização de juventude estatal, a Acção Escolar Vanguarda (AEV). Depois de avisar que o Estado Novo não reconhecia as «liberdade contra a Nação, contra o bem comum, contra a família contra a moral», afirmou, aos jovens, que constituiriam «a geração do resgate» de que haveria de «nascer o mundo novo», que o comunismo se havia convertido na «grande heresia da nossa idade».

---

[1] Entre os participantes no «18 de Janeiro de 1934», morreriam no campo de concentração do Tarrafal, Pedro Matos Filipe e Augusto Costa, em 1937, Arnaldo Simões Januário, em 1938, Casimiro Ferreira e Ernesto José Ribeiro, em 1941, Joaquim Montes, em 1943, Mário dos Santos Castelhana e Manuel Augusto da Costa, em 1945, bem como António Guerra, em 1948.



018 DE JANEIRO DE 1934  
e alguns antecedentes

depoimento colectivo de:  
ACÁCIO TOMAZ DE AQUINO, AMÉRICO  
MARTINS, CUSTÓDIO DA COSTA, JOSÉ  
FRANCISCO, MARCELINO MESQUITA E  
EMÍDIO SANTANA, que coligiu.



# Como a verdade ressalta

## *Texto Colectivo (\*)*

Com a prisão, julgamentos e deportação para o Tarrafal dos elementos que participaram no 18 de Janeiro e o período de intensa repressão que se seguiu e veio a agravar-se com a eclosão da guerra civil de Espanha, o acontecimento cobriu-se de esquecimento que se prolongou por quarenta anos.

Na altura o 18 de Janeiro veio a público apenas na versão dos comunicados oficiais e com os ataques da Imprensa. A verdade dos acontecimentos, dos seus objectivos e da sua organização e preparação ficou oculta.

Algum tempo mais tarde, de vez em quando, o partido comunista foi insinuando as suas versões do 18 de Janeiro, apropriando-as com a sua técnica stalinista de história controlada e pré-fabricada ao modo conveniente, à formação da auréola de «partido da resistência» que foram criando, até muito especialmente com a ajuda da propaganda reaccionária, do seu «papão comunista», ou na costumada expressão de Salazar insistindo no «perigo do comunismo internacional».

Necessariamente, para criar credibilidade e como base técnica da sua habitual propaganda, teriam de eliminar, denegrindo e insultando com o seu indispensável apodo de traidores, os homens e as organizações não comunistas que na verdade organizaram e sustentaram a luta, cujos méritos e feitos ainda não foram devidamente apreciados.

Bento Gonçalves, que nessa altura era o secretário-geral do partido comunista, construiu esse processo de adulteração histórica, anos depois e já na deportação, escrevendo um folheto intitulado «Duas Palavras», partindo dum ataque demolidor dos objectivos e acções do movimento, mistificando os factos e disfarçando uma acção reformista por certo calculada, embora numa aparência perfeitamente infantil, terminando por demegrir o movimento classificando-o de «pura anarquizada».

O partido comunista sob a sua chefia opunha-se ao 18 de Janeiro como movimento de greve geral revolucionária, como acção personalizada da organização sindical, porque afinal queriam converter todas as manifestações ao domínio do partido. Todavia, nessa altura, o partido não estava apto a exercer esse liderismo pois atravessava uma crise interna bastante profunda e confessa.

É Bento Gonçalves que nos diz: «No Partido o ambiente geral era de fuga para as acções isoladas. A maior parte dos camaradas de base do Partido, aliás cheios de denodo revolucionário e cuja sinceridade proletariana ninguém ainda pôs em dúvida, eram novos e desprovidos da mínima experiência sobre a actividade sindical e sobre os métodos sãos da táctica do movimento operário. No Comité Regional de Lisboa se criou a tendência geral para a acção directa. Em quase todos os outros sítios a situação era idêntica (...) E entretanto era absolutamente necessário vir a público para resolver a questão no interior do Partido, todas em quase todos os escalões pro essa duplicidade de táctica».

Ao escrever as «Duas Palavras» Bento Gonçalves teria de fazer derivar o imperativo da luta para hipóteses diferentes da greve geral que cobrissem a debilidade que estavam sofrendo, mas não só, para aproveitarem uma passagem suave a um sindicalismo corporativista no qual se instalassem sem dificuldades introduzindo a influência do partido. E define a posição: «Colocámo-nos no terreno da utilização das con-

dições legais. Qualquer forma de luta ilegal ainda aí nem sequer era frisada, nem mesmo subentendidamente. Dizíamos, em substância, que os sindicatos ainda se regiam pelo velho alvará (1). Era portanto necessário lutar sobre essa base. Convocar reuniões de assembleias gerais com o fim de levar os trabalhadores a votar contra o Estatuto do Trabalho Nacional. O que era preciso patentear bem alto e bem publicamente que os trabalhadores estavam contra a fascização dos Sindicatos, que continuavam a dispor do direito de organização independente»`.

Até ao 18 de Janeiro ninguém teve a idiotia de propor a realização de assembleias para impedir a fascização dos sindicatos; a ideia é divulgada mais tarde para dar a justificação da tal utilização das condições legais. Tal intenção seria simplesmente inexecutável, porque seria para a polícia a melhor forma de poder identificar quem se opunha à legislação fascista e de poder conhecer a movimentação em preparação.

Ao partido interessava a esterilização dos sindicatos enraizados nas tradições de luta dos trabalhadores e experimentados na sua autonomia em relação ao Estado, aos partidos e ao jogo parlamentarista. O estrangulamento e a subalternização dos sindicatos permitiria, como veio a permitir depois do 25 de Abril, que qualquer partido marxista ou similar pudesse liderar as classes trabalhadoras e integrá-las no sistema político e económico.

Noutro passo podemos ainda ler: “Dum modo geral, desde Setembro de 1933 até à data da eclosão do movimento, os militantes sindicais cristalizam-se em volta da preparação do movimento grevístico e sedicioso, mandando ao diabo a questão das assembleias e das formas de protesto público de massas contra as medidas eminentes».

Conclui-se que na cúpula do partido se optava por uma forma de protesto simbólica abrindo passagem à adaptação sindical. E prossegue: «Entre os trabalhadores do Estado parece que só o Sindicato do Pessoal do Arsenal de Marinha efectuou uma assembleia, aliás largamente assistida de reprovação do ENT. Porém, mesmo neste sindicato, ainda nos recordamos do trabalho e das imposições a militantes que foi necessário fazer para conseguir a convocação da tal assembleia.»

Bento Gonçalves foi operário do Arsenal da Marinha; é estranho que diga parece que só o Sindicato do Pessoal da Marinha (o sublinhado é nosso) e por outro lado recorde das imposições a militantes (o sublinhado é nosso) para conseguir a convocação. O que não é de crer que a assembleia fosse para reprovar o ENT. A polícia estava pronta para reprimir manifestações desse género, e o pessoal não arrostaria a desencadear ordens cominatórias da direcção militar do arsenal. Tentaria a direcção do sindicato evitar que lhe fosse aplicada a supressão do direito de sindicalização prevista para os funcionários do Estado?

Deduz-se das declarações de Bento Gonçalves:

a) Que o partido estava na altura desorganizado e que nas bases se optava de preferência por uma acção revolucionária que a chfia condenava;

b) Que a cúpula do partido optava por uma acção legal que seria, naturalmente, pela aceitação da estatização dos sindicatos onde os quadros do partido se infiltrariam, facilmente acomodados ao estilo burocrático e centralista das direcções sindicais;

c) Que o partido estava em oposição a toda e qualquer acção revolucionária, preparando-se para a infiltração.

Confirma o que noutro passo escreveu: “Sobre a base desta dupla apreciação nós trazíamos todas as condições para empreender uma viragem de harmonia com o VII Congresso (2): a) os efectivos dos sindicatos ilegais deviam ser incorporados no partido; b) o centro do trabalho sindical devia deslocar-se para dentro dos sindicatos nacionais c) a unidade sindical (...) sobre a base da utilização de todas as possibilidades legais, interiores e exteriores ao sindicato nacional».

Confrontando as declarações de José Gregório num relatório tantas vezes evocado pelas várias seitas marxistas com as declarações de Bento Gonçalves, torna-se evidente a contradição.

Escreve José Gregório: «O Partido nomeou um comité para preparar e dirigir o movimento debaixo da

seguinte orientação: Para que os operários pudessem alcançar a satisfação das suas aspirações precisavam de se apoderar das armas que estavam na posse dum força da GNR (...).»

O que vigorava no partido. a acção legalista ou a acção revolucionária? Como é que o partido nuns lados optava por uma acção de infiltração e na Marinha Grande o partido nomeava um comité para dirigir uma acção que depois viria a ser considerada putschista?

Se o partido, segundo a afirmação de José Gregório, nomeou um comité para preparar e dirigir o movimento, pode concluir-se que o 18 de Janeiro foi exclusivamente da sua iniciativa? Mas Bento Gonçalves, secretário-geral do partido, nessa altura, escreveu (3): «Esta questão (o 18 de Janeiro) não pode dizer-se que tenha entre nós uma análise completamente virgem. No «Avante!», logo após a eclosão deste movimento, conduzimos uma crítica ao caminho terrorista que, em vários sítios (por certo incluindo a Marinha Grande), se constatou nessa jornada e à táctica dominante, por vezes, no movimento sindical português que consistia em elaborar as acções muito para além das condições concretas e do estado das forças da organização operária.

«Se em vários aspectos, essa crítica foi deficiente, isso deve-se, em primeiro lugar, à deficiência dos nossos meios de informação. Por exemplo, o caso da Marinha Grande foi apresentado como um «modelo» de boa táctica. Só em Angra viemos a verificar que o feito ali, também, nem por isso tinha sido menos putschista.»

Não se compreende que tendo o partido nomeado o comité do movimento na Marinha Grande, segundo José Gregório, Bento Gonçalves venha considerar o movimento terrorista, negando-lhe a qualidade de «modelo» de boa táctica, e, o que é pior ainda, só se tivesse dado conta disso depois, já em Angra, e por deficiência de meios de informação. Esta deficiência só se pode aceitar em duas condições: ou estar afastado dos acontecimentos ou se se tivesse dado o caso de nomear o comité e tê-lo deixado desamparado.

De resto Bento Gonçalves acentua que acções daquele género (o 18 de Janeiro) de caminho terrorista era táctica dominante, por vezes, no movimento sindical português, assinalando deste modo qual era na verdade a autêntica origem do movimento e que o partido, pela boca autorizada de Bento Gonçalves, recusava e condenava.

José Gregório, presidente do Sindicato dos Vidreiros e pelo que entrou na preparação e condução do movimento na Marinha Grande, veio depois com o seu relatório dar uma contribuição falsa para a história pré-fabricada atribuindo ao partido o que fora iniciativa do sindicato. E é Bento Gonçalves que o desmente, mas por outro lado o pode acusar de pior.

Ouçamos ainda Bento Gonçalves, referindo-se à Marinha Grande: «Não estamos em presença dum acção do proletariado local, dum movimento grevista de protesto contra o Estatuto do Trabalho Nacional, que as massas alargam, em virtude da sua efervescência revolucionária, mas sim ante uma acção estruturalmente de vanguarda de membros do Partido e de comunistas sem partido, convencidos de que uma greve geral eclodiria em todo o país, à qual se junatria o revirvalho» (o sublinhado é nosso).

Se José Gregório actuou como membro do partido, a sua acção, segundo Bento Gonçalves, foi uma acção estruturalmente de vanguarda e à espera do «revirvalho», e não escapou à acusação de «anarquizada».

Se Bento desmente o Gregório, este desmente ainda aquele. Se o movimento foi organizado pelo partido, segundo José Gregório, o Bento reconhece a origem sindical do movimento, que a greve geral preconizada pela CGT fora aceite, contrariamente ao que pensava o partido, que preconizava um «movimento de massas» através de assembleias gerais e pela utilização das condições legais, isto é, pela disfarçada aceitação dos «sindicatos nacionais» para neles se introduzirem, atribuindo a derrota do 18 de Janeiro ao «provincianismo anarco-sindicalista».

Todavia, apesar destas contradições, existe um nexos notável que interessa analisar.

«Duas Palavras» de Bento Gonçalves foi escrito em 1941 quando se encontrava deportado no Tarrafal, um ano antes da sua morte; o relatório Alberto, de José Gregório, está datado de Agosto de 1955.

Em 1941 tinham decorrido já 15 anos de regime ditatorial, a panóplia do partido estava vazia de qualquer acção contra o regime, pois até o 29 de Fevereiro de 1932, de que nunca se fala, se cifrou num fracasso como organização e dos seus objectivos, pois uma das suas reivindicações, o subsídio de desemprego, foi aproveitada pelo governo para impor um desconto de 2% que nem o 25 de Abril nem a Intersindical contestaram. Era necessário adaptar a história, distorcer a verdade do 18 de Janeiro e pregá-los com alfinetes na panóplia vazia. O seu autor lançava assim as bases do seu culto de personalidade.

Em 1955, José Gregório, depois de ter em 1942 aparelhado com Cunhal no secretariado do partido, teria de ajudar a mistificar a história do 18 de Janeiro, aproveitando o seu título de presidente do Sindicato dos Vidreiros nessa altura para depôr com «autoridade».

Como toda a mistificação deixa sempre qualquer coisa de fora, que pode vir desmentir, assistiremos agora a José Gregório desmentir-se a si próprio.

No relatório «Alberto», José Gregório afirmou que «o partido nomeou um comité para preparar e dirigir o movimento...» faltando todavia esclarecer se isso foi a nível local ou nacional.

No mesmo relatório, referindo-se à organização e actuação do partido, faz certas análises das experiências recolhidas e tira algumas conclusões.

Analisemo-las tal como nos diz José Gregório.

«1º- A organização do Partido que foi montada em 1932 só passou a funcionar de um modo um pouco mais regular em princípios de 1933. Na prática não havia mais que um núcleo de camaradas a que se poderia dar o nome de organização local. Nas fábricas não havia organismos. Por outro lado o contacto com a direcção do Partido fazia-se muito raramente. Nestas condições os camaradas do Partido não reuniam numa base de Partido, não actuavam dentro das normas de disciplina de Partido, não se sentiam obrigados a prestar-lhe contas da sua acção. Por outro lado não era utilizada a crítica nem a autocrítica. Criou-se o hábito de ver as coisas não sob o ponto de vista do Partido, mas sim na base individual, na base da legalidade sindical, crendo-se não poucas vezes na burocracia sindicalista (4). Tudo isso se tornou muito inconveniente para a formação e desenvolvimento dos quadros do Partido. Tudo isso contribuiu para que não fossem recrutados para o Partido bons operários de vanguarda homens e mulheres cheios de qualidade e de possibilidades para virem a ser um precioso material do Partido».

Com este quadro do partido como crer que ele fosse o organizador do 18 de Janeiro, que teve a extensão que teve. Quase temos vontade de dizer: que grande «anarquia» havia então dentro do Partido!

Esta desconformidade entre a organização interna do partido na ocasião e as proporções do 18 de Janeiro, confirma que este decorreu à margem daquele, embora elementos comunistas tivessem actuado, mas por via sindical. De resto, no mesmo relatório e ao terminar, José Gregório confessa: «O movimento de 18 de Janeiro também teve a participação dos anarquistas locais e de operários que influenciavam (certamente, dizemos nós, não orientados pelo partido). Deste modo se pode afirmar haver nesta data a mesma característica de unidade que sempre existiu na nossa organização sindical desde 1931 até então». (O sublinhado é nosso).

1ª conclusão: «Ao elaborar o plano de acção para o 18 de Janeiro o Partido e o Comité Revolucionário, deixaram-se levar pela ideia feita de que a vitória era certa, que o fascismo seria derrubado sucedendo-lhe um regime de tipo proletário. Partindo-se deste princípio não se considerou a necessidade de encarar uma retirada de modo ordenado. Esta orientação é errada de nem sequer admitir revezes parciais...».

Deve prestar-se justiça ao José Gregório. Se ele se apropriou da organização do 18 de Janeiro para o Partido é justo que reivindique para ele os insucessos e os erros. A mesma coerência não a teve Bento Gonçalves quando apelidou o 18 de Janeiro de «pura anarquizada». Não sabemos se José Gregório reivindicou para si e para o seu partido o insulto soez de Bento Gonçalves que por essa altura deportado no Tarrafal, lá mesmo no campo de concentração se prestou a fundir em bronze dois escudos evocativos da passagem do Carmona, manequim do regime fascista, por Cabo Verde na sua viagem a África, e ao deflagrar a guerra,

ele em pessoa, foi apresentar ao director do acampamento, o sinistro capitão João Silva, a «colaboração do PC na defesa da pátria contra o imperialismo».

Conhecemos sempre o partido comunista como o modelo e o manual do perfeito oportunismo, do impudor das afirmações e das acusações torpes, além do exercício do mais completo reformismo embora besuntado de revolucionarismo, mas também o reconhecemos camaleónico, dizendo hoje o que ontem terá negado.

Se a CGT e os anarco-sindicalistas «traíram» o 18 de Janeiro, como também afirmam os trabalhadores, porquê o seu órgão «O Avante» de Maio de 1937, portanto 3 anos depois, com o Bento Gonçalves vivo e à frente do partido, publicava uma notícia, aliás falsa e simplesmente architectada, na primeira página e intitulada «Viva a Frente Única Proletária» aplaudindo a «unidade com a CGT»?

Começa a notícia assim redigida: «Pede-nos a CIS a publicação do documento que a seguir inserimos.»

«Fazemo-lo com a máxima alegria por este documento dar notícia de um acontecimento importante da vida do movimento operário português. Por ele se vê que a Frente Única Proletária está em via da sua imediata realização». E a CIS (a célebre Comissão Intersindical) dá a seguir a notícia de a CGT ter acedido às suas propostas para a constituição de um Comité de Frente Única Proletária, acrescentando: «No que se refere aos problemas de orientação da CGT nós pensamos que só a neutralidade em questões de tendência pode permitir a Unificação».

«Uma CGT comunista não contaria, com certeza com o apoio dos camaradas anarquistas, da mesma maneira uma CGT anarquista dificilmente encontraria apoio nos partidários da Ditadura do Proletariado» (5)

Além desta notícia ser totalmente desprovida de qualquer resquício de verdade é de pôr em evidência o impudor de afirmar a «máxima alegria» em quererem fazer uma união com aqueles que acusaram de traidores, de admitirem em emparceirar com os que têm denegrido.

Nunca a CGT teve qualquer contacto com o partido comunista e com a Comissão Inter-Sindical, apenas estabeleceu os contactos para o 18 de Janeiro cuja experiência e resultados deixámos já descritos.

O comportamento da CIS, toda a campanha posterior, tornaram evidente que não é possível qualquer colaboração com os comunistas como partido ou como qualquer agrupação, mesmo sindical, em que preponderem. O amoralismo dos seus processos, o desrespeito pelos compromissos assumidos produz-se logo que lhes seja oportuno.

A experiência do 18 de Janeiro não poderia voltar a permitir qualquer acercamento. Apertam a mão que não podem cortar e os acordos que estabelecerem hão-de resultar em seu benefício. Se não colherem o resultado total acusarão os outros de traidores.

(“Como a verdade ressalta”, capítulo do livro “O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes”, um depoimento colectivo de Acácio Tomaz de Aquino, Américo Martins, Custódio da Costa, José Francisco, Marcelino Mesquista e Emídio Santana, que coligiu. Regra do Jogo, 1978.)

Notas

(1) O *italico* é nosso para assinalar a declarada posição reformista. Não se compreende a relação entendida entre o alvará e a forma de actuação dos sindicatos de então. O alvará era o certificado do governo civil que reconhecia a legalidade dos sindicatos mas que não tinha qualquer relação com a sua orgânica e orientação.

(2) Ver «SEARA NOVA» nº 1513 – Março 1975, Movimento das Ideias; de Fernando Guerreiro.

(3) «Duas Palavras», de que vimos fazendo citações. O sublinhado é nosso.

(4) É surpreendente que, sendo José Gregório Presidente do Sindicato, ele não se queira responsabilizar pela «burocracia sindicalista».

(5) O Avante, Série II – 35 da 3ª semana de Maio de 1937

Aqui: : <http://colectivolibertarioevora.wordpress.com/2013/01/17/18-de-janeiro-de-1934-depoimento-colectivo-de-diversos-militantes-confederais-ligados-a-sua-organizacao/>



## A C. G. T., os chefes bolchevistas e o movimento de 18 de Janeiro

Os processos de actuação dos chefes bolchevistas são conhecidos: «todos os meios são bons para alcançarem os fins»... Desde a mentira à confusão, desde a intriga à calúnia.

Temos á nossa frente um Boletim assignado pelo Secretariado do Partido Comunista, e por consequência um documento official. Trata do movimento de 18 de Janeiro. O seu conteúdo, não eleva quem o redigiu; revela apenas uma falta de honestidade moral que nunca pode fructuar no seio do proletariado.

A audacia das suas afirmações, o descaramento com que se pretende demonstrar uma grande preparação revolucionaria comunista para o citado movimento, não consegue iludir a propria massa operária, fóra, ou desviada, do âmbito destas lutas.

É nestes momentos que os «chefes» bolchevistas pretendem ganhar terreno. Para isso confundem, baralham, sotismam, porque sempre produzira algum resultado...

Conhecemos, porem, esses processos. Andámos por cá ha alguns anos e sabemos perfeitamente como a sua acção tem sido condusida. Mas, vamos ao documento em questão. O que diz ele, em resumo? Diz isto:

«O 18 de Janeiro caracterizou-se precisamente pela expressão do desejo das massas, de seguirem as palavras de ordem do Partido Comunista.»

Já é audacia! Como se, o referido movimento fosse obra sua! Mais ainda, para que se observe até onde vai o arrojio:

«Na margem Sul do Tejo, em Almada, Cacilhas, Porto-Brandão, Alfeite, Cova da Piedade a greve foi geral. No Algarve, houve greves e manifestações de massas, sobre tudo em Silves, alguns pontos do Alentejo seguiram, tambem, as palavras de ordem do nosso Partido.»

Querem melhor?

Então, toda a acção desenvolvida pela classe trabalhadora na margem Sul do Tejo não foi orientada pela C.G.T.? Que influencia exerce nesses locais, ou melhor, nas respectivas classes, o partido bolchevista?

A organização de Silves não é retintamente cegétista?

Para que tanta mentira?

Vila Boim, Terragem, Campo Maior, e outros pontos do Alentejo não agiram sob a influencia da C.G.T.? Que organização tinham lá os bolchevistas?

E Coimbra, não agiu sob a influencia da C.G.T.?

Se é assim que procuram arranjar adeptos, contem connosco para esclarecer o proletariado.

Temos então Marinha Grande. Sim senhor agiu bem e toda a sua acção está dentro da Circular Confidencial que a C.G.T. enviou aos varios pontos do país. Absolutamente dentro dessa Circular.

Em Marinha Grande existiam dois órgãos, que se entenderem para a eclosão do movimento. Aceitando, honestamente, que a influencia bolchevista fosse ali maior do que a cegétista, pergunta-se: mesmo assim, quem proporcionou a organização de Marinha Grande, os elementos materiais para ela poder desenvolver tal raio de acção? E não foram com esses elementos materiais que o proletariado de Marinha Grande ponde tomar conta do posto do guarda, fazer a respectiva apreensão de 12 espingardas, munições e uma metralhadora ligeira, e em seguida ficar de posse completamente da vila durante algumas horas?

Repetimos: Quem forneceu esses elementos materiais?

A C.G.T. ou os bolchevistas?

Lérias temos lido muitas; obras é que não as vemos.

Um dia, a historia dirá como agiram os «chefes» comunista para o movimento de 18 de Janeiro: De longe, por causa da chela...

E tambem havemos de saber com que elementos materiais contavam; elementos que noutras ocasiões têm sido defendido por eles com calor.

Teria certa graça até se fôssemos descobrir que a maioria desses «chefes» haviam trabalhado no dia do aludido movimento e traído, por consequência, a greve e as palavras de ordem do seu partido...

Infelizmente movimento não correspondeu ao que se pretendia. Motivos? Varios. Alguns poderão sofrer a neces-

saria rectificação, outros ainda por errada mentalidade das algumas classes e ainda outras por culpa exclusiva dos «chefes» bolchevistas que têm a mania de anunciar os movimentos com tal antecedencia que as autoridades tomam logo posições... Dizem eles: é necessario demonstrar a organização revolucionaria da classe trabalhadora; que de qualquer forma sabe agir.

Ótimo. Nós tambem assim pensámos, mas o que reconhecemos é que em Portugal isso não é possível, por enquanto. E o exemplo não é de hoje. No chamado «29 de Fevereiro», os bolchevistas tiveram um exemplo frisante... Fizeram um revolução de papeis.

De facto nunca se escreveu tanto.

Chegou o momento proprio e, nada. Precisamente pelas medidas tomadas pelo governo. Ora, o que nós queriamos que os «chefes» comunistas compreendessem era isso.

Em conjunto, ha-de facto organizações revolucionarias que o podem fazer. Por exemplo, em Espanha, a C.N.T.. All sim é que um governo, informado devidamente de que ia estalar uma revolução e tendo a ousadia de afirmar que a sufocaria em «20 minutos», teve de a enfrentar durante duas semanas, sob uma violencia desusada e onde os trabalhadores se bateram como leões.

Em Portugal, é possível, podermos citar alguns exemplos, isolado, como o da greve de Setembro de 1920 dos ferroviarios do Sul e Sueste e alguns dos antigos movimentos da construção civil.

Resta acrescentar que os citados movimentos da organização hespanhola são orientados pela corrente «anarco-sindicalista», que não «passou a fazer parte das veenarias do seculo passado» como o referido boletim diz. Bem pelo contrario...

Quem quer a levar o proletariado até a «possível transformação social», numa obcecação de passar, eram os «chefes» bolchevistas. Esses sim, que são homens que aparecem sempre onde a massa se encontra, á frente das suas brigadas de choque!

Para se avaliar bem da mentira de tal boletim; para se poder apreciar com serenidade e bom humor a sua prosa basta dizer que Setúbal, á data da proclamação da greve geral já não possuia, material algum, pois lbe havia sido apreendido dias antes e, por isso, como podia fazer anunciar, como 12 horas de antecedencia, «com o estampido de bombas» a greve em prespectiva?

Não veem os «chefes» bolchevistas que assim caem no ridiculo?

Não ha o direito de se quere conquistar partidarios com essa forma de proceder.

Depois, se foi a C.G.T., a culpada do fracasso do movimento, porque não puseram os «chefes» bolchevistas, em pé de guerra, toda a sua organização? Porque é que, nos ruros pontos da provincia onde a sua influencia é maior, não se observou a acção grevista? Assim é que era: fazer vincular nitidamente a sua organização revolucionaria!

Porque é ainda essa acção se não obsevou em relação ás classes que em Lisboa são por si agitadas?

Que fenomeno especial se teria produzido para não englobar, nas mesmas causas, a falta de acção de varias classes, quer as que se orientam bolchevisticamente?

Bolas para tais processo de propaganda.

Assim não vale snrs. «chefes» bolchevistas. Assim, onde está a lealdade?

Se ela existisse, seria possível affirmarem que «Silves, a margem Sul do Tejo e Marinha Grande, representam a grande jornada do vosso partido? Seria possível?

A maioria revolucionaria, quer de Silves, como da margem Sul do Tejo, como dos pontos do Alentejo que se manifestaram é cegétista. E toda a organização operaria conciente o sabe. Só os «bolchevistas dizem o contrario.

Consequentemente, pois, ainda foi a C.G.T. que influi no maior numero de pontos do país onde a greve se levou a efeito.

Isto é incontestavel. E não podia deixar de ser assim, não só porque é a C.G.T. quem mantem o maior raio de acção revolucionaria, como porque foi de facto ela que trabalhou para o referido movimento com uma «persistencia» digna de toda a nota.

Os «chefes» bolchevistas não conseguem destruir esta verdade, por mais que se esforcem por «empalmarem» o movimento operário, com os processos que atraz se citam.

A C.G.T. continuava organizando o proletariado para novas lutas contra a «legislação-fascista». O que se perdeu na luta passada, reorganizar-se-á, e toda a restante organização entrará em acção no momento proprio, rectificadas as causas que deram lugar a uma acção de massas menos intensa em 18 de Janeiro.

O recto, são cantadas dos «chefes bolchevistas», que não conseguem embalar as massas proletarias.

# A C.G.T., os chefes bolchevistas e o movimento de 18 de Janeiro

*Redacção de “A Batalha”*

Os processos de actuação dos chefes bolchevistas são conhecidos: «todos os meios são bons para alcançarem os fins»,... Desde a mentira à confusão, desde a intriga à calúnia.

Temos à nossa frente um Boletim assinado pelo Secretariado do Partido Comunista. É por consequência um documento oficial. Trata do movimento de 18 de Janeiro. O seu conteúdo não eleva quem o redigiu; revela apenas uma falta de honestidade moral que nunca pode triunfar no seio do proletariado.

A audácia das suas afirmações, o descaramento com que se pretende demonstrar uma grande preparação revolucionária comunista para o citado movimento, não consegue iludir a própria massa operária, fora, ou desviada, do âmbito destas lutas.

É nestes momentos que os «chefes» bolchevistas pretendem ganhar terreno. Para isso confundem, baralham, sofismam, porque sempre produzirá algum resultado...

Conhecemos, porém, esses processos. Andamos por cá há alguns anos e sabemos perfeitamente como a sua acção tem sido conduzida. Mas vamos ao documento em questão. O que diz ele, em resumo? Diz isto:

«O 18 de Janeiro caracterizou-se precisamente pela expressão do desejo das massas de seguirem as palavras de ordem do Partido Comunista».

Já é audácia! Como se o referido movimento fosse obra sua! Mais ainda, para que se observe até onde vai o arrojo:

«Na margem Sul do Tejo, em Almada, Cacilhas, Porto Brandão, Alfeite, Cova da Piedade a greve foi geral. No Algarve, houve greves e manifestações de massas, sobretudo em Silves, alguns pontos do Alentejo seguiram, também, as palavras de ordem do nosso Partido».

Querem melhor?

Então, toda a acção desenvolvida pela classe trabalhadora na margem Sul do Tejo não foi orientada pela C.G.T.?

Que influência exerce nesses locais, ou melhor, nas respectivas classes, o partido bolchevista?

A organização de Silves não é retintamente cegétista?

Para quê tanta mentira?

Vila Boim, Terrugem, Campo Maior e outros pontos do Alentejo não agiram sob a influência da C.G.T.? Que organização tinham lá os bolchevistas?

E Coimbra, não agiu sob a influência da C.G.T.?

Se é assim que procuram arranjar adeptos, contem connosco para esclarecer o proletariado.

Temos então Marinha Grande. Sim senhor agiu bem e toda a sua acção está dentro da Circular Confidencial que a C.G.T. enviou aos vários pontos do país. Absolutamente dentro dessa Circular.

Em Marinha Grande existiam dois órgãos que se entenderam para a eclosão do movimento. Aceitando, honestamente, que a influência bolchevista fosse ali maior do que a cegétista, pergunta-se: mesmo assim, quem proporcionou à organização da Marinha Grande os elementos materiais para ela poder desenvolver tal raio de acção? E não foram com esses elementos materiais que o proletariado da Marinha Grande pôde

tomar conta do posto da guarda, fazer a respectiva apreensão de 12 espingardas, munições e uma metralhadora ligeira, e em seguida ficar de posse da vila durante algumas horas?

Repetimos: quem forneceu esses elementos materiais?

A C.G.T. ou os bolchevistas?

Lérias temos lido muitas; obras é que não as vemos.

Um dia, a história dirá como agiram os «chefes» comunistas para o movimento de 18 de Janeiro. De longe, por causa da cheia...

E também havemos de saber com que elementos materiais contavam; elementos que noutras ocasiões têm sido defendidos por eles com calor.

Teria certa graça até se fôssemos descobrir que a maioria desses «chefes» haviam trabalhado no dia do aludido movimento e traído, por consequência, a greve e as palavras de ordem do seu partido...

Infelizmente o movimento não correspondeu ao que se pretendia. Motivos? Vários. Alguns poderão sofrer a necessária rectificação, outros ainda por errada mentalidade dalgumas classes e ainda outras por culpa exclusiva dos «chefes» bolchevistas que têm a mania de anunciar os movimentos com tal antecedência que as autoridades tomam logo posições... Dizem eles: é necessário demonstrar a organização revolucionária da classe trabalhadora; que de qualquer forma sabe agir.

Ótimo. Nós também assim pensamos, mas o que reconhecemos é que em Portugal isso não é possível, por enquanto. E o exemplo não é de hoje. No chamado «29 de Fevereiro» os bolchevistas tiveram um exemplo frisante... Fizeram uma revolução de papéis.

De facto nunca se escreveu tanto.

Chegou o momento próprio e, nada. Precisamente pelas medidas tomadas pelo Governo. Ora, o que nós queríamos que os «chefes» comunistas compreendessem era isso.

Em conjunto, há de facto organizações revolucionárias que o podem fazer. Por exemplo, em Espanha, a C.N.T.. Ali sim é que um governo, informado devidamente de que ia estalar uma revolução e tendo a ousadia de dizer que a sufocaria em «20 minutos», teve de a enfrentar durante duas semanas, sob uma violência desusada e onde os trabalhadores se bateram como leões.

Em Portugal, é possível podermos citar alguns exemplos, isolados, como o da greve de Setembro de 1920 dos ferroviários do Sul e Sueste e alguns dos antigos movimentos da construção civil.

Resta acrescentar que os citados movimentos da organização espanhola são orientados pela corrente «anarco-sindicalista», que não «passou a fazer parte das velharias do século passado» como o referido boletim diz. Bem pelo contrário...

Quem queria levar o proletariado até à «possível transformação social», numa obcecação de pasmar, eram os «chefes» bolchevistas. Esses sim, que são homens que aparecem sempre onde a massa se encontra, à frente das suas brigadas de choque!...

Para se avaliar bem da mentira de tal boletim; para se poder apreciar com serenidade «e bom humor» a sua prosa, basta dizer que Setúbal à data da proclamação da greve geral já não possuía material algum, pois lhe havia sido apreendido dias antes e, por isso, como podia fazer anunciar com 12 horas de antecedência, - com o estampido das bombas - a greve em perspectiva?

Não vêem os «chefes» bolchevistas que assim caem no ridículo?

Não há o direito de se querer conquistar partidários com essa forma de proceder.

Depois, se foi a C.G.T. a culpada do fracasso do movimento, porque não puseram os «chefes» bolchevistas, em pé de guerra, toda a sua organização? Porque é que nos raros pontos da província onde a sua influência é maior, não se observou a acção grevista? Assim é que era: fazer vincular nitidamente a sua organização revolucionária!

Porque é (que) ainda essa acção se não observou em relação às classes que em Lisboa são por si agitadas?

Que fenómeno especial se teria produzido para não englobar, nas mesmas causas, a falta de acção de várias classes, quer as que se orientam bolchevisticamente?

Bolas para tais processos de propaganda.

Assim não vale snrs. «chefes» bolchevistas. Assim, onde está a lealdade?

Se ela existisse, seria possível afirmarem que Silves, a margem Sul do Tejo e Marinha Grande representam a grande jornada do vosso partido? Seria possível?

A maioria revolucionária, quer de Silves, como da margem Sul do Tejo, como dos pontos do Alentejo que se manifestaram, é cegétista. E toda a organização operária consciente o sabe. Só os bolchevistas dizem o contrário.

Consequentemente, pois, ainda foi a C.G.T. que influi no maior número de pontos do país onde a greve se levou a efeito.

Isto é incontestável. E não podia deixar de ser assim, não só porque é a C.G.T. quem mantém o maior raio de acção revolucionária, como foi de facto ela que trabalhou para o referido movimento com uma persistência digna de nota.

Os «chefes» bolchevistas não conseguem destruir esta verdade, por mais que se esforcem por «empalmarem» o movimento operário, com os processos que atrás se citam.

A C.G.T. continuará organizando o proletariado para novas lutas contra a «legislação-fascista». O que se perdeu na luta passada, reorganizar-se-á, e toda a restante organização entrará em acção no momento propício, rectificadas as causas que deram lugar a uma acção de massas menos intensa em 18 de Janeiro.

O resto são cantatas dos «chefes bolchevistas», que não conseguem embalar as massas proletárias.

Em “A Batalha” (clandestina), série III, nº 1, de Abril de 1934. (A grafia do texto foi actualizada).

Aqui: <http://colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2013/01/batalha-abril-de-1934.pdf>



## O «18 de Janeiro»: uma proposta de releitura \*\*

Na versão canónica e celebrada do «18 de Janeiro» de 1934, este aparece definido como uma greve geral insurreccional contra a fascização dos sindicatos pelo Estado Novo, movimento que fracassou em todo o país, excepto na Marinha Grande, sendo apontados como seus principais (se não únicos) obreiros os militantes e operários comunistas. Tal foi, por exemplo, a versão televisiva da efeméride há um ano (*Jornal das 9* de 18 de Janeiro de 1993). E é nela que se têm baseado as comemorações públicas que desde o 25 de Abril os comunistas promovem na Marinha Grande.

Apesar de quase sessenta anos de polémica entre anarco-sindicalistas e comunistas, directamente ou por interpostos autores, esta versão mostrou uma singular capacidade de resistir e perdurar.

Poder-se-ia dizer, como José Pacheco Pereira, que, sendo o «18 de Janeiro um dos mitos fundadores da imagem revolucionária do proletariado português», é «pouco importante saber quem e porquê» — «saber se foram os anarquistas da CGT ou os comunistas do PCP», «saber se o soviete da Marinha Grande durou muito ou pouco tempo, no caso «cinco minutos» — argumentando que o «simbólico nunca precisou de enredos muito compridos para se agarrar desesperadamente ao fragmento do real sobre o qual se ergue» e que a força simbólica do «18 de Janeiro» começa «quando, no fim dos anos 30, os anarquistas desapareceram como organização e os comunistas se tornaram hegemónicos» no movimento operário<sup>1</sup>.

Se o «simbólico não precisa, de facto, de enredos compridos», algum enredo há, e importa saber com que malhas ele se tece. E como se ganha e como se perde, já que também nas guerras do simbólico há vencedores e vencidos. A força simbólica do «18 de Janeiro» andarà ligada ao facto de os comunistas terem conquistado a hegemonia. Mas esta última não chega para explicar os

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

\*\* Este artigo é síntese de um livro, a sair em breve. Agradeço a Alfredo Canana, Silvestre Lacerda, Maria Filomena Mónica e João Freire a documentação que puseram ao meu dispor. Agradeço a Maria Goretti Matias as suas sugestões e a ajuda que prestou na busca de informação. E a Manuel de Lucena e Valentim Alexandre a leitura crítica deste texto.

<sup>1</sup> J. Pacheco Pereira, «As 'lições' do 18 de Janeiro», in *Diário de Notícias* de 18 de Janeiro de 1983.

sucessivos desaires dos anarco-sindicalistas. Desaire quando, em Janeiro de 1934, perdem a batalha política contra Salazar e os sindicatos nacionais; desaire, logo a seguir e mais tarde — e ainda a partir de Abril de 1974 — quando são derrotados pelos comunistas na batalha em torno da memória; desaire, enfim, de algum modo, ao nível da produção historiográfica. Se em relação ao período da República os anarco-sindicalistas têm «boa imprensa» e «boa história», eles viram-se desa-possados, exactamente, de um dos seus últimos feitos: eis o «mistério» a deslindar.

Revisitar esta greve geral insurreccional obrigaria a distinguir dois tipos de problemas. O primeiro prende-se com a reconstrução factual da greve e da revolta. O segundo, não totalmente desligado do primeiro, tem a ver com os meandros da construção da memória.

Neste artigo faremos apenas uma evocação muito resumida de alguns dos acontecimentos para esboçarmos, depois, uma tentativa de explicação sobre o modo como se impôs a versão vencedora.

## 1. O PRIMEIRO ENREDO

A greve geral revolucionária levada a cabo pela Confederação Geral do Trabalho (anarco-sindicalista), pela Federação das Associações Operárias de Lisboa (socialista), pela Comissão Intersindical (comunista) e pelos sindicatos autónomos envolveu, como é sabido, acções de vários tipos: sabotagens das vias férreas, cortes de linhas telefónicas e telegráficas, atentados e assaltos a um ou outro local económica e politicamente importante, lançamento de bombas em lugares públicos e movimentos de greve propriamente dita. Embora, no plano dos revoltosos, sabotagens, atentados e greve andassem a par e devessem completar-se, nem por todo lado assim aconteceu. Sabotagens e atentados não foram em número suficiente, nem atingiram centros verdadeiramente nevrálgicos do poder. A greve esteve muito longe de ser geral, começando por falhar rotundamente em Lisboa. Não conseguindo estender-se a todo o território, nem mobilizar o operariado urbano e industrial e, muito menos, atrair outros grupos e classes sociais, o movimento fracassou.

Deixaremos aqui de lado as sabotagens e atentados dispersos que tiveram lugar, com maior incidência nas zonas centro e sul do país, para nos concentrarmos na Marinha Grande, em Almada e em Silves, onde o movimento assumiu maior expressão.

### OS PARADOXOS DA MARINHA GRANDE

São por de mais conhecidas as acções que, a partir das 3 horas da madrugada, iriam colocar a vila da Marinha Grande — povoação com 9000 habitantes e 2000 operários vidreiros — nas mãos dos revoltosos e do «proletariado revolucionário»: obstrução das estradas Marinha-Leiria e Pataias-Vieira de Leiria; derrube de postes telefónicos e telegráficos; assalto e ocupação da estação

dos correios e telégrafos; ataque à bomba ao quartel da GNR e à central eléctrica que lhe ficava contígua; desarmamento e captura da força local da GNR <sup>2</sup>; enfim, ataque à residência do industrial Emílio Galo.

Apesar do sucesso indubitável de todas as operações — no qual assentará a sua posterior fama —, o movimento na Marinha Grande é, dos três casos, o que menor número de trabalhadores envolve e o que mais rapidamente é desarticulado pelo governo.

Basta lembrar que a Marinha Grande permanece sob controle dos operários, sem lutas e sobressaltos, apenas cerca de uma hora, isto é, entre as 5 da manhã, hora da rendição da GNR, e as 6 horas, altura em que soam os primeiros tiros das forças policiais de Leiria, que, entretanto, haviam chegado aos arredores da vila. E lembrar que durante aquela hora de apaziguamento a maioria dos revoltosos recolheram, muito prosaicamente, a suas casas, exaustos, a fim de matarem a fome <sup>3</sup>.

E lembrar ainda que com a entrada das forças policiais na vila às 8 horas da manhã, seguidas pelas do exército — Artilharia 4 e Infantaria 7 —, os revoltosos consideram ser «loucura prolongar a resistência» e pelas 9 horas dispersam «em pequenos grupos de quatro ou cinco», procurando «iludir o cerco» <sup>4</sup>. Em resumo, a insurreição estava terminada às 9 da manhã. E com ela tudo o mais: a mobilização das «massas» e a hipotética greve geral. Se não, vejamos.

Mal chegam as forças do exército, o seu responsável, major Jaime da Fonseca, assume o «comando militar» da Marinha Grande e ordena «a suspensão de garantias» <sup>5</sup>. Esta medida envolve, para além de buscas e prisões arbitrárias, o encerramento das fábricas e o uso obrigatório de «salvo-conduto» para transitar na vila e arredores. Com os revoltosos em debandada e as fábricas encerradas, a greve, real ou virtual, a 18, desvanece-se. Reabertas as fábricas na manhã de 19 por ordem das autoridades militares e administrativas, ordem dada ao fim do dia 18, o número de operários que a elas não comparece (segundo listas nominais fornecidas por nove empresas ao administrador do concelho) é praticamente irrelevante: 67 operários (48 homens e 19 mulheres) <sup>6</sup>.

<sup>2</sup> Depois entregue a Calazães Duarte, director da Fábrica Nacional de Vidros.

<sup>3</sup> Quem o diz é um dirigente do Partido Comunista e do antigo Sindicato dos Vidreiros da Marinha Grande, em entrevista publicada em *O Proletário*, n.º 1, de Março de 1934. Esta entrevista encontra-se também em L. H. Afonso Manta, *O 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1975, pp. 127-133. Esta passagem vem na p. 129.

<sup>4</sup> *Ibid.*

<sup>5</sup> V. telegrama n.º 627, emitido às 11.20 do dia 18 e dirigido ao ministro do Interior, em que o major Jaime da Fonseca anuncia «estar restabelecida a ordem» na Marinha Grande, encontrar-se a «proceder [a] diligências [na] vila [e nas] matas nacionais [para] captura dos revoltosos», ter «assumido comando militar» e «ordenado [a] suspensão [de] garantias». (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 468; v. também *O Século* de 19 de Janeiro de 1934, que afirma ter sido declarado o «estado de sítio» na Marinha Grande.)

<sup>6</sup> Devo a Silvestre Lacerda a consulta de fotocópias destes documentos, alguns encontrados no arquivo da Companhia Industrial Portuguesa (CIP) e outros no Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande. As listas dizem respeito a 8 das 12 empresas vidreiras e a uma das 7 de outros ramos existentes na vila da Marinha Grande.



De resto, nem todas as faltas podem ser consideradas um acto voluntário de greve. Com verdade ou não, alegam uns não terem comparecido por a guarda os não ter deixado passar e dizem outros desconhecer que as fábricas tivessem reaberto, dada a grande distância a que habitam e a hora tardia a que o anúncio se fizera. Há os que faltam, pura e simplesmente, porque já se encontram presos ou porque andam a monte, os quais seria absurdo qualificar de grevistas. E, para tornar tudo um pouco mais complicado, deparamos ainda com outra situação: a dos que, tendo participado nas acções insurreccionais, se apresentam ao trabalho a 19, talvez na vã ilusão de não piorarem o que a sorte lhes reserva, ou na tentativa, igualmente vã, de se tornarem menos suspeitos.

Em qualquer dos casos, eis-nos perante o primeiro paradoxo: greve foi algo que não chegou a haver na Marinha Grande, nem a 18, nem a 19. E a participação de «grandes massas» também não. Ainda que o referido dirigente sindical vidreiro aluda à presença de «milhares de trabalhadores» nas ruas, vitoriando a insurreição — também ele diz que a greve durou três dias <sup>7</sup> —, os números então avançados pela imprensa apontam para um número que oscila entre as 150 e as 200 pessoas <sup>8</sup>. Em resumo, a acção fora a de uma minoria activa, uma vanguarda. Só assim se explica, de resto — segundo paradoxo —, a pouca resistência dos revoltosos após o êxito inicial, o fácil e rápido controle da vila pelas forças policiais e, sobretudo, o reduzido número de feridos e a inexistência de mortos <sup>9</sup>.

Apesar de as bombas usadas terem sido fornecidas pelos anarco-sindicalistas e de na insurreição terem participado elementos de todas as correntes, parece não haver dúvida de que a maioria dos activistas na Marinha Grande são comunistas, mesmo que, como os próprios comunistas reconhecem, de recente ou novíssima extracção <sup>10</sup>.

Seja como for, os comunistas executam na perfeição toda a parte insurreccional, ainda que no seu sucesso possam ter sido involuntariamente ajudados pela pusilanimidade ou mera incompetência dos elementos da GNR, que, no próprio dia 19, o 2.º comandante-geral da GNR, coronel António Emílio Cortês, se encarrega de expulsar da corporação por alegada «covardia» <sup>11</sup>.

---

<sup>7</sup> V. entrevista citada em *O Proletário* de Março de 1934.

<sup>8</sup> V. *Diário de Notícias* de 19 e 21 de Janeiro de 1934 e *O Século* de 19 de Janeiro de 1934.

<sup>9</sup> Há notícia de apenas quatro feridos; dois entre os revoltosos, sendo o mais grave o operário Manuel Domingos Jubileu, com um tiro numa perna, e dois entre as forças policiais, com escoriações.

<sup>10</sup> V. o documento, da autoria do secretariado do PCP, intitulado «Das ilusões anarquistas e reviralhistas no seio dos trabalhadores à frente única independente de classe (as primeiras lições da jornada do 18 de Janeiro)», in António Ventura, «As primeiras lições da jornada de 18 de Janeiro», in *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 2, Janeiro/Abril de 1984, pp. 50-55; v. também a ficha prisional de Margarida Fernandes, através da qual ficamos a saber que em fins de Setembro de 1933 ainda não existia célula comunista no Sindicato dos Vidreiros da Marinha Grande, in *Presos Políticos no Regime Fascista. 1936-1939*, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Lisboa, 1982, pp. 428-429.

<sup>11</sup> V. Ordem de Serviço n.º 19 do 2.º comandante-geral da GNR António Emílio Cortez, datada de 19 de Janeiro de 1934 (ANTT — AOS/CO/IN, PT 16).

Mas falham exactamente no desencadeamento da greve e na «mobilização de grandes massas», duas palavras de ordem que constituíam como que um dogma e com as quais, durante toda a fase preparatória do movimento, os comunistas haviam matraqueado os ouvidos de anarco-sindicalistas, socialistas e autónomos, suspeitos de desprezarem uma e outra e acusados sempre de se prepararem para atraí-lo o movimento. E eis-nos perante o terceiro paradoxo: as palavras e os actos surgem invertidos, como se comunistas e anarquistas tivessem trocado de papéis.

#### O REVERSO DE ALMADA E SILVES

Almada e Silves situam-se nos antípodas da Marinha Grande. Primeiro, porque em ambas as localidades a influência anarco-sindicalista é incomparavelmente superior à comunista. Segundo, porque, apesar de se encontrarem igualmente apetrechadas para desencadear acções insurreccionais — fora, aliás, no concelho de Almada, mais precisamente na Cova da Piedade, que se processara boa parte do fabrico de bombas destinadas ao Centro e Sul do país e à própria Marinha Grande —, tais acções não chegam a concretizar-se. Mas Almada e Silves vão ter outras virtualidades, como a seguir veremos.

O concelho de Almada tem então cerca de 23 000 habitantes e a vila pouco mais de 8000, sendo uma parte população flutuante, como nos dias de hoje. A população operária é mais heterogénea em termos sócio-profissionais do que a da Marinha Grande, centro essencialmente vidreiro, ou do que a de Silves, exclusivamente formada por corticeiros.

Em Almada a eclosão do movimento é marcada, na madrugada de 18, pelo corte da linha telefónica e pela sabotagem do cabo submarino entre a Trafaria e Porto Brandão, únicos actos violentos dignos de registo.

Com muitas ou poucas acções espectaculares — menos, em todo o caso, do que as verificadas na vizinha Lisboa, para já não falar da Marinha Grande ou de Coimbra —, os trabalhadores, esses, aderem à greve, ainda que surjam dois comportamentos diferentes.

Trabalhadores há que se apresentam ao serviço, iniciam normalmente a sua actividade às 8.30 e a instâncias de grupos de grevistas que percorrem os locais de trabalho apelando à greve acabam por abandoná-lo e recolher a suas casas. Estão neste caso os operários fabris de Cacilhas, os *chauffeurs* de táxis que fazem serviço no Largo Costa Pinto, os motoristas das empresas de camionagem que servem todo o concelho e ainda os operários dos estaleiros da Parry & Son.

Outros — o operariado da vila de Almada e o do restante concelho — nem sequer comparecem nos locais de trabalho. Estão neste caso os corticeiros da vila, designadamente os das fábricas Harry Bucknall & Sons, Rankin & Sons, Armstrong & Cork, bem como os que trabalham no Caramujo, Cova da Piedade, Ginjal, Murgueira, Banática, Mutela e arredores, ou seja, todos os corticeiros

do concelho. E também os operários das fábricas de moagem Aliança e dos Moinhos Reunidos, ambas situadas na Cova da Piedade, os operários dos estaleiros de barcos de madeira da Mutela, os operários de algumas fábricas de conservas, todos os operários da construção civil com obras na Mutela, Cova da Piedade, Porto Brandão, Trafaria, Caparica e Almada, com destaque para os 500 operários que nesta última localidade trabalham então na construção do Arsenal do Alfeite. E o mesmo se passa com os operários de serviços metalúrgicos do concelho e com os operários dos depósitos da Shell, situados na Banática, com os da fábrica de gelo da Companhia Portuguesa de Pesca, no Olho de Boi, e, enfim, com os estivadores e descarregadores de cais<sup>12</sup>.

De uma maneira ou de outra, toda a população industrial do concelho adere à greve<sup>13</sup>. E nem as forças da polícia locais, nem a chegada de 30 praças da GNR, nem a de 40 marinheiros e 2 sargentos da Armada, com os respectivos tenentes, nem as operações de policiamento e de demonstração de força que a sua permanência nas ruas representa — a que se juntará ainda no próprio dia 18 a suspensão do jornal local *O Almadense*<sup>14</sup> —, levarão a maior parte dos grevistas a apresentarem-se ou a retomarem o trabalho. Apenas os motoristas de camionagem, após terem sido requisitados pelo administrador do concelho, rompem a greve ao fim do dia 18.

Mesmo a 19, se a maioria do operariado retoma o trabalho, alguns impenitentes se mantêm. Os operários corticeiros — com excepção dos da Murgueira — e os operários das fábricas de moagem vão permanecer em greve, o que levará à prisão de 24 dos principais dirigentes sindicais do concelho de Almada<sup>15</sup>, e só regressam ao trabalho a 20.

Seja porque a presença das forças da GNR e da Armada é suficientemente dissuasória, seja porque, estando a dois passos de Lisboa, sabem que na capital o governo mantém o controle da situação e acções mais ousadas estariam votadas ao fracasso, o certo é que, nem a 18, nem a 19, os anarco-sindicalistas fazem uso do arsenal bombista de que dispõem.

<sup>12</sup> Chegámos a esta lista a partir da análise e confronto dos relatos da imprensa da época, conjugando, designadamente, as edições do *Diário de Notícias* e de *O Século* de 19 e 20 de Janeiro de 1934.

<sup>13</sup> É de admitir que tenha paralisado não só a população industrial, mas também a do comércio e serviços, já que há algo bizarro nos relatos dos jornais da altura: é estes afirmarem que o comércio permaneceu encerrado por se tratar do dia de feriado municipal. Ora, tanto no *Dicionário Coreográfico de Portugal Continental e Insular*, de 1929, como na *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, cujo II volume é posterior a 1934, o feriado municipal no concelho de Almada era, em 1929 e continuava a ser nos anos 30, a 24 de Junho.

<sup>14</sup> V. of.º 80 da Direcção-Geral dos Serviços de Censura, de 18 de Janeiro de 1934, ordenando a suspensão, reproduzido in Romeu Correia, *Homens e Mulheres Vinculados às Terras de Almada*, Câmara Municipal de Almada, 1978, p. 266; v. também boletim n.º 96 da Comissão de Censura de Lisboa: cortes registados na semana de 22 a 28 de Janeiro de 1934, em que se anunciava a suspensão daquele jornal (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 467).

<sup>15</sup> Sobre a manutenção da greve a 19, v. as notícias publicadas em *O Século* e o *Diário de Notícias* de 20 de Janeiro de 1934 e o que nelas o censor afirma ter cortado, exactamente os «pormenores da paralisação de trabalho nas fábricas de cortiça e moagem», in boletim n.º 95 da Comissão de Censura de Lisboa: cortes registados na semana de 15 a 21 de Janeiro de 1934 (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 460).

Passemos ao caso de Silves.

Importante e tradicional centro corticeiro, Silves conta na altura com mil e poucos operários ligados àquela indústria. A antiga associação de classe, de influência maioritariamente anarco-sindicalista, tinha sido uma das que, em assembleia geral, recusara expressamente transformar-se em sindicato nacional e, por isso, fora extinta<sup>16</sup>. Nem esta tomada de posição pública, nem o facto de a 7 de Janeiro a polícia ter conseguido apreender bombas e ter prendido alguns militantes em S. Bartolomeu de Messines<sup>17</sup>, nem as medidas preventivas tomadas pelo governo na noite de 17 para 18 — que foram, de resto, gerais no país<sup>18</sup> —, demovem os dirigentes e militantes da acção a 18.

O movimento desencadeia-se, tal como na Marinha Grande e em Almada, com o clássico corte das comunicações telefónicas e telegráficas, passe mágico deste modelo insurreccional. A não chegada do comboio a Silves, prevista para as 7 horas da manhã, funciona então como sinal de que os ferroviários de Sul e Sueste haviam aderido à greve e de que a insurreição tinha rebentado em Lisboa<sup>19</sup>. Dirigentes e militantes percorrem, assim, as fábricas, incitando os operários a paralisar. A adesão dos corticeiros à greve é total.

É difícil estabelecer a ordem cronológica dos passos seguintes. Sabemos tão-só que dirigentes e grevistas vão em missão punitiva à fábrica do Pinheirinho, onde um ex-comunista continua a trabalhar, cena que envolve tiros e termina com o «amarelo» a ser sovado<sup>20</sup>; sabemos ainda que dirigentes e grevistas assaltam e ocupam o edifício da antiga associação de classe, hasteando, por entre vivas à «greve geral», uma «bandeira vermelha»<sup>21</sup>.

Terão sido estas deambulações pelas ruas da cidade, furando a já existente vigilância policial, que levam o comércio da cidade a encerrar as suas portas e o comandante da GNR de Faro a reforçar os efectivos do posto de

---

<sup>16</sup> V. notícia que estava para sair no *Diário Liberal*, e que o censor corta, no boletim n.º 93 da Comissão de Censura de Lisboa, zona sul: cortes registados na semana de 1 a 7 de Janeiro de 1934 (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 460).

<sup>17</sup> V. of.º n.º 13 do governador civil de Faro, João de Sousa Soares, ao ministro do Interior, a 9 de Janeiro de 1934 e notícia a sair na imprensa, e que o censor corta, no boletim n.º 94 da Comissão de Censura de Lisboa, zona sul: cortes registados na semana de 8 a 14 de Janeiro de 1934 (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maços, respectivamente, 468 e 460).

<sup>18</sup> V., designadamente, a 1.ª ed. do *Diário de Notícias* de 18 de Janeiro de 1934.

<sup>19</sup> V. Fernando Fitas, «Em Silves também houve 18 de Janeiro», depoimento de Francisco Nicolau, in *Notícias do Sul* de 1977, e Alfredo Canana, «O 18 de Janeiro em Silves», in *Diário de Lisboa* de 5 de Janeiro de 1980.

<sup>20</sup> V. relato da sessão do julgamento dos operários José Mimoso e Fernando Joaquim Simões, de Silves, cuja acusação é terem sovado o «amarelo» in *O Século* de 15 de Abril de 1934; v. José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando (Memórias de Um Operário Corticeiro). 1914/1938*, Lisboa, Regra do Jogo, 1978, pp. 74-77 e 248; v. ainda artigos cit. de Fernando Fitas e Alfredo Canana.

<sup>21</sup> Sobre os vivas à «greve geral», v. *Diário de Notícias* de 19 de Janeiro de 1934. Sobre o assalto à sede da antiga AC e o hastear da «bandeira vermelha», v. as acusações constantes das fichas prisionais de Manuel Pessanha, Virgílio Pires Barroso e João Conceição Valério, e pelas quais irão ser condenados, in *Presos Políticos no Regime Fascista. 1932-1935*, Presidência do Conselho, de Ministros, 1981, e artigos cit. de Fernando Fitas e Alfredo Canana.

Silves, a ordenar a «dispersão de grupos com cargas de cavalaria e infantaria» e a dirigir-se, pessoalmente, para aquela cidade <sup>22</sup>.

Se dos planos dos anarco-sindicalistas constava o assalto ao quartel da GNR — e os dirigentes afirmam-no —, deles vêem-se obrigados a desistir. O comboio que às 7 da manhã não havia chegado entrava horas depois, ronceiro e indiferente, na estação de Silves, para estupor de dirigentes, militantes e simples grevistas, significando que nem os ferroviários de Sul e Sueste haviam aderido à greve, nem a revolução em Lisboa era triunfante. Nestas circunstâncias, os dirigentes terão achado que seria suicídio avançar para acções de carácter insurreccional.

A greve, porém, mantém-se e continua geral.

Ao fim do dia 18 o administrador do concelho emite um edital em que convida os comerciantes a reabrir os seus estabelecimentos, intima os operários a retomarem o trabalho na manhã de 19 e estabelece, preventivamente, uma espécie de «recolher obrigatório» ao longo da noite de 18 para 19, enquanto as forças policiais continuam as buscas e mantêm a cidade sob forte vigilância.

Na manhã de 19 tudo parece ter entrado na normalidade em Silves. Com excepção de 6 corticeiros que estão presos e de 200 que andam a monte, os restantes operários apresentam-se ordeiramente nas fábricas. Mas a meio do dia todos os operários que o haviam feito voltam, de forma igualmente pacífica, a abandonar as fábricas, permanecendo em greve na tarde de 19 e durante todo o dia 20 <sup>23</sup>.

Em resumo, greve geral a 18 e greve parcial nos dois dias seguintes.

#### DO LADO DO GOVERNO

Contadas as peripécias da Marinha Grande, Almada e Silves, regressemos ao dia 18 e acompanhemos algumas das medidas que o governo vai anunciar.

Ao fim da noite de 18 o ministro do Interior torna pública a nota oficiosa de Salazar — a do «seguem-se agora naturalmente as sanções». Na conferência de imprensa que então dá o ministro refere de raspão a existência de «greves parciais» na Marinha Grande, Almada e Silves, afirmando, a respeito destas duas últimas, que deverão ser presos e punidos os «responsáveis» e «os que incitaram os operários ao abandono do trabalho» <sup>24</sup>. O tipo de sanções permanece no vago. E o ministro do Interior, ao citar apenas os responsáveis pelas greves, parece insinuar que os grevistas nada sofrerão.

---

<sup>22</sup> V. telegramas do comandante da 5.<sup>a</sup> companhia do Batalhão n.º 3, com sede em Évora e Faro, emitidos ao longo do dia 18 e dirigidos ao comandante-geral da GNR, em Lisboa, e que este último transcreve em ofício para o MI (ANTT, Nuc. MI, Gab. MI, maço 468).

<sup>23</sup> V. telegrama de trânsito, não numerado e não assinado, emitido de Faro, às 14.30, e telegrama n.º 115 do governador civil de Faro ao MI, ambos de 19 de Janeiro de 1934; v. ainda o telegrama n.º 22 do comandante da 5.<sup>a</sup> companhia do Batalhão n.º 3 da GNR, com sede em Faro, ao comandante-geral da GNR, Lisboa, emitido a 20 de Janeiro e que este último transcreve em ofício para o ministro do Interior (ANTT, Nuc. MI, Gab. MI, maço 468).

<sup>24</sup> In *Diário de Notícias* de 19 de Janeiro de 1934.

Tudo indica que o governo aguarda o desenrolar dos acontecimentos a 19. Assim, entre as directivas internas enviadas para os governadores civis ainda na tarde de 18 constam a reabertura das fábricas a 19 e a obrigatoriedade de os patrões fornecerem listas nominais dos operários que tivessem faltado a 18 ou viessem a fazê-lo nos dias seguintes.

Ao longo do dia 19 as posições do governo tornam-se mais precisas e passam a abranger, indistintamente, dirigentes e simples grevistas. A reincidência dos operários de Silves em abandonarem o trabalho ao princípio da tarde de 19 já levava o ministro do Interior a ordenar que a direcção das averiguações passasse para o foro militar, devendo ser nomeados elementos do exército para darem início ao auto de investigações. O que é feito <sup>25</sup>. No concelho de Almada, apesar da prisão dos 24 dirigentes sindicais, a greve continua, embora reduzida a corticeiros e operários das moagens.

O Conselho de Ministros, reunido desde as 16 horas do dia 19, decide cortar cerce. A nota oficiosa que ele emite ao fim desse dia anuncia medidas draconianas não só para os dirigentes do movimento ou da greve, mas agora também para os simples grevistas. Segundo esta nota, as entidades patronais da Marinha Grande, Almada e Silves tinham sido informadas de «que não lhes era permitido admitir ao trabalho os operários que a ele faltaram nos dias fixados para a greve revolucionária», estando as autoridades já de posse «das respectivas listas para fiscalizarem o rigoroso cumprimento desta determinação». Nos termos da mesma nota, não só os dirigentes da greve, «mas também os que a ela aderiram, terão de ser sujeitos aos tribunais militares especiais criados pelo Decreto n.º 23 203, de 6 de Novembro» de 1933, decreto que havia equiparado greve a rebelião. Para os «principais responsáveis pela preparação e direcção do movimento revolucionário» e para os «demais implicados nos actos criminosos», o Conselho de Ministros aponta-lhes um destino imediato: o «campo de concentração» já mandado organizar «no sul de Angola, na foz do Cunene», para o qual seguirão «dentro de poucos dias», «aguardando ali julgamento os que não possam ser julgados até ao dia fixado para a partida». Aos menores de 18 anos reserva o governo o seu internamento em «colónias correcionais» <sup>26</sup>.

A aplicação de algumas destas medidas não vai ser fácil nem linear.

Dado o carácter geral e maciço da greve, o cumprimento da primeira directiva vinha criar uma situação crítica, que atingia, obviamente, os operários, mas também os patrões, e que, no caso de Almada, levantava alguns problemas políticos. Significava que os patrões teriam de despedir pura e simplesmente todos os seus trabalhadores. Ora, por maior que fosse a legião de desempregados,

---

<sup>25</sup> V. telegrama n.º 115 do governador civil de Faro ao MI, cit.

<sup>26</sup> O Conselho de Ministros delibera ainda «promover a demissão dos funcionários civis e militares que professem ideias cuja propaganda é prevista e punida pelo Decreto n.º 23 203, não podendo ser nomeados de futuro para cargos públicos indivíduos que não dêem segura garantia de defenderem os princípios fundamentais da organização social consignada na Constituição», e aprova o decreto que estabelece as sanções aplicáveis à greve e ao *lock-out*, como meio de luta económica (in nota oficiosa de 19 de Janeiro de 1934, in *Diário de Notícias* de 20 de Janeiro de 1934).

era difícil proceder num curto espaço de tempo à substituição dos grevistas, tanto mais quanto nalguns casos se tratava de mão-de-obra qualificada. Estando impedidos de admitir os operários que tinham feito ou se mantinham em greve e, não sendo exequível substituí-los por novos operários, o resultado inevitável seria o encerramento das fábricas, estaleiros e oficinas do concelho de Almada e o das fábricas de cortiça de Silves.

A segunda medida implicaria, se não a prisão, pelo menos a instrução de processos aos mil corticeiros de Silves e a todos os grevistas do concelho de Almada, cujo número era bem superior ao dos operários de Silves, instrução que, por sumária que fosse, se tornava uma tarefa ciclópica.

Os industriais corticeiros de Silves, ou porque não têm mão-de-obra excedentária a que possam recorrer, ou porque não estão dispostos a fazê-lo, acabam, de facto, por encerrar as suas fábricas a partir de 22 de Janeiro, com os prejuízos daí decorrentes. Mas a 25, ou seja, três dias depois, 23 industriais, que empregam um total de 878 operários, dirigem uma exposição ao ministro do Interior expondo os graves problemas criados pelas decisões do governo e pedindo que aquelas medidas sejam revistas <sup>27</sup>. As pressões patronais sobre o governo continuarão <sup>28</sup>. Este só cederá em inícios de Março.

Mas, contra o espírito e a letra da nota oficiosa, o afastamento compulsivo dos operários não chega a ser cumprido no concelho de Almada. Aqui, por pressão dos patrões — que já se haviam reunido no próprio dia 19 com o administrador do concelho <sup>29</sup> —, mas provavelmente também pelos riscos políticos que o cumprimento de tal directiva comporta, nem as fábricas, estaleiros e oficinas procedem à substituição dos grevistas, nem encerram. Ou seja, aquilo que poderia acontecer na longínqua cidade de Silves tornava-se de difícil aplicação no concelho de Almada, a dois passos da capital. Ao fazer aplicar uma medida que levaria ao afastamento de todos os trabalhadores e, portanto, à paralisação de todo o concelho, o governo corria o perigo de reacender um fogo ainda mal extinto e ver posta em causa a sua versão de que a greve em Almada não fora senão parcial. A gosto ou a contragosto, o governo cede, optando por anunciar o regresso de Almada à normalidade.

E, quando seria de esperar, até para efeitos preventivos, que o governo alardeasse aos quatro ventos o castigo infligido aos operários de Silves — o

---

<sup>27</sup> V. exposição em papel timbrado da Associação Industrial e Comercial de Silves, secção industrial (cortiças), de 25 de Janeiro de 1934, que o governador civil de Faro, através do of.º 542, endereça ao ministro do Interior a 26 de Janeiro de 1934 (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 466).

<sup>28</sup> V. telegrama ao ministro do Interior do «industrial nacionalista» Aldemiro Mira de 1 de Fevereiro de 1934 (ANTT, Núcleo MI, Gab. MI, maço 466); v. ainda artigo do correspondente de Faro a publicar em *O Século* a 6 de Fevereiro e que a censura cortará e peça idêntica, em inícios de Março, de um «enviado especial» daquele jornal e que sofre destino idêntico, in boletins n.ºs 98 e 99 da Comissão de Censura de Lisboa, zona sul: cortes registados nas semanas, respectivamente, de 5 a 18 de Fevereiro e de 19 de Fevereiro a 4 de Março de 1934 (ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 467).

<sup>29</sup> In *O Século* de 20 de Janeiro de 1934.

terem ficado estes sem trabalho e sem salário —, também não poderá fazê-lo sem se desdizer e sem ter de vir explicar por que tratara os operários de Almada de uma maneira e os de Silves de outra. A única solução que lhe resta é silenciar o castigo — e os protestos dos patrões —, tal como antes havia silenciado a greve.

Por sua vez, os tribunais militares vão acabar igualmente por ser reservados apenas aos dirigentes, militantes e activistas envolvidos nos actos insurreccionais e aos que mais se distinguiram na greve ou estiveram na sua preparação. Sobre estes, sim, vão cair, de uma forma geral, pesadas penas de prisão, com degredo ou desterro, a que se juntam elevadas multas em dinheiro e a perda de direitos políticos.

Em resumo, a situação que mais embaraços cria ao governo, perante a qual ele mais impotente se mostra e que o leva a incongruências — dizendo uma coisa e fazendo outra, com gradações, segundo a relação de forças e as conveniências políticas —, não é o caso espectacular da Marinha Grande, mas sim os acontecimentos de Almada e Silves, onde o movimento de greve, dirigido pelos anarco-sindicalistas, conhece uma adesão maciça e assume, paradoxalmente, carácter pacífico.

## 2. O SEGUNDO ENREDO

Depois de tudo quanto acabámos de dizer, não deixa de constituir um enigma que a CGT e os anarco-sindicalistas, indubitavelmente o principal actor do movimento, tendam a ser ciclicamente mantidos na penumbra e que os comunistas, actor secundário, sejam normalmente guindados a figura de primeiro plano, quando não mesmo a única personagem. Tal como não deixa de ser um enigma que a Marinha Grande se tenha agigantado na memória colectiva e que greves como as de Almada e Silves mereçam quase sempre uma menção vaga e fugidia. O simples contraste entre as formas de luta, insurreição e greve, não preenche a desproporção entre o empolamento de uma e a obliteração da outra.

As chaves para estes dois problemas começam por se encontrar logo nas primeiras posições que anarco-sindicalistas e comunistas assumem perante os acontecimentos, posições que vão marcar, no essencial e de forma persistente, todo o trabalho posterior de construção e reconstrução da memória. Tudo o que virá depois mais não faz do que repetir, com uma ou outra variante — ligeiras, de resto —, o que é dito então.

Os comunistas, mais rápidos nos reflexos, são os primeiros a reagir. Proclamam que o «18 de Janeiro» não foi uma derrota, mas uma vitória. É uma vitória do Partido Comunista Português. Atribuem à CGT, FAO e autónomos — apelidados de «traidores», «espantalhos» e «castrados» — tudo quanto teve carácter bombista, obra de «grupos completamente isolados das massas». Se a greve não fora geral e nacional, àquelas correntes se devera. Fazem acusações e enumeram uma série de erros que aos outros imputam. E reivindicam para si e para o Partido



Comunista tudo quanto não foi «terrorista» ou «putchista» e teve «apoio de massas». E reclamam, obviamente, a Marinha Grande, «um caso completamente positivo da acção proletária» e «fertilíssimo em ensinamentos para o proletariado nacional». Sem problemas de modéstia, concluem: «Silves, margem sul do Tejo e Marinha Grande representam a grande jornada do nosso Partido.» Interpelando directamente os trabalhadores, declaram, em tom triunfante, que o movimento não foi «esmagado pelo governo»; o governo esmagou, sim, «as suas próprias ilusões [as dos trabalhadores] sobre o revolucionarismo dos chefes da CGT, sindicais revirahistas e reformistas»<sup>30</sup>.

Apesar das prisões que sofrem, os comunistas não pestanejam. O movimento é seu e sua a vitória.

A CGT e os anarco-sindicalistas, que, no confronto com o governo, tinham jogado tudo — os seus princípios e valores, os seus quadros, a sua estrutura clandestina e, tão ou mais importante do que tudo o resto, a sua imagem de símbolo do movimento revolucionário e de central única com legitimidade para falar em nome dos trabalhadores urbanos e rurais —, reagem na defensiva e sob o signo da derrota. De luto e mal refeitos ainda dos golpes que haviam sofrido e dos quais o mais forte fora, por certo, a indiferença com que a generalidade do operariado acolhera a sua palavra de ordem de greve geral — para já não falar das acções que falharam e das prisões que sofreram —, eis que se vêem desapaosados do que lhes pertencia. É com estupefacção que assistem à recuperação que os comunistas fazem da greve e ao repúdio dos actos violentos, alguns dos quais aos mesmos comunistas se devem, designadamente o descarrilamento do comboio perto da Póvoa de Santa Iria, como os próprios anarquistas sabem.

Não são os epítetos de «traidores», de «espantalhos» ou de «contra-revolucionários» o que os irrita ou ofende. É a «audácia das afirmações», o «descaramento» e o «arrojo» com que os comunistas afirmam ter sido o movimento obra sua — e tão-só no que lhes interessa —, que causa nos anarco-sindicalistas uma espécie de vertigem. E que praticamente os desarma. Reconhecem que «o movimento não correspondeu ao que se pretendia». Chamam a si e à CGT tudo o que ocorrera na margem sul do Tejo, em Silves, Vila Boim, Terrugem, Campo Maior, Coimbra e também na Marinha Grande, embora admitam que, neste último caso, a «influência bolchevista» fosse maior. Mas, obcecados que estão com a «audácia» dos comunistas, não resistem a responder, por entre interjeições e exclamações, às acusações ou erros que lhes são imputados, acabando por ficar totalmente prisioneiros do discurso dos seus adversários<sup>31</sup>.

E verifica-se aqui algo que é decisivo: argumentando em termos morais mais do que políticos, os anarco-sindicalistas vão ser incapazes de produzir, em termos positivos e substantivos, uma narrativa própria dos seus feitos, do que no movimento lhes pertencera e fora bem sucedido, designadamente as greves de

---

<sup>30</sup> Todas as citações são tiradas do documento do secretariado do PCP atrás citado.

<sup>31</sup> V. «A CGT, os chefes bolchevistas e o movimento de 18 de Janeiro», in *A Batalha*, III série, n.º 1, de Abril de 1934, que é uma resposta ao documento do secretariado do PCP acima referido.

Almada e Silves. Mas como fazê-lo se o que os empolgava era precisamente o modelo insurreccional que os comunistas, *malgré eux*, tinham levado a cabo na Marinha Grande? Seja como for, é como se perdessem pela segunda vez o movimento.

Estas duas atitudes — uma triunfante, outra infeliz — vão, por assim dizer, cristalizar-se no tempo e estar na origem do papel que posteriormente vai ser atribuído a comunistas e a anarco-sindicalistas, à Marinha Grande ou a Almada e Silves. Basta recordar que muitos anos depois, quando, a partir do 25 de Abril, a batalha em torno da apropriação da memória atinge o seu auge, estas duas atitudes se repetem, com os comunistas, vitoriosos, a celebrarem e a exaltarem o seu «18 de Janeiro» e com os anarco-sindicalistas de novo, em tom não menos infeliz, a contestarem o abuso das celebrações comunistas e a serem de novo incapazes de produzirem uma narrativa e valorizarem os trunfos que possuíam <sup>32</sup>.

#### A ENCENAÇÃO DO ACONTECIMENTO

Mas para perceber estas duas atitudes — em 1934 e mais tarde — é necessário introduzir duas outras personagens da altura: o governo e a grande imprensa.

Parafaseando o que G. Duby escreveu a propósito da batalha de Bouvines <sup>33</sup>, poderíamos dizer que o «18 de Janeiro» foi, antes de mais, o que o governo e os jornais da época quiseram que ele fosse. E o governo, porque estava seguro de que ia ganhar e queria que se soubesse, permitiu e quis que os jornais o reportassem e comentassem. Pelo número de edições diárias — só no dia 18 o *Diário de Notícias*, por exemplo, faz três edições; pelos títulos e fotografias — o «18 de Janeiro» mantém-se nas primeiras páginas dos dias 18, 19, 20 e 21; pelos editoriais que deixou que lhe fossem dedicados e pelo espaço que, na economia dos jornais, permitiu que lhe fosse atribuído; por tudo isto, é evidente que o governo quis que o movimento se transformasse num acontecimento impressionante <sup>34</sup>. Uma tentativa de greve insurreccional é em si um acontecimento bombástico, mas a leitura da imprensa da época coloca-nos também perante a evidência de uma grande encenação. E de uma encenação que é tudo menos inocente: os jornais publicam o que a censura permite; e governo e polícias têm o cuidado de funcionar como a primeira fonte de informação.

Acompanhando atentamente peças noticiosas, editoriais, reportagens fotográficas ou informação de natureza oficial que os jornais publicam — notas do Conselho de Ministros, declarações ministeriais e da polícia —, tanto nas

---

<sup>32</sup> V., designadamente, Emídio Santana *et al.*, *O 18 de Janeiro de 1934 e Alguns Antecedentes*, Lisboa, Regra do Jogo, 1978.

<sup>33</sup> V. George Duby e Bronislaw Geremek, *Passions Comunes*, Entretiens avec Philippe Sainteny, Paris, Ed. du Seuil, 1992, p. 150.

<sup>34</sup> É notório, por exemplo, o contraste com o que se passara em finais de 1933, quando as comissões de censura cortam todo o noticiário relativo às assembleias das associações de classe sobre os decretos da corporativização.

edições do dia 18 como nas seguintes, poderíamos dizer que narrativa e comentário se pautam, no que aqui nos interessa, por três grandes linhas de orientação.

A primeira é a de fazer crer que o movimento foi, no essencial, obra dos comunistas. É verdade que uma vez por outra, sobretudo na edição de 19, há referência expressa à CGT e a anarco-sindicalistas ou se usa o plural quando se fala dos organismos envolvidos no movimento. Mas o número de vezes — e as circunstâncias — em que o qualificativo político *comunista* aparece de mistura com as alusões à *Internacional de Moscovo* e às «tentativas bolchevistas e bolchevizantes» acaba por ser esmagador, pondo em dúvida ou até fazendo esquecer que outras correntes existem. Na edição de 19 do *Diário de Notícias*, por exemplo, jornalistas e correspondentes, nas suas peças, longas ou breves, sobre Coimbra, Barreiro, Almada e Silves, conseguem a proeza de nunca qualificarem politicamente os seus autores. Já o correspondente na Marinha Grande usa, linha sim, linha não, o termo *comunista*, único qualificativo político a que, de resto, recorre. Se nas edições do *Diário de Notícias* de 18 alguns civis presos em Lisboa já tinham confessado «estarem comprometidos num movimento extremista e filiados no partido comunista», na edição de 20 o jornalista, ao anunciar a chegada a Lisboa de «presos implicados» nos acontecimentos, «vindos de vários pontos do país», volta a insistir, citando informações da Polícia de Defesa Política e Social, em que «a maior parte confessa-se comunista e raros são os que se declaram anarco-sindicalistas». Exemplos como estes poderiam multiplicar-se.

A segunda linha de orientação é a que procura agigantar as acções violentas levadas a cabo por grupos restritos de militantes e diminuir os actos pacíficos de protesto que conhecem adesão de um número significativo de trabalhadores. Sempre que se trata de actos que envolveram violência — descarrilamento na Póvoa de Santa Iria, rebentamento de bombas em Lisboa, sabotagem da central eléctrica em Coimbra, sabotagens, ataques e assaltos na Marinha Grande, rebentamento de bomba no Barreiro —, o jornal tende a descer quase sempre ao pormenor, usando a informação fornecida pelas fontes oficiais, mas dobrando-a e reforçando-a com a que resultou do inquérito feito pelos repórteres ou correspondentes, sendo raro que estes não aproveitem a ocasião para sublinhar a «cobardia» dos seus autores ou a «repulsa» com que tais actos foram recebidos pelas populações. Atenção e minúcia diminuem drasticamente sempre que se trata de acções pacíficas, como as greves em Almada, Silves e Barreiro. Nuns casos, como Silves, impera o estilo telegráfico, vago e ambíguo, denunciando a mão orientadora da censura. Noutros, como Almada, porque a dois passos de Lisboa, e mesmo assim apenas mencionado na edição de 19 —, autoridades e jornalistas encarregam-se de introduzir elementos que minimizam a importância de tais eventos. As greves, ou são parciais, ou não passam de tentativas frustradas. A atenção e minúcia dedicadas aos actos violentos só são igualadas quando o jornalista procura dar conta da indiferença com que os operários, designadamente

os de Lisboa — mas não só —, responderam ao apelo dos dirigentes do movimento <sup>35</sup>.

A terceira linha de orientação, de resto expressamente assumida como lição e para a qual trabalha, naturalmente, o desigual tratamento dado aos acontecimentos, corresponde ao sublinhar do divórcio entre o operariado e os «seus supostos dirigentes»: colocar as classes trabalhadoras do lado da «ordem» e os *meneurs* do lado da «desordem»; separar o trigo do joio, fazendo realçar que, neste caso, a proporção do trigo acabou por ser incomparavelmente superior à do joio.

Escusado será dizer que qualquer destas três linhas tinha por efeito — quando não por objectivo — apresentar o movimento como indefensável aos olhos dos cidadãos e tornar legítima, desejável e necessária a intervenção represiva do Estado, que, num abrir e fechar de olhos, podia decapitar — e decapitou —, sem escândalo e sem oposição, o que restava do movimento sindical livre.

O «18 de Janeiro», assim construído pelo governo e pelos jornais, ou pelos jornais inspirados em instâncias mais altas e amável e zelozamente orientados e ajudados pelos serviços de censura e pelas polícias — de notar que poucas são as notícias dadas pela imprensa relativas a acontecimentos ocorridos a 19 e 20, como se o governo até tivesse querido que tudo se resumisse ao dia 18 —, foi a única grande narrativa sobre os acontecimentos de que os contemporâneos dispuseram.

E, surpreendentemente, também os próprios dirigentes do movimento. É aos relatos da imprensa que anarco-sindicalistas e comunistas recorrem nas suas primeiras tomadas de posição. Contra eles se batem e deles se servem. São eles que os alimentam, que constituem a sua matéria-prima ou o seu ponto de referência. Eles são uma espécie de «base de dados» onde todos vão. E neles encontramos a última razão de ser da perda e luto da CGT. Tal como neles encontramos a razão de ser da vanglória comunista.

Sem minorar a importância que os anarco-sindicalistas atribuem ao modelo insurreccional e a correlativa dificuldade em entender o valor da acção pacífica, podemos até perceber por que é que lhes vai ser difícil, na altura como mais tarde, fazer valer Silves e Almada, já que não têm uma narrativa a que se agarrar. Silves fora silenciada e Almada desvalorizada pela imprensa. E também podemos perceber por que é que, ao contrário, os comunistas conseguem fazer valer o que fizeram e não fizeram. Estes têm narrativa de sobra. Vão até poder escolher entre Póvoa de Santa Iria e Marinha Grande. Riscam e silenciam desde logo a primeira — porque acto terrorista simples — para se concentrarem e retrabalharem, com paciência, engenho e arte, a revolta vidreira. Não será, aliás, por acaso que, tendo na altura reivindicado Almada e Silves como obra sua, os comunistas acabarão, nestes dois casos, por ser também eles incapazes de posteriormente produzirem uma narrativa própria.

---

<sup>35</sup> V., designadamente, *Diário de Notícias* e *O Século*.

Ao designar os comunistas e os bolchevistas como o principal, se não único, obreiro da revolta — ou ao incentivar que os jornais por ele o façam —, o governo não só desacredita as outras correntes, como escolhe o inimigo ideal. Ideal porque conforme aos desígnios de propaganda e à doutrina do Estado Novo; porque, internamente fraco, não acarreta riscos políticos de maior; porque, forte e ameaçador na ordem externa, concita apoios — ou, no mínimo, a neutralidade — e legitima a operação cirúrgica e de limpeza que o governo quer levar a cabo nos meios sindicais.

Acontece que, para os comunistas, também essa escolha é providencial. Ela constitui como que o primeiro passo para a tão ansiada conquista da hegemonia. Para os comunistas é pouco relevante que tudo isto envolva uma grande dose de ficção, que a sua organização esquelética — e que mais esquelética se torna após a vaga de prisões — não corresponda, nem possa vir a corresponder a curto prazo, à importância e força que governo e jornais generosamente lhes atribuem. O que importa é que os comunistas são guindados a figura de primeiro plano e os anarco-sindicalistas e socialistas são banidos do discurso, e quem diz do discurso diz da cena social e política. É como se também eles partilhassem o princípio de que em política o que parece é.

«Silves, margem sul do Tejo e Marinha Grande representam a grande jornada do nosso Partido. Os jornais burgueses foram obrigados a relatar que a maioria revolucionária era comunista nestes pontos»<sup>36</sup>. Ironia da história: a versão mitológica dos comunistas e do seu papel na revolta de Janeiro de 1934 devem-na eles, antes de mais, ao governo, cuja versão dos factos acabaria por funcionar como um «insuspeito» mecanismo de confirmação.



# Cercados e Perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938)\*

Por

Paulo Guimarães\*\*

## Resumo:

Os anos '30 assistiram à perda definitiva da hegemonia da Confederação Geral do Trabalho (CGT) sobre o movimento operário português e ao fim do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo como força ideológica mobilizadora entre os trabalhadores. A análise histórica deste processo passou por conhecermos o posicionamento estratégico do órgão confederal face ao movimento militar do 28 de Maio de 1926 bem como os problemas com que a organização sindical se deparou até ao malogrado movimento do 18 de Janeiro de 1934. Este texto pretende descrever a relação entre a organização confederal e os sindicatos face às forças desagregadoras internas, por um lado, e a ofensiva patronal e do Estado, por outro. A análise foi balizada cronologicamente pelo movimento militar que impôs um regime de ditadura, em 1926, e o acto final desesperado que constituiu o atentado contra Salazar, a 4 de Julho de 1937, e atentou na acção dos militantes confederais bem como no papel da concorrência comunista face aos problemas emergentes até à institucionalização do Estado Corporativo.

**Palavras-chave:** Sindicalismo – CGT (Portugal), anarquismo, Estado Novo.

## 1. Introdução

É geralmente aceite pelos historiadores que os anos '30 do século XX constituíram um período de viragem no movimento operário português<sup>1</sup>. Com a eficiente acção repressiva

---

\* A versão preliminar deste texto foi apresentada no II Encontro Luso-Espanhol de História Política intitulado "Conflicto Político, Democracia y Dictadura. España y Portugal en la década de 1930", o qual decorreu em Madrid, na Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Complutense, nos dias 25 e 26 de Novembro de 2004. O autor agradece a João Freire as sugestões e os comentários feitos a essa versão.

\*\* Departamento de História e Cidehus (Centro Interdisciplinar de História e Ciências Sociais), Universidade de Évora.

<sup>1</sup> Sobre esta problemática veja-se, em especial, os estudos de João Freire, *Anarquistas e Operários Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Afrontamento, 1992, de Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995 (2 vols.) e *Sindicatos Contra Salazar: A revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, ICS, 2000 e o artigo de João Arsénio Nunes, "Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-1933)", *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3º 4º, 715-731. A actuação da Confederação Geral do Trabalho neste período foi descrita pelos militantes confederais Manuel Joaquim de Sousa, *Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante, 1925-1938*, Lisboa, Antígona, 1989 e Emídio Santana, *Tempos de luta de Adversidade e de Esperança: Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d. (1983). Edgar Rodrigues publicou numerosa documentação em *A Resistência Anarco-Sindicalista à Ditadura. Portugal, 1922-1929*, Lisboa, Sementeira, 1981. A colectânea de estudos publicados na *História do Movimento Operário Revolucionário*, São Paulo, Imaginário, 2004 dá-nos

policial exercida sobre os sindicalistas e, depois, com a integração dos trabalhadores e dos seus sindicatos na ordem corporativa, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) ficou irremediavelmente debilitada e incapaz de fazer face à concorrência que os comunistas lhes moviam no meio operário. A hegemonia ideológica do anarco-sindicalismo e do sindicalismo revolucionário sobre a militância operária, que fora já questionada no Congresso da Covilhã (1 de Outubro de 1922) e agravada depois, com a cisão comunista, no Congresso de Santarém (23 a 27 de Setembro de 1925), desapareceria<sup>2</sup>. Das suas cinzas erguer-se-ia então o P.C.P. como força hegemónica no meio operário para o “combate ao fascismo”. Se bem que este quadro simplificador tenda a sobrevalorizar o peso, a influência e a capacidade de acção dos comunistas e do seu partido antes da II Guerra Mundial (por contraposição aos libertários), não restam dúvidas que os anos que vão do movimento do 28 de Maio de 1926 à malograda greve geral de 18 de Janeiro de 1934 foram cruciais na desarticulação da organização confederal. Este processo, que constitui o objecto central deste estudo, levou-nos a recuar a análise até às vésperas do 28 de Maio, quando a CGT supostamente ainda mantinha a sua estrutura organizativa se não fortalecida, pelo menos intacta, na mira de eventuais erros estratégicos na acção desenvolvida pelos seus militantes. A investigação efectuada sobre as relações entre os organismos confederais, os sindicatos e os militantes incidiu principalmente no Arquivo Histórico-Social (AHS) e beneficiou das importantes contribuições historiográficas recentes nesta área<sup>3</sup>.

## **2. A CGT face ao 28 de Maio de 1926: a “expectativa vigilante” e o “deplorável estado da organização confederal”.**

O movimento militar de 28 de Maio de 1926 não constituiu para os militantes confederais qualquer surpresa. Em Abril e Junho de 1925 tinham eclodido em Lisboa duas revoltas militares na qual tinham tomado parte monárquicos, nacionalistas e outras forças das direitas. A intervenção bem sucedida do governo contara com o apoio popular na capital. Antes destes acontecimentos, a 12 de Fevereiro, escrevia-se n’*A Batalha*, o órgão da organização confederal: “A revolução fascista: eis o perigo a enfrentar imediatamente (...)”

---

uma perspectiva transnacional dos problemas com que se defrontou o sindicalismo revolucionário e o anarquismo entre as duas guerras mundiais.

<sup>2</sup> Sobre o debate ideológico no seio dos anarquistas e das suas relações com o sindicalismo em Portugal veja-se ainda o estudo introdutório de João Freire à reedição da obra de Neno Vasco, *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, Porto, Afrontamento, 1984, pp.7-44.

<sup>3</sup> Para além dos contributos já mencionados, refira-se ainda o estudo de Maria Inácia Rezola, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo, 1931-1948*, Lisboa, Estampa, 1999. O trabalho de Luís Farinha, *O Revivalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, Estampa, 1998 é fundamental para situar a participação anarco-sindicalista no contexto mais vasto da resistência à implantação do novo regime.



Que em todo o país o operariado se prepare para a luta, dispondo-se a não conseguir que vingue um regime ditatorial que o estrangulará”.

A recensão deste órgão de imprensa operário mostra que a ameaça fascista era levada seriamente desde meados de 1924 pelo menos<sup>4</sup>. A experiência por que passavam os trabalhadores sob o regime mussoliniano e riverista não deixava margem para dúvidas das consequências da implantação dum regime do mesmo tipo para os sindicalistas portugueses. Assim, na noite de 30 de Maio de 1926, o Conselho Confederal da CGT, que reunira para tomar posição face ao movimento militar, emitia uma nota oficiosa na qual manifestava a necessidade de “uma prevenção rigorosa do proletariado contra a eventualidade de um governo animado do mesmo pensamento e da mesma vontade”<sup>5</sup>. No entanto, e ao contrário do que sucedera meses antes, face à intentona militar de 19 de Abril de 1925, o seu órgão oficial tomava uma atitude de neutralidade e de expectativa perante os acontecimentos. Apenas a 1 de Junho de 1926 *A Batalha* tomava uma posição claramente contra a ditadura instaurada proclamando “em princípio a greve geral revolucionária em todo o país” e lançando um apelo “às armas ao povo de Lisboa”. Esta votação da greve geral “em princípio” mantém-se no dia seguinte através duma nota do Comité de Resistência da C.G.T., órgão criado para preparar o movimento. Enquanto isso, *A Batalha* limitava-se a transcrever as declarações públicas dos chefes militares e a colocar-se numa atitude de expectativa vigilante. Uma semana depois, a CGT, sob a ameaça dos militares, altera o seu posicionamento relativamente à preparação da greve geral. Essa mudança de atitude justificar-se-ia porque parecia “ter sido desviada a trajectória francamente militar ditatorial”. A proclamação da greve geral revolucionária, que deveria aparecer no suplemento daquele jornal, viria somente vinte dias depois, a 17 de Junho. Contudo, tal proclamação não chegou a vir a público, pois a polícia antecipou-se e apreendeu essa tiragem. Nela se afirmava que “por detrás desse movimento militar está claramente, indubitavelmente, a monarquia, a mais férrea de todas as ditaduras, a imposição dum regime à Mussolini ou à Rivera com o seu horroroso cortejo de destruição de tudo quanto represente o espírito liberal do povo português” e proclamava-se estar o caminho

---

<sup>4</sup> Entre Abril de 1924 e Junho de 1925 houve 7 tentativas de golpe militar, tendo os governos republicanos publicado um total de 39 leis de amnistia que colocaram em liberdade todos os implicados (V. Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal 1910-1926*, Mem Martins, Europa-América, s.d. [1976], p. 249. O militante confederal Manuel Joaquim de Sousa testemunharia anos mais tarde que “(...) de há muito a CGT e o seu órgão de imprensa, *A Batalha*, vinham agitando a necessidade do proletariado organizado se opor por todos os meios a uma situação político-militarista-reaccionária cujo advento há muito se pressentia.” (*Últimos Tempos...*, p.26). Veja-se também António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 2º volume, p.85-112.

<sup>5</sup> Jacinto Baptista, *Surgindo vem ao longe a nova aurora; Para a história do diário sindicalista A Batalha (1919-1927)*, Amadora, Bertrand, 1977, p.141.

aberto para a guerra civil<sup>6</sup>. No entanto, a greve geral não chegou a realizar-se pois, como vimos, nem mesmo esta proclamação viria a público.

A falta de preparação da CGT perante o movimento militar desencadeado a menos de um ano do Congresso de Santarém causa alguma perplexidade, tanto mais que esta não parecia interessada em estabelecer alianças políticas com nenhum dos partidos republicanos. Segundo Manuel Joaquim de Sousa, menos de dois meses antes do movimento militar, “militantes da CGT tinham sido abordados por homens responsáveis da Esquerda Democrática, que pretendiam que a CGT colaborasse com esse partido numa acção destinada a derrubar o governo de António Maria Silva, apresentando-lhes o perigo fascista, desenhado por Filomeno da Câmara e outros. Sabia-se que os irmãos Cabeçadas organizavam febrilmente uma revolução com carácter conservador, e inúmeros oficiais conspiravam nos quartéis. *O cunho reaccionário da larga conspiração era visível, quase palpável.*”<sup>7</sup> Ora, se não restavam dúvidas sobre a natureza do movimento que se preparava às claras, a posição da CGT foi a que “não podia dar uma colaboração com fins particularistas”, ou seja, não estava interessada em sacrificar a organização operária numa acção que servisse para beneficiar qualquer um dos partidos “burgueses” que se digladiavam na luta pelo poder. E aquele militante confederal conclui: “[A CGT] entraria, sim, em acção, mas como força própria, contra a ameaça do fascismo, partisse o perigo donde partisse”<sup>8</sup>. Ora, quem conhecia o estado da organização operária naquela altura sabia que a CGT não tinha nem capacidade de mobilização nem meios materiais para desencadear uma acção independente. Os últimos acontecimentos aconselhavam a CGT a não ser arrastada para aventuras políticas, das quais seria a principal sacrificada. Assim, o que a CGT procurava era preservar a sua autonomia na acção.

Constituiu este posicionamento, aparentemente evitado de sectarismo ideológico, um erro estratégico que lhe seria fatal? Jacinto Baptista, numa análise muito posterior, escreveria, em jeito de balanço que “o anarco-sindicalismo (...) ao repudiar sistematicamente o envolvimento em pugnas partidárias, se distraiu da gravidade da situação que estava a preparar-se à sua ilharga e que, quando acordou, já era tarde”<sup>9</sup>. Efectivamente, se a posição

---

<sup>6</sup> O suplemento que se encontra depositado na BNL foi publicado por J. Baptista, *Surgindo vem ao longe...*, p.145.

<sup>7</sup> M. J. Sousa, *Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante...*, pp. 24-25, grifos nossos. Sousa referia-se certamente à “rebelião” de 1-2 de Fevereiro de 1926 no qual esteve o Partido Radical e o empreiteiro João Martins Jr. O general Gomes da Costa tinha-se aproximado dos “radicais” mas, de acordo com A. J. Telo (*ob. cit.*, p.94), estes só conseguiram ter alguma adesão na GNR (cuja capacidade bélica tinha sido muito diminuída desde 1923) e na marinha.

<sup>8</sup> M. J. Sousa, *Últimos Tempos...*, p. 25.

<sup>9</sup> J. Baptista, *Surgindo vem ao longe a nova aurora...*, p. 63.

inicial d'A *Batalha* perante o movimento militar foi de "expectativa vigilante" (talvez pela presença de Gomes da Costa ou porque esperassem que os acontecimentos evoluíssem a seu favor), a eventual recusa da CGT integrar um movimento de sinal contrário ao lado das forças "burguesas" pode explicar-se também pelas acusações de colaboracismo com os governos republicanos, acirradas pelos comunistas.<sup>10</sup>

Para explicar a passividade *de facto* da CGT face ao movimento militar, Manuel Joaquim de Sousa destaca a importância da clivagem entre as posições assumidas pelo Comité Confederal da CGT e a postura pública do seu órgão, *A Batalha*, o qual teria contribuído para desorientar o operariado em tão grave momento.<sup>11</sup> Mas salienta igualmente, de forma mais velada, o divórcio que se instalara entre os militantes sindicalistas no "topo" da estrutura e os sindicatos.<sup>12</sup> No primeiro caso, esteve a oposição entre Manuel Joaquim de Sousa e Santos Arranha, instalando-se um conflito interno no Comité Confederal que levaria meses a sanar. Para Arranha, a posição de expectativa assumida pel'A *Batalha* traduzia de forma realista a situação de impotência que resultava do próprio estado em que se encontrava a organização confederal.

Ora, os dois últimos anos tinham sido muito difíceis para os sindicatos. Sob o governo "canhoto" de José Domingos dos Santos e do seu sucessor, Vitorino Guimarães, verificou-se um endurecimento da acção policial sobre a militância operária, a coberto da campanha de imprensa da direita contra a Legião Vermelha<sup>13</sup>. Prisões e espancamentos de sindicalistas sem

---

<sup>10</sup> José da Silva, secretário-geral do Partido Comunista Português, atestaria esta atitude em testemunho posterior, a propósito do movimento de 3 de Fevereiro de 1927: "Nesse tempo, a separação entre as organizações socialistas que praticavam a luta de classes e as outras formações políticas democráticas, por muito radicais que estas se apresentassem, era de tal forma estanque que nenhum comunista, anarquista ou sindicalista se aventurava a correr o risco de ser tomado como colaborador com elementos burgueses, mesmo reconhecidos como liberais" (*Memórias dum Operário: 2º volume. Após o 28 de Maio e Oposição Democrática*, Porto, 1971, p.32). Veja-se também a este respeito o J. A. Nunes, "Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português...", *art. cit.*, o qual confirma esta tese.

<sup>11</sup> Enquanto o Comité Revolucionário, nomeado pelo Comité Confederal da CGT, publicava as suas "notas oficiais, marcando a orientação do proletariado contra o estado de coisas triunfante, que impunha, declaradamente, a ditadura por nós combatida (...) o jornal dava um noticiário absolutamente contraditório – dentro das normas da imprensa de informação – de maneira que a orientação dada pelo Comité nas suas notas era totalmente destruída por tal noticiário, que deixava o proletariado mergulhado em contradições, prejudicando a acção necessária" (M.J. Sousa, *Ob. cit.*, p.35). O destaque dado pelo jornal às declarações de Gomes da Costa pode também explicar-se pela sua aproximação ao Partido Radical, que anteriormente tentara um golpe militar, contando com o apoio da Esquerda Democrática e do PCP, forças que, com a CGT, integravam a União dos Interesses Sociais (UIS). A saída da CGT da UIS após os acontecimentos de Abril pôs fim a esta coligação. Surge então o Comité de Defesa Proletária constituído pela Esquerda Democrática, pelo Partido Socialista e pelo PCP. Segundo E. Santana "À (sua) volta esvoaçava também o partido radical do "pai Lopes" e do Gomes da Costa, subsidiado pelo construtor civil Martins Júnior" (*Memórias...*, p.91).

<sup>12</sup> "Para muitos a CGT era unicamente o Conselho Confederal, com as suas secções e o respectivo comité. Foi um erro. A Confederação é constituída por todos os seus componentes, desde os sindicatos, individualmente, até aos organismos federativos e seus órgãos de imprensa. O dinamismo confederal é o resultado da articulação de todos os órgãos e células que a integram" (M. J. Sousa, *Ob. cit.*, p.27).

<sup>13</sup> De acordo com E. Santana (*Memórias de um militante...*, p.70, a Legião Vermelha que contava no seu seio com comunistas saídos das Juventudes Sindicalistas, tinha sido formada para assassinar M. Joaquim de Sousa,

qualquer motivo, acompanhadas de perseguições patronais, e “razias policiais” sobre as sedes sindicais tinham-se tornado frequentes. Completa este quadro o boicote policial e a censura à *Batalha*. Efectivamente, em 24 de Maio de 1924, Ferreira do Amaral, comandante da polícia de Lisboa, ordena a censura prévia ao órgão de imprensa confederal, numa altura em que são presos e espancados numerosos operários nas esquadras da polícia, na sequência do atentado a tiro a um gerente da Companhia de Moagem Portugal e Colónias. A partir de então tornaram-se muito frequentes as apreensões d’*A Batalha* criando ao jornal uma situação de verdadeira asfixia financeira. A 2 de Outubro a polícia invade a sede do jornal, destrói mobiliário e diverso material, um acto classificado como “razia policial”. A braços com enormes dificuldades financeiras, *A Batalha* enfrentava ainda, a 2 de Março de 1926, 11 processos judiciais devido a artigos publicados sobre o escândalo “Angola e Metrópole”.

A participação do operariado no combate ao movimento militar de 18 de Abril de 1925 tinha tido como resultado a deportação de numerosos militantes para África. A sua acção tinha sido decisiva para conter a rebelião militar pois deu alento ao governo para actuar em defesa da República. Muito embora este se recusasse a entregar armas aos civis, o comportamento popular na rua conduziu ao recuo das forças militares que previamente tinham garantido a sua adesão ao movimento das direitas<sup>14</sup>. Alguns dias depois, centenas de sindicalistas e de anarquistas são presos. Estes processos judiciais tinham deixado praticamente sem fundos o organismo de solidariedade para com os presos sociais<sup>15</sup>. Sintoma de sérias dificuldades de mobilização foi também o facto da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa não ter sido capaz de mobilizar os sindicatos de Lisboa para uma greve geral de solidariedade como medida de protesto contra a prisão de militantes operários<sup>16</sup>.

As dificuldades de mobilização resultavam também (ou sobretudo) da situação económica em que vivia o meio laboral desde meados de 1923. A 22 de Dezembro de 1924

---

Joaquim Cardoso e outros militantes anarquistas. Mais tarde, alguns deles passam para a Polícia de Segurança do Estado, sendo alguns denunciados mortos a tiro. A imprensa, na quase totalidade também hostil aos “democráticos”, confundia sistematicamente a actividade da Legião Vermelha com a das Juventudes Sindicalistas, que sofrera a cisão que dera origem ao PCP.

<sup>14</sup> O 18 de Abril de 1925 é geralmente considerado como o antecedente imediato do 28 de Maio do ano seguinte. Telo afirma que “o governo vitorioso [de Vitorino Guimarães] quase sente vergonha da sua vitória” (*ob. cit.*, p.98). Por detrás deste movimento estiveram nacionalistas, integralistas e monárquicos, sendo destacadas as figuras de Filomeno da Câmara, Sinel de Cordes e Raul Esteves. Segundo este último, o 28 de Maio começou a ser preparado logo a seguir por este grupo, em Elvas (V. tb Eduardo Freitas Costa, *História do 28 de Maio*, Lisboa, Ed. Templo, 1979, p.138).

<sup>15</sup> Veja-se o ofício da Comissão Instaladora da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa dirigido aos sindicatos em Março de 1926. Este organismo afirmava que não tinha meios materiais para fazer campanha anti-fascista porque os últimos recursos que possuía tinham-se esgotado no último movimento pró-regresso dos deportados (AHS 2649 Ms 802). As prisões de sindicalistas tinham começado a 18 de Abril. A 20 de Maio de 1925, na sequência do atentado a Ferreira do Amaral, houve uma segunda leva de deportados sem julgamento.

<sup>16</sup> Veja-se o ofício da Comissão Instaladora da CST de Lisboa, datado de 12 Maio de 1925, dirigida a todos os sindicatos de Lisboa sobre as deportações de militantes (AHS. 3701 ms.756)

uma manifestação, formada por cerca de 2 mil pessoas que saíam da sede da CGT para solicitar trabalho ao governo, é dispersa à sabrada pela cavalaria da GNR.<sup>17</sup> Em Janeiro de 1925, outra manifestação, na qual participaram 1.500 pessoas, teve o mesmo desfecho. Em Junho de 1925, em documento preparatório do Congresso de Santarém, dirigido aos sindicatos, afirmava-se que “estes três últimos anos foram de crise mais ou menos intensa para o proletariado, especialmente para o do norte, onde (...) está concentrada a maior parte da indústria.” Como consequência, “os efectivos sindicais sofreram grande abalo ressentindo-se do mesmo os cofres sindicais”<sup>18</sup>. Em Agosto, perante as dificuldades de muitos sindicatos enviarem delegados ao Congresso devido “à crise do trabalho”, o Comité Confederal sugere formas alternativas às quotizações dos sócios para obter receita para aquele fim.

No início daquele ano, face às ameaças de conquista do poder pela União dos Interesses Económicos, o Comité Confederal da CGT apelava aos Sindicatos para que reforçassem a sua participação nas Uniões de Sindicatos e nas Federações de Indústria, “habilitando assim a CGT a defrontar-se com forças já organizadas e prontas a agir, da União dos Interesses Económicos que sinistramente personificam a reacção truculenta do capitalismo governamental”<sup>19</sup>. E a 13 de Fevereiro de 1925 a União dos Sindicatos Operários de Lisboa conseguiu levar 100 mil pessoas em desfile do Terreiro do Paço ao Parlamento para afirmar a sua oposição aos manejos do parlamento e das forças conservadoras<sup>20</sup>. A 5 de Março dar-se-ia uma tentativa de golpe militar. No entanto, na sequência do 18 de Abril a CGT não conseguira responder com a greve geral, facto que viria a revelar às forças das direitas a debilidade em que se encontrava a organização operária. Outro indício das dificuldades com que se deparava a actividade orgânica da CGT foi o facto do Comité Confederal desconhecer, no momento em que se propunha entabular negociações com o governo, a dimensão da “crise do trabalho”, ou seja, o número de desempregados, a quantidade de operários afectados pela redução no número de dias de trabalho semanal, bem como aqueles que viram a jornada de trabalho aumentada, por sectores<sup>21</sup>.

Apesar destas dificuldades e da cisão dos sindicatos comunistas e das juventudes sindicalistas, a CGT contava nas vésperas do Congresso de Santarém com a adesão de 10 Federações de Indústria, de 12 Uniões locais de sindicatos, de 3 sindicatos nacionais e de 8 sindicatos isolados que eram representados no Conselho Confederal por 48 delegados.

---

<sup>17</sup> A. J. Telo, *Ob. cit.*, 2º vol., p. 107.

<sup>18</sup> Circular nº 49 do Comité Confederal da CGT aos Sindicatos, de 10-Jun-1925 (AHS. 3701 ms. 756).

<sup>19</sup> Circular dirigida pelo Comité Confederal da CGT aos sindicatos em 29-1-1925 (AHS. 3701 ms.756).

<sup>20</sup> E. Santana, *Tempos de luta...*, p.84.

<sup>21</sup> *Idem* (AHS. 3701 ms.756).

Representavam estes organismos uma população estimada em 80 mil trabalhadores, dos quais 35 mil seriam sindicalizados.<sup>22</sup> Contudo, e de acordo com o relatório do Comité Confederal ao 2º Congresso da AIT, “o proletariado militante é diminuto e não dispõe da elevada cultura que ambiciona e que é necessária para que tenha realização completa a obra a que se propõe a organização.”<sup>23</sup> Alguns anos mais tarde, em 1933, Alexandre Vieira viria também a afirmar que “uma grande parte do operariado organizado não foi tocada organicamente por esse trabalho que se chama CGT”<sup>24</sup>. A actividade das associações de classe e dos sindicatos era pautada por movimentos locais em defesa de direitos adquiridos ou considerados justos, atraindo a massa operária, que logo debandava quando essas movimentações terminavam<sup>25</sup>.

A partir de 1923 desenvolveram-se um conjunto de greves locais de longa duração que terminaram em insucessos ou em “vitórias parciais” com sabor a derrota. Em alguns casos, como sucedeu com as greves dos mineiros de Aljustrel, dos mineiros de São Pedro da Cova ou dos trabalhadores dos têxteis da Covilhã, os movimentos foram acompanhados pela CGT e esta accionou mecanismos de solidariedade entre as “classes” do país. Mas noutros, como sucedeu com a greve de quatro meses dos Ferroviários, a CGT não lhes prestou a solidariedade devida por motivos ideológicos. Numerosas greves locais tiveram por motivação a diminuição nos salários, a extensão da jornada de trabalho, a diminuição do número de dias de trabalho ou a manutenção de regalias anteriormente alcançadas. O resultado das greves deste período foi frequentemente a quebra do ímpeto reivindicativo associada à debandada dos trabalhadores das suas associações, num contexto de “revanche” patronal. As greves de solidariedade entre classes, que tinham marcado o sindicalismo revolucionário antes da guerra, tornaram-se excepcionais. No entanto, os anos de 1923 e 1924 tinham sido de intensa propaganda sindical, tendo-se realizado 7 congressos de sindicatos da indústria aderentes à CGT e esta promoveu 2 conferências. O número de sindicatos diminuiu, em parte devido à aglutinação das antigas associações de classe nos sindicatos únicos, mas novos sindicatos se formaram. A CGT contava agora com mais organismos federativos (uniões locais, câmaras sindicais, federações) e o número de operários sindicalizados não

---

<sup>22</sup> *Relatório do Comité Confederal da CGT ao 2º Congresso da AIT* (Holanda, Primavera), 1925, incompleto (AHS 3911 ms 39). Um dos traços mais salientes na composição dos sindicatos aderentes era o seu carácter obreiro, sendo notória a ausência de sindicatos de empregados comerciais e bancários (com excepção dos caixeiros). Manuel Joaquim de Sousa refere que, nos finais da I República, o professorado do ensino primário estava para aderir à CGT.

<sup>23</sup> *Idem* (AHS 3911 ms 39).

<sup>24</sup> *Solidariedade Mineira e Metalúrgica*, nº 15, 15 de Maio de 1933.

<sup>25</sup> “É mais devido à tradição liberal do povo e ao seu temperamento meridional que as classes se agitam em defesa de algumas regalias. Daqui decorre a necessidade duma permanente propaganda, que é sempre recebida com entusiasmo pelas massas, que nos primeiros dias dão intensa vida aos organismos mas que passados alguns meses em parte as abandona, sem explicação (...).” *Relatório do Comité...* (AHS 3911 ms 39).

parece ter diminuído até 1925<sup>26</sup>. No entanto, se tomarmos como indicador do dinamismo sindical e da capacidade de mobilização da CGT a evolução das tiragens do órgão de imprensa confederal, o quadro é inteiramente diferente. De acordo com David Carvalho, que tinha sido redactor d'*A Batalha* no seu período áureo, entre finais de 1922 e princípios de 1923, quando se imprimiam 40 mil exemplares, e mais tarde, entre 1925 e 1927, “por efeito da cisão do movimento operário, provocado pelo litígio entre anarco-sindicalistas e comunistas, em que ambas as partes assumiram pesadas responsabilidades, a tiragem tomou tal declive que à data da destruição, havia descido até muito próximo de cinco mil exemplares. A censura, com as suas ofensivas brutais e sem discriminação, agravou tragicamente a situação do jornal”<sup>27</sup>. E, muitos anos mais tarde, Emídio Santana descreveria o ambiente vivido em Lisboa nos últimos dias da República, salientando “a debilidade das energias populares”, a qual resultava do “desalento colectivo” e da “crise de consciência que avassalava as pessoas” sob um “clima de poder policial”, pois a polícia actuava como um poder autónomo, “à margem da Constituição, das leis e dos governos”.<sup>28</sup>

Em suma, nas vésperas do 28 de Maio o movimento sindical encontrava-se já bastante debilitado, não apenas devido à cisão comunista e às desinteligências internas no seio do Comité Confederal, como também devido à repressão policial e à censura exercidas sob os últimos governos “democráticos”.<sup>29</sup> Enquanto os chefes militares reaccionários depois de amnistiados, absolvidos em julgamento militar e tratados como heróis nacionais pela maioria da imprensa hostil ao governo, preparavam às claras novo golpe, a censura e a acção policial fazia-se sentir sobre os sindicatos, e os militantes sindicalistas eram presos, deportados para os Açores e para África pelo crime de terem combatido o movimento de 18 de Abril de 1925.

A evolução dos acontecimentos logo a seguir ao golpe mostra, no entanto, que outros factores foram determinantes para a inoperacionalidade da CGT. Pouco depois de ter proclamado a greve geral “em princípio”, os membros do Comité Confederal foram convocados por Mendes Cabeçadas, o novo Ministro do Interior, que os informou da intenção dos militares em mandarem encerrar as sedes da CGT, da União de Sindicatos Operários de Lisboa, da Federação da Construção Civil, da Federação das Juventudes Sindicalistas e de

---

<sup>26</sup> V. Relatório do Comité Confederal da CGT ao 2º Congresso da AIT..., 1925, incompleto (AHS 3911 ms 39).

<sup>27</sup> Depoimento publicado por J. Baptista, *Ob. cit.*, p.183.

<sup>28</sup> *Tempos de luta...*, p.124.

<sup>29</sup> Depois do Congresso de Santarém, no início de 1926, saem da CGT os Arsenalistas do Exército (o sindicato de Bento Gonçalves), logo acompanhados pelos Arsenalistas da Marinha, da Federação Marítima e dos Empregados do Comércio. Muito embora a saída dos primeiros não representasse um golpe sério na força da CGT na capital (devido ao seu estatuto militar, estavam impossibilitados de participar em greves), eram grandes contribuintes da CGT devido ao elevado número de associados que dispunham e às remunerações que auferiam. Com a saída da CGT, Bento Gonçalves esperava provocar a sua asfixia financeira. V. M. J. Sousa, *Últimos tempos...*, p. 98.

prender todos os seus militantes caso *A Batalha* não publicasse uma contra-ordem da greve geral, o que viria a suceder a 8 de Junho. Entretanto, o Comité de Resistência avistou-se com o Presidente do Ministério deposedo para lhe dar conta das intenções da CGT, solicitando-lhe 15 mil armas para “armar o povo de Lisboa”. Os oficiais da guarnição da capital fiéis ao governo, porém, não se entenderam e decidiram não desencadear qualquer acção de resistência<sup>30</sup>. Assim, a CGT não podia fazer mais do que secundar um movimento que fosse desencadeado pelos militares ou tomar a iniciativa de preparar uma greve geral que pudesse contar com o apoio dos sectores militares “democráticos”. A primeira oportunidade apareceria somente a 3 de Fevereiro do ano seguinte e, depois, a 20 de Julho de 1928.

### **3. A CGT sob a ditadura: os dilemas da “via legalista”.**

A CGT encontrava-se mal preparada para participar na Revolução de 3 de Fevereiro de 1927. Dias antes, a sede d'*A Batalha* na Calçada do Combro, em Lisboa, tinha sido assaltada pela polícia, tendo sido presos todos os que se encontravam no edifício onde funcionava a CGT. Estes seriam libertados a 7 de Fevereiro, no próprio dia da eclosão do movimento em Lisboa. Assim, durante os acontecimentos o jornal, que era um veículo fundamental de mobilização nos meios operários, esteve suspenso<sup>31</sup>. Mais importante foi a postura assumida pelos próprios militares revoltosos que parece terem procurado limitar a participação dos elementos civis. O General Sousa Dias, que comandou a revolta no Porto, afirmaria em tribunal que os civis que participaram na contenda se encontravam já armados e que tinham sido utilizados “simplesmente no serviço auxiliar de ligações, meramente secundárias”. A sua vontade era de que o combate se travasse exclusivamente entre militares<sup>32</sup>. Por sua vez, o comunista José da Silva conta nas suas memórias como um grupo de 200 operários, concentrado na estação de caminhos-de-ferro da Campanhã, no Porto, aguardou em vão durante horas que lhes entregassem armas e munições<sup>33</sup>. Assim, embora não seja possível, no

<sup>30</sup> V. tb. J. Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando. (Memórias de um Operário Corticeiro)*, 1914-1934, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, p.103.

<sup>31</sup> A suspensão ocorreu entre 7 de Fevereiro e 1 de Abril de 1927 (54 dias). V. Baptista-1977:172.

<sup>32</sup> A. H. Oliveira Marques (org.), *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*, Lisboa, Dom Quixote, 1975, p. 41. Eduardo Costa, porém, é de outra opinião (*História do 28 de Maio...*, pp.285-286). Por detrás desta revolta estiveram Jaime Morais, José Domingos dos Santos, Jaime Cortesão, Sousa Dias e o coronel Faria. V. também Luís Farinha, *O Revirvalho...*, pp. 39-64. De acordo com Farinha, os militares republicanos tiveram sempre o receio de que a revolução caísse na rua e foi sempre muito criteriosos na arregimentação de civis (*Ob. cit.*, p.36).

<sup>33</sup> José da Silva, *Memórias dum Operário. 2º Volume. Após o 28 de Maio e Oposição Democrática (1955)*, Porto, Manuel Duarte, 1971, pp. 27-30. Farinha refere um total de 300 civis armados no Porto, sendo “alguns deles” da CGT (*Ob. cit.*, p. 36). Diz-nos que, no Porto, a Polícia, a GNR e os civis foram mais numerosos do que os militares mas não é claro quanto ao peso e protagonismo das forças da CGT e bolchevistas. Em Lisboa, a maior parte dos civis parece ter sido armada pelos marinheiros de Alcântara. O Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste associou-se à rebelião e declarou a Greve Geral Revolucionária mas esta foi um rotundo fracasso (*Idem*,



estádio actual dos nossos conhecimentos, avaliar da extensão da participação da CGT nas duas revoltas militares, tudo aponta para um divórcio entre as acções desencadeadas pelos militares e as iniciativas operárias<sup>34</sup>.

Na sequência da Revolução de 3 de Fevereiro o governo desencadeia a maior ofensiva repressiva contra as organizações operárias e “contra todos os que eram conhecidos pelas suas ideias inconformistas com a Ditadura Militar”<sup>35</sup>. Um numeroso grupo de militantes cegetistas é preso e deportado, entre eles Mário Castelhana. A sede da Câmara Sindical do Trabalho do Porto e a da Juventude Sindicalista são encerradas, efectuadas prisões e arrolados os seus bens. Em Lisboa, o edifício da Calçada do Combro é encerrado, a CGT ilegalizada e os organismos que aí funcionavam impedidos de funcionar. Após um breve período em que *A Batalha* ainda pode ser impressa na legalidade, entre Abril e Maio, a 2 de Novembro o edifício é novamente assaltado, tendo sido retirado todo o recheio ou destruído e logo arrendado para habitação a famílias de agentes policiais. Em princípios de 1928 quase todo o Comité Confederal se encontrava encarcerado e sujeito às piores sevícias policiais. Assim, o movimento de 20 de Julho de 1928 (conhecido pela Revolta do Castelo) encontra a CGT ainda mais debilitada<sup>36</sup>.

A partir de então, a CGT aparece à luz do dia como Comissão Inter-Federal de Defesa dos Trabalhadores (CIFDT). Só a partir do movimento de 18 de Janeiro de 1934, quando já muito pouco restava da organização confederal, a CGT entra verdadeiramente na clandestinidade. Durante este período a acção da CGT será marcada pela duplicidade de acção entre a esfera legal e a clandestinidade “subversiva”. No primeiro caso encontra-se a actuação exercida por meio dos sindicatos e junto do governo na denúncia de ilegalidades exercidas sobre os trabalhadores, na defesa de direitos adquiridos e na participação em reuniões com as

---

p. 87). O pronunciamento tomou assim o aspecto de revolução social que preocupou os observadores externos, nomeadamente, os ingleses. Veja-se a este respeito D. Wheeler, *A Ditadura Militar Portuguesa, 1926-1933*, Mem Martins, Europa-América, 1988, pp.24-27, o qual trata estes acontecimentos simultaneamente como um *pronunciamento* e uma guerra civil fracassada. Os civis parecem terem sido a parte mais aguerrida da rebelião. A Revolução de Fevereiro forneceu o pretexto para a Ditadura militarizar a vida civil, depurar o funcionalismo e o exército (Farinha, *idem*, p. 61).

<sup>34</sup> Farinha confirma este alheamento dos militares republicanos das forças civis quando define o Revivalhismo como “um movimento fortemente marchado pela participação dos militares, empenhado na dignificação do Exército e definindo os seus planos revolucionários na base de uma acção regular das forças armadas, com escassa ligação à sociedade civil e menos ainda a práticas revolucionárias, mais concordantes com os escassos meios materiais e humanos disponíveis” (*O Revivalho...*, p.35).

<sup>35</sup> José Francisco, *Páginas do Historial Cegetista*, Lisboa, Sementeira, 1983, p. 46.

<sup>36</sup> Embora a acção dos ferroviários do sul tenha sido eficiente desta vez, devido ao seu envolvimento directo na intentona, o número de civis que participaram no movimento parece ter sido pouco superior a uma centena. Farinha refere que os militares revolucionários receavam “os excessos” que pudessem ter lugar em consequência da sua acção por parte da população civil. Como resultado desta acção foram deportados cerca de 4 centenas de indivíduos, entre os quais “muitos civis” (*Ob. cit.*, p.96).

autoridades que obedeciam à agenda do governo<sup>37</sup>. No segundo caso encontra-se a publicação d'*A Batalha*, o auxílio na preparação de greves de âmbito local e, finalmente, na desastrosa preparação do 18 de Janeiro. Sob este pano de fundo desenrola-se simultaneamente a ofensiva patronal e do Estado, agravada pela crise económica de 1930-1932, enquanto o intenso debate entre os sindicatos cegetistas e os organismos afectos aos comunistas desembocará no estíolar da organização confederal, dividida entre comunistas (Comissão Intersindical), socialistas (Federação das Associações Operárias) e Sindicatos Autónomos.

A instauração do regime militar reforçou ainda mais o poder do patronato e contribuiu para agravar as condições laborais, uma tendência que vinha já de anos anteriores. A actuação do Sindicato Único dos Metalúrgicos de Lisboa ilustra a ofensiva patronal que tomou múltiplas modalidades. Num ofício dirigido a 12 de Setembro de 1927 à direcção da Companhia Portuguesa de Pesca, a qual estava a praticar horários de 10 horas diárias nas suas oficinas, dava-se conta da mudança de ambiente nestes termos:

“Na reunião efectuada em 9 do corrente do pessoal, constatou-se a grande diferença nas condições de trabalho nas oficinas Olho-de-boi do seu início e actualmente. Em tempo(s) idos a satisfação era geral, presentemente a desconfiança e o descontentamento é notório. Dando a impressão em vez dum local de labor e satisfação mútua – a um aglomerado de condenados e ódios concentrados – todavia os patrões são os mesmos outrora inspiraram simpatia do seu pessoal, pelo que se poderá voltar à normalização deste estado de coisas.”<sup>38</sup>

Os descarregadores trabalhavam 10, 12 e 16 horas “conforme dá na gana do chefe” auferindo o salário de 8 horas, o que “representa uma infâmia e um manejo de requintada exploração”<sup>39</sup>. Para além disso, empregava pessoal adventício (“gancho”) sujeito a piores condições salariais. O pessoal da fábrica do gelo, por seu turno, trabalhava 12 horas. Qualquer reclamação ou suspeita de actividade sindical por parte dos trabalhadores dava lugar a despedimentos sem qualquer aviso. Neste, como noutros casos, a posição do Sindicato dos Metalúrgicos foi a de enviar reclamações ao governo e alertar os sindicatos da zona para o que se estava a passar.

---

<sup>37</sup> A legislação que reconhecia a existência legal às uniões e federações tinha sido revogada. Porém, mantinha-se em vigor a legislação de 1891 que permitia a actividade aos organismos sindicais de base. A partir de 1927, aqueles organismos passaram reunir em algumas associações consideradas seguras relativamente à vigilância policial, em ambiente de semi-clandestinidade. Só a partir de então começam a ser dadas instruções aos militantes sobre as formas de comportamento adequado à clandestinidade.

<sup>38</sup> 11 cartas (cópias) de 19.1.26 a Set.1927 dirigidas a várias empresas e às autoridades denunciando situações irregulares e reivindicando o cumprimento da legislação do trabalho (AHS. 2649, Ms.998).

<sup>39</sup> Em ofício de 13.Set.1927 dirigido à Comissão Administrativa do Sindicato dos Descarregadores de Almada (AHS. 2649, Ms.998). Neste ofício pedia-se que o sindicato fizesse alguma coisa para resolver o problema. Na verdade este não tinha já qualquer capacidade de intervenção.

O problema do desemprego levou o sindicato a enviar exposições ao governo em defesa do “Trabalho Nacional”. Assim, quando o governo se preparava para fazer encomendas de equipamentos e reparações da marinha de guerra ao estrangeiro (4 vapores e o barco escola Sagres), o sindicato envia, em Outubro de 1929, uma carta ao Ministro da Marinha “para que não sejam tomadas medidas lesivas do interesse tanto operário com também – salvo o devido respeito (sic) – da economia nacional”<sup>40</sup>. Em causa estava a defesa da candidatura da Sociedade de Construções e Reparções Navais L.da. (Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa) que tinha reduzido a três, o número de dias de trabalho por semana. Pouco tempo depois, outros sindicatos tomariam posições semelhantes em defesa do “Trabalho Nacional” em petições dirigidas ao governo, no que faziam coro com os industriais, nomeadamente quando reclamavam contra as importações de produtos industriais que já se fabricavam em Portugal<sup>41</sup>.

Apesar deste posicionamento sugerir uma convergência de interesses entre os sindicalistas e alguns sectores do patronato industrial, os problemas emergentes no mundo do trabalho reforçaram o distanciamento entre as empresas e os sindicatos.<sup>42</sup> Tal como sucedia nas firmas mais pequenas, onde a legislação industrial e laboral era frequentemente desconhecida, nas grandes empresas recorria-se sistematicamente ao prolongamento da jornada de trabalho, pagando-se as horas extraordinárias (quando se pagavam!) ao preço da hora normal ou, no melhor dos casos, abaixo do que a lei estipulava<sup>43</sup>. Na capital, a recusa em trabalhar nessas condições ou qualquer sinal exterior de protesto, quando surgia, era recebida com o despedimento imediato<sup>44</sup>. Na província a situação era ainda pior. Em Agosto de 1929, o Sindicato Único das Classes Metalúrgicas de Aljustrel informava que havia um ano que se trabalhava nas oficinas da empresa mineira luso-belga 12 horas por dia, sendo as 4 horas de

---

<sup>40</sup> AHS Ms.1136. Este posicionamento não era novo. Já anteriormente o sindicato aparecia a defender a Parceria dos Vapores Lisbonenses, empresa via sistematicamente anulados os seus concursos a empreitadas do Estado. Em Janeiro de 1926 tinham sido lançados no desemprego temporário 900 homens (V. AHS. 2649, Ms.998. Ofício de 19.Jan.1926 dirigido ao Ministro do Comércio e Comunicações pedindo que estes homens fossem admitidos nos estabelecimentos fabris do Estado até que a situação se normalizasse).

<sup>41</sup> Veja-se no ANTT – Ministério do Interior (Gabinete do Ministro) as caixas relativas à “crise do trabalho” (1930-1932).

<sup>42</sup> Este posicionamento não surgia apenas no contexto da crise dos anos '30. Já em 1925, por exemplo, *A Batalha* defendia publicamente a construção duma ponte sobre o rio Tejo e, na mesma altura, a Federação Metalúrgica defendia o projecto de um industrial português para o arranque da moderna indústria siderúrgica.

<sup>43</sup> O decreto 5516 de 7 de Maio de 1919, pelo seu artigo 12º, estabelecia que o pagamento das horas extraordinárias deveria fazer-se pelo dobro do preço estipulado no salário normal.

<sup>44</sup> Veja-se o ofício dirigido à Sociedade de Construções e Reparções navais pelo Sindicato Único das Classes Metalúrgicas de Lisboa e pela Associação de Classe dos Carpinteiros Navais. A empresa tinha colocado um “edital” com as suas condições de remuneração das horas extraordinárias que ia contra a lei de 1919 ainda em vigor. Três operários que se tinham recusado a trabalhar nessas condições foram despedidos. O sindicato afirmava que “tal facto [constituía], a nosso ver, a abertura dum conflito que a todo o transe desejamos evitar.” O ofício é assinado apenas por 4 sindicalistas que eram membros dos corpos gerentes das 2 associações.

serão pagas ao preço da hora normal, “[h]avendo operários por mais que se [o]brigasse não eram capaz[es] de retirar de lá nem um instante nem talvez a força de armas”<sup>45</sup>. O sindicato era impotente para poder fazer alguma coisa, pois, segundo confessava “este sindicato desde [h]á muito vive com bastante dificuldades porque a maioria dos metalúrgicos abandonou o seu sindicato sem saber qual o motivo que os levou a esse fim”<sup>46</sup>. Era esta a resposta ao apelo que vinha de Lisboa para se reanimar a Federação Mineira. E terminava com o pedido para que o jornal da classe, *O Eco Metalúrgico*, “diga alguma coisa (mas não sitem (sic) o nome do sindicato) para fazer sentir mas muito maduramente pos (sic) que nos encontramos entre as garras das Feras esmagadoras”. Dos 300 metalúrgicos que a empresa mineira empregava, apenas 42 eram sócios. Seis meses mais tarde a situação era ainda pior:

“A classe metalúrgica encontra-se dentro das Minas de Aljustrel desmoralizada por completo e lançando o sindicato ao abandono, apenas se encontrando em número apenas de 26 sócios dentro do sindicato e ainda a maior parte deles é caize (sic) por favor. Se ele ainda se encontra aberto é por estes 3 ou 4 camaradas devido à grande força de vontade que estão prestando todo o seu sacrifício. A não ser isso já teria desaparecido por completo e por essa mesma razão que nós nada podemos mandar vir (isto é, jornais, selos confederais, etc.) porque então não teríamos nem para o petróleo, nem para nos alumiarmos. Não sabemos ainda o certo, é talvez que tenhamos de ligarmos aos camaradas mineiros. Lamentamos bastante termos de dar esta triste notícia. (...) Os camaradas metalúrgicos estão desempenhando a sua missão a trabalharem 12 horas ainda por cima a escorressarem (sic) aqueles que pretendem defender o horário de trabalho, louvando assim a vida a trabalharem muitas vezes mais 4 horas com protexto (sic) de serão. Nós os poucos que lamentamos a triste situação já formos (sic) perante o admenistrador (sic) pedir providências coisa que até hoje ainda nada foi resolvido.”<sup>47</sup>

De todo o lado surgem ao Comité Confederal denúncias sobre atropelos feitos aos trabalhadores que se agravam no início dos anos '30. A luta pela defesa da lei do horário de trabalho (e também porque esta se articulava com o problema do desemprego) tornou-se uma questão central para os sindicalistas<sup>48</sup>. Em Lisboa, a pressão exercida através dos sindicatos

---

<sup>45</sup> AHS, N.61, Ms.1115. O ofício autógrafo do sindicato foi enviado a 6 Agosto de 1929.

<sup>46</sup> AHS, N.61, Ms.1115. Esta resposta ao apelo que vinha de Lisboa para se reanimar a Federação Mineira terminava com o pedido para que o jornal da classe, *O Eco Metalúrgico*, “diga alguma coisa (mas não sitem (sic) o nome do sindicato) para fazer sentir mas muito maduramente pos (sic) que nos encontramos entre as garras das Feras esmagadoras”. V. também a este respeito F. Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo...* 1º vol.

<sup>47</sup> Idem. Ofício do Sindicato Único das Classe Metalúrgica de Aljustrel assinada por Alírio Chaveiro, a 21 Jan. 1930.

<sup>48</sup> Outras questões eram o da segurança no trabalho e o da deficiente protecção dada aos trabalhadores no âmbito da legislação sobre Seguros Sociais devido à actuação das companhias seguradoras.

junto do Governador Civil foi bem sucedida já que este acabou por obrigar algumas empresas a cumprirem a lei. Tratou-se, no entanto, duma vitória temporária, certamente limitada, uma vez que o seu cumprimento continuava a depender da capacidade de actuação local dos sindicatos. Pouco depois o governo colocaria sob a responsabilidade do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Social todos os assuntos relativos às questões de segurança e higiene no trabalho. As questões de ordem pública (e a capacidade para fazer cumprir as leis) continuavam nas mãos dos governadores civis e dos administradores dos concelhos. Na mesma altura, o governo convocava os representantes dos sindicatos para rever o diploma do horário de trabalho e para definir o Estatuto Operário. O convite vinha no momento em que chegavam notícias a Lisboa do brutal tratamento a que estavam a ser sujeitos os sindicalistas do Porto nos cárceres policiais, no rescaldo do movimento de protesto de 30 de Maio de 1932. A posição da CGT foi a de rejeitar qualquer participação em negociações que visassem diminuir ou eliminar “regalias” anteriormente alcançadas. A sua agenda, por defenderem a legislação ainda em vigor e a liberdade sindical, ia frontalmente contra os objectivos do governo<sup>49</sup>.

Pouco tempo depois, o governo mandava recolher os alvarás das associações operárias que gozavam ainda de estatuto legal (ao abrigo da lei de 1891). Nos meses seguintes os militantes confederais, actuando em nome dos sindicatos prejudicados, tentaram, sem sucesso, reaver os seus estatutos pelas vias legais junto do Ministério do Trabalho<sup>50</sup>. A CGT aparecia assim cada vez mais impotente ou inoperante face às solicitações de intervenção junto do Ministério do Trabalho que lhes vinham dos sindicatos de todo o país. A “via legalista” não tinha trazido qualquer melhoria nas condições de vida operárias nem aumentara a margem de manobra dos sindicatos. Face a um movimento sindical de base cada vez mais enfraquecido, a posição dos órgãos superiores da CGT ia no sentido de prestar todo o apoio possível à sua reanimação. No entanto, os primeiros anos da década de 1930 não só agravaram ainda mais as

---

<sup>49</sup> V. AHS. Ms. 1139. Circulares da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa. A circular nº 3 dá conta de que não está interessada na elaboração de um Código de Trabalho proposta pela Intendência Geral da Polícia de Segurança Pública e de que a sua agenda é a da CGT (Comissão Inter-Federal de Defesa dos Trabalhadores). Esta assentava em 4 pontos fundamentais: cumprimento da jornada máxima de 8 horas de trabalho; actualização da lei dos acidentes de trabalho e a defesa das mulheres e menores nos locais de trabalho reclamando-se para as mesmas um salário igual ao dos homens; libertação de todos os presos e deportados por questões sociais; reabertura das sedes sindicais encerradas e devolução dos haveres do jornal da organização operária.

<sup>50</sup> Desde 1929 que o governo tentava encerrar os sindicatos por decreto. Veja-se, por exemplo, a circular da Associação Fraternal de Classe dos Operários Alfaiates de Lisboa, de Fevereiro de 1929 dirigida às direcções ou comissões administrativas das Associações Operárias da capital (AHS 2649 Ms.1030). Por esta circular Manuel Ribeiro convocava todas as associações de classe da cidade para uma reunião para fazer face ao problema colocado pelo decreto 13.607 que obrigava as associações a requerer um alvará ao governo que importava na quantia de 400 escudos. “Esta direcção está convencida de que o Ex.mo Sr. ministro das finanças [do Interior, corrigido], não teve por objectivo acabar com as associações operárias mas a execução do decreto 13.607 obrigará a maioria a dissolverem-se por completa impossibilidade de o cumprirem visto a já notória carência de recursos financeiros de que enfermam a maioria das Associações de Classe.

condições de vida da generalidade dos trabalhadores anteriormente cobertos pelos sindicatos, como fragilizou ainda mais a posição dos próprios sindicatos.

A crise económica de 1930-1932 criou expectativas em alguns militantes sociais de que a massa operária regressasse aos sindicatos. Ao mesmo tempo, a instauração da República em Espanha animou-os, convencendo-os de que era necessário relançar a organizar confederal na esperança de que a Ditadura acabaria por ruir. E durante esse breve período regista-se alguma actividade para reorganizar as estruturas federativas, porém, de um modo geral sem correspondência directa na mobilização dos trabalhadores. Assim, tais ilusões depressa se desfizeram pois percebeu-se que a crise económica que se desenvolvia sob a Ditadura Militar, na medida em que fragilizava ainda mais a posição dos trabalhadores, agravava igualmente a posição dos sindicatos.

Podemos ilustrar a tentativa de reorganização (ou de reanimação) da actividade sindical e das suas estruturas federativas através do processo de constituição da Federação Mineira e Metalúrgica, a qual reagrupou os sindicatos mineiros existentes no país bem como os metalúrgicos da região de Lisboa e do Porto. Os contactos estabelecidos com os sindicatos revelaram que a maior parte deles lutava pela sobrevivência, lutando com falta de meios financeiros bem como de associados que se tinham afastado da vida associativa<sup>51</sup>. O caso de Aljustrel é sintomático de problemas mais gerais. Em Almada, face à repressão exercida pelas autoridades e à debandada de sócios, o sindicato local dos metalúrgicos não tinha condições para poder actuar e os militantes locais não tiveram outro remédio se não juntar-se ao Sindicato Único lisboeta. Em Braga, por exemplo, o sindicato não dava sinais de vida. As delegacias enviadas de Lisboa para o Norte e para o Sul do país tiveram ainda de se defrontar com resistências locais por parte de operários que, descrentes dos “métodos de luta sindicalistas”, tinham aderido às teses comunistas. A Federação, onde se destacou a acção do jovem Emídio Santana, é assim constituída por um número relativamente pequeno de sindicatos, muito embora alguns deles (como o de São Domingos, o de São Pedro da Cova ou o de Valongo) “representassem” um número assinalável de mineiros e metalúrgicos<sup>52</sup>. O trabalho militante de reorganização esteve directamente relacionado com o desenvolvimento de processos de luta locais que, por vezes, resultavam em “vitórias parciais” mas sempre à

---

<sup>51</sup> V. carta de José Inácio Martins do Sindicato Único Metalúrgico do Porto a 12 de Fevereiro de 1930: “Sobre a reorganização da Federação Metalúrgica em Portugal estamos de acordo, mas sabemos perguntar quantos Sindicatos Metalúrgicos existem actualmente em Portugal? Aqui o norte infelizmente está reduzido só ao do Porto, e se no sul suceder a mesma coisa que vida terá a Federação? (...) a sua grande missão (será) fazer despertar para a vida associativa a grande família metalúrgica”.

<sup>52</sup> Sobre esta Federação, os problemas de organização e as greves desencadeadas veja-se as palavras que lhe dedicamos em *Indústria e Conflito no Meio Rural. Os mineiros alentejanos (1858-1938)*, Évora, Cidehus / Colibri, 2001 (3ª parte).

custa da liquidação da actividade sindical e do sacrifício de militantes que pagavam a sua acção com a perseguição, a prisão ou a morte<sup>53</sup>. Na maior parte dos casos, os movimentos grevistas organizados pelos militantes sindicalistas foram decididos pelas assembleias de trabalhadores *contra a vontade* dos militantes ligados organicamente à Federação e à CGT. Tal aconteceu em São Domingos, Valongo e em São Pedro da Cova. Apesar da cronologia da irrupção dos conflitos apontar para o ano de 1932, a tensão no meio laboral vinha já de anos anteriores.

A crise económica agudizou a “crise do trabalho” criando graves situações de desemprego e de subemprego. Nos sectores orientados predominantemente para a exportação como eram o sector mineiro, conserveiro, corticeiro e vitícola, o operariado sofreu bastante com o subemprego. Mas mesmo nos centros têxteis do interior (nomeadamente na Covilhã e em Castanheira de Pêra) verificaram-se concomitantemente reduções salariais, aumento da jornada de trabalho, desemprego, recurso ao emprego predominantemente feminino e de menores, enfim, desrespeito pelo dia de descanso semanal. Em muitas empresas verificaram-se alterações significativas no processo produtivo. Em Setúbal, por exemplo, na indústria de pesca generalizaram-se as traineiras e concluiu-se o processo de introdução das máquinas cravadeiras nas indústrias de conserva.

As tensões e os conflitos abertos nos dois primeiros anos da década de 1930 resultaram sobretudo de correlações de força locais, mais da atitude dos trabalhadores do que da orientação dos militantes sindicalistas. As manifestações ocorridas em Lisboa e no Porto durante o 1º de Maio de 1931, motivadas directamente quer pelo aumento do desemprego e pela degradação das condições de trabalho, quer pela acção de propaganda então desenvolvida, não tiveram consequências políticas de maior alcance. Apesar das reuniões efectuadas nas associações de classe (sempre sob vigilância policial) serem concorridas, a mobilização não deu lugar a qualquer organização tendente a preparar uma greve geral nas duas principais cidades do país. Do mesmo modo, as reacções à iniciativa governamental de impor o desconto dos 2% aos assalariados como medida de combate ao desemprego dependeu sobretudo de decisões locais. Nos casos onde a influência da CGT era maior, fizeram-se petições e romarias colectivas até às autoridades dado que outra acção não seria aconselhável. Em Lisboa, com excepção dos grupos sindicais da Carris e dos Caminhos-de-ferro, não se verificaram protestos visíveis. Esta atitude de “consentimento” deve ser interpretada face ao

---

<sup>53</sup> O caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Braga é exemplar. Quando a Federação entra em contacto com ele, não dá qualquer sinal de vida. Em Abril de 1930 parece haver já alguma actividade. Em Agosto de 1930 uma carta dirigida à Federação refere que os operários estão em luta aberta com os industriais para o cumprimento integral do horário de trabalho, registando-se já algumas vítimas. Um tal José Lopes, fundidor de 23 anos, estava desempregado havia 3 meses por ter defendido o horário de trabalho. No entanto, o sindicato não consegue colocá-lo no norte e pede à Federação que o apoie (AHS ms. 1116).

deplorável estado em que se encontrava a organização sindical. Paralelamente, revelam-se em alguns sindicatos da capital atitudes xenófobas e formas primárias de impor a disciplina “de classe” como a coacção física directa por parte de “meneurs” locais. Para espanto dos velhos sindicalistas, houve conflitos colectivos que irromperam espontaneamente nos locais de trabalho fora e à margem do “seu” sindicato de classe, o qual continuava aberto.

Após as greves e conflitos laborais que se desenrolaram entre 1931 e 1932 sucedeu um período de acalmia. Em meados de 1933 tinha-se tornado claro que estava em marcha a “solução corporativa”. A CGT chama à acção todas as forças em presença no movimento sindical: a Federação das Associações Operárias (FAO), afecta aos socialistas, a Comissão Inter Sindical (CIS), onde pontuavam os comunistas e, finalmente, os Sindicatos Autónomos. Toda a actividade da militância sindical, legitimada pelas decisões das assembleias de trabalhadores nos sindicatos, orientou-se então para a preparação da greve geral revolucionária. O embate revelar-se-ia decisivo para o desfecho do sindicalismo revolucionário.

O movimento do 18 de Janeiro, a sua preparação e os seus desastrados resultados, são bem conhecidos<sup>54</sup>. Salientemos, no entanto, quatro factos que nos parecem essenciais para compreender o seu desfecho: em primeiro lugar, a antecipação decisiva da polícia (mais uma vez!) na fase final da preparação do movimento, quando consegue prender alguns dos actores-chave da organização dias antes da sua eclosão; em segundo lugar, o isolamento da iniciativa operária, pois falharam novamente as ligações com os militares, o que deixou o movimento incapaz de resistir à reacção do Estado, mesmo se as acções previstas fossem bem sucedidas; em terceiro lugar, o facto da pressão exercida pelos comunistas terem empurrado a CGT para uma acção temerária e para a qual não estava preparada<sup>55</sup>; finalmente, a descoordenação das acções revolucionárias e o fracasso de quase todas revelam não só as deficiências técnicas da própria organização como também o isolamento da militância operária face às “massas” trabalhadoras.

#### **4. A cisão comunista ou “o estado caótico que o proletariado atravessa...”**

Apesar dos princípios federalistas e libertários que vertebravam a organização operária, a CGT pretendia ser acima de tudo uma organização “de classe” e, nessa medida, procurava

---

<sup>54</sup> V. a este respeito o minucioso trabalho de investigação realizado por Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar...*

<sup>55</sup> A eclosão do movimento foi por diversas vezes adiado. A tese de Edgar Rodrigues (*A Resistência Anarco-Sindicalista...*) aponta para uma estratégia consciente, por parte dos comunistas, para empurrarem os anarquistas para uma acção que os liquidaria para depois recolherem os despojos. Estas afirmações, contudo, carecem de prova documental. Patriarca refere, e a documentação vista por nós no AHS também o confirma, que muitos sindicatos tinham mudado havia pouco tempo para o campo comunista.



integrar diferentes sensibilidades no meio operário desde que fosse aceite ou seu “apoliticismo”, ou seja, desde que se aceitasse o princípio fundamental de que o sindicalismo não devia subordinar-se a nenhum partido político nem interessar-se pela luta política<sup>56</sup>. A legitimidade da actuação dos seus órgãos superiores assentava no princípio da soberania das assembleias dos operários nas associações filiadas. Os seus membros não se assumiam como dirigentes nem como representantes da “massa” e não passavam assim de delegados das vontades aí expressas. No Conselho Confederal encontrávamos assim até finais dos anos '20 do século XX, anarco-sindicalistas, sindicalistas revolucionários e reformistas. Os socialistas, que até finais da Monarquia tinham liderado as associações de classe, continuavam no interior duma organização em que, na base, as solidariedades de classe tendiam a sobrepor-se às simpatias doutrinárias. Do mesmo modo, o movimento anarquista não se esgotava no sindicalismo e, efectivamente, ao longo dos anos '30 assiste-se por parte dos anarquistas ao investimento na organização “específica”, isto é, na formação e dinamização de grupos especificamente libertários, os quais constituíram a Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP) que, por sua vez, integrava a Federação Anarquista Ibérica (FAI). Neste contexto, a acção dos comunistas e a atracção exercida pelas suas propostas de organização e de acção constituíram a maior ameaça à organização confederal dado que a sua actuação e base de recrutamento era não apenas concorrente como também recaía sobre o meio já politicamente mobilizado pelo sindicalismo.

No mesmo sentido se desenvolveria a acção dos católicos, os quais ingressaram nas associações operárias com o intuito de as tomar por dentro. Neste caso, porém, devido ao escassíssimo número de militantes católicos, a sua acção foi geograficamente circunscrita pois incidiu sobretudo nas zonas da Covilhã, Guarda, Lisboa e Porto. A falta de vontade da Ditadura Militar em contrariar os interesses patronais impediu que os sindicalistas católicos se constituíssem como interlocutores privilegiados dentro da nova ordem para fazer ouvir a voz dos trabalhadores e alcançar algumas “vitórias”<sup>57</sup>. Assim, o número de sindicatos católicos constituídos até à instituição dos Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e dos Pescadores foi bastante diminuto. Do mesmo modo, a audiência do Nacional Sindicalismo junto do operariado foi bastante limitada, apesar dos receios por parte dos anarquistas de que, tal como os comunistas, conseguissem ganhar mais posições, beneficiando do ambiente de repressão e clandestinidade em que viviam as associações. Assim, o problema maior que, no meio operário, os sindicalistas tiveram de defrontar nas sucessivas tentativas de reanimação e

---

<sup>56</sup> Tal posição não impedia, contudo, que os indivíduos associados nos sindicatos pertencessem a organizações políticas, como sucedia com os socialistas.

<sup>57</sup> Sobre os sindicatos católicos neste período veja-se o estudo de Inácia Rezola, *O Sindicalismo Católico...*2004.

reorganização das estruturas da CGT prendeu-se com a actuação comunista. Longe de se tratar dum partido operário radical saído do sindicalismo como uma organização dirigida para o combate político, o PCP penetrava no meio operário exausto por duas décadas de intensa luta social e política com uma retórica radical de ataque directo à actuação e ao prestígio da CGT, a qual era sistematicamente acusada de ser “objectivamente” responsável por todos os males que se tinham abatido sobre os trabalhadores portugueses. A incapacidade, incompetência e incosequência dos “velhos métodos de luta” constituíam temas permanentes duma postura de arrogante superioridade intelectual que exasperavam os anarco-sindicalistas, impotentes porque cada vez mais impedidos de fazer chegar a sua voz às assembleias operárias.

As consequências da cisão comunista, com a atracção de jovens sindicalistas e com a saída de organismos sindicais que aderiram à Internacional Sindical Vermelha, fizeram-se sentir no interior da própria CGT que se debatia já com discórdias, ataques pessoais e má militância. Desafecções, desistências, divergências de natureza pessoal, recriminações entre militantes e até traições constituíam o pano de fundo do estado de desorientação da militância sindical que percorria todos os níveis da organização, levando a mudanças de campo, por vezes temporárias. À medida que falhavam as tentativas de tomar por dentro a direcção dos sindicatos por parte dos comunistas, a luta ideológica, que se mesclava com acusações e ataques pessoais, contribuía para a cristalização da organização operária, desenvolvendo-se atitudes no próprio meio libertário que raiavam o sectarismo e agudizavam divergências internas<sup>58</sup>.

Efectivamente o movimento militar do 28 de Maio trouxera à luz do dia as divergências entre o grupo de Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa, o qual contava com o apoio do Comité Confederal. O conflito que conduziu ao afastamento temporário de intelectuais e jornalistas-escritores como Ferreira de Castro, Jaime Brasil e outros, desembocou numa crise ao mais alto nível no seio da CGT num momento difícil para o sindicalismo<sup>59</sup>. Sousa viria mais tarde a defender as suas posições, exacerbando o papel alegadamente contra-

<sup>58</sup> V. Manuel Henriques Rijo, delegado da Federação Ferroviária junto da CGT, “Relatório dum dos delegados da Federação Ferroviária ao Conselho Confederal”, 18-Set-1926, Lisboa. AHS. 3885 Ms. 785.

<sup>59</sup> De acordo com Manuel Henriques Rijo, a questão Arranha-Sousa criou uma cisão interna. Os delegados da Federação da Construção Civil e da Federação Vinícola abandonam o Conselho Confederal e este autodissolve-se sem ouvir os sindicatos. No dia 7 de Julho de 1926 Manuel Joaquim de Sousa pediu a demissão do cargo de secretário da secção de Uniões e Manuel da Silva Campos do cargo de secretário administrativo da CGT. Rijo refere divergências no seio do Conselho Confederal, com “acusações violentas e baixas”, nestes termos: enquanto uns se diziam sindicalistas revolucionários, outros libertários, outros faziam obra reformista. O desfecho mereceu o seguinte comentário daquele militante: “O Conselho Confederal antes de se dissolver nomeou uma Comissão para substituir o Comité Confederal, director e administrador do jornal (*A Batalha*), porém essa nomeação recaiu em camaradas que tinham tomado parte no conflito, uns e outros já há algum tempo que não iam ao Conselho. Ficou assim terminado o conflito da CGT. Uma Revolução no seio da organização operária que terminou por uma ditadura sem ser a do proletariado...”. AHS. 3885 Ms. 785.

revolucionário que *A Batalha* tinha vindo a desenvolver face à movimentação das forças conservadoras. Segundo ele, o órgão da organização operária tinha-se tornado numa escola de jornalistas profissionais que, apesar da sua dedicação às causas sociais, exerciam um jornalismo radical, a raia o sensacionalismo e a exploração de escândalos (como o caso Angola e Metrópole), descurando o seu papel fundamental como órgão doutrinário e mobilizador dos trabalhadores. No entanto, a sua delegação ao 2º Congresso da AIT que decorreu na Holanda em 1925 foi contestada e ele próprio seria acusado de ser responsável por muitos dos problemas que a organização atravessava<sup>60</sup>. Enquanto uns valorizavam as solidariedades de classe sobre as questões ideológicas, a sua filiação ao anarquismo de Kropotkine permitia-lhe perceber o alcance da ameaça comunista que medrava no meio operário. Assim, embora não seja possível medir até que ponto as clivagens no seio da militância operária contribuíram para o afastamento de muitos militantes, a documentação sobrevivente oferece-nos alguns sinais indicativos das dificuldades sentidas na reanimação dos organismos federativos pelo menos desde 1924<sup>61</sup>.

Como resultado, no início dos anos '30 tornara-se clara a desintegração que a CGT estava a sofrer quando os socialistas começaram a criar a sua própria organização, a Federação das Associações Operárias (FAO) enquanto outros, que se mantiveram à margem deste combate, agruparam-se nos Sindicatos Autónomos. Para a maioria dos militantes operários, a luta ideológica “fratricida” era tanto mais incompreensível quanto as dificuldades vividas impunham a necessidade de concertação<sup>62</sup>. Aos anarco-sindicalistas exasperava não apenas o aparecimento duma força capaz de distribuir propaganda gratuitamente no meio operário (tal como os Católicos e os Nacionais Sindicalistas) quando a CGT lutava com graves dificuldades financeiras, como também a propaganda indirecta exercida pela polícia

---

<sup>60</sup> V. *Relatório do Comité Confederal da CGT ao 2º Congresso da AIT (Holanda, Primavera), 1925*, incompleto. AHS 3911 ms. 39

<sup>61</sup> Veja-se, por exemplo, a documentação da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa depositada no AHS.

<sup>62</sup> Serve de ilustração, a este respeito, a posição assumida pelo Comité Confederal em Janeiro de 1931 quando o alfaiate Carlos Silva propôs “que entre as três tendências que lutam no movimento operário, anarquistas e anarco-sindicalistas, socialistas e os chamados comunistas (partidários da ditadura do Partido Comunista) se faça a frente única.” Foi-lhe explicado por cada um dos presentes “por que o Comité Confederal não podia participar nesse trabalho colectivamente, porquanto este (órgão) não é mais que o mandatário do Conselho Confederal e bem assim dos Congressos Operários que à CGT têm demarcado uma orientação bem definida. Individualmente, cada um dos presentes pormenorizou aquele camarada, os ataques baixos e infamantes, as denúncias constantes e todo um trabalho de persistente ataque e desmembramento de que a CGT tem sido vítima por parte dos comu, digo, bolchevistas, que não hesitam em recorrer à denúncia pública, com risco imediato para a dignidade e segurança colectiva e individual dos militantes que nela militam. Respondeu Carlos Silva que se devia fazer por esquecer essas coisas, reconhecendo, no entanto, que aqueles processos, não sendo dignos, podem ser filhos da paixão partidária e que, portanto, havia necessidade de se fazer um entendimento com todos os indivíduos para acabarem esses ataques que só serviam para dar força à burguesia. Esperava, mesmo assim, que a CGT faria o possível para se alcançar o objectivo a que se propunha, a unificação das forças operárias”. AHS-CGT. Ms.262: Actas do Comité Confederal da CGT de 29-12-1931 a 18-4-1932 assinadas por Germinal de Sousa.

política e pela imprensa nos meios populares (pela ênfase que dava à luta contra o bolchevismo), a denúncia pública da acção dos sindicalistas que facilitava a vida à polícia, enfim, o facto da sua actuação na prática contrastar o radicalismo propagandeado.

### 5. Após o 11 de Janeiro de 1934

A entrada em vigor da lei das corporações em 1934 foi imediatamente percebida como “o mais rude golpe dado à CGT”<sup>63</sup>. Os sindicatos aderentes que não aceitaram submeter-se à estatização foram encerrados, os seus haveres apreendidos e os militantes ficaram sem locais para reunir e entraram numa segunda clandestinidade, mais dura e mais afastada do meio operário. Apesar da CGT manter ainda o prestígio junto da classe trabalhadora, a quase totalidade dos militantes encontrava-se na prisão, no exílio ou tinham sido deportados. Os que ficaram tentavam ainda criar sindicatos clandestinos e, quando o seu número se mostrava insuficiente, agrupavam-se em sindicatos mistos com base local<sup>64</sup>. Assim, alguns sindicatos clandestinos ou grupos sindicais foram ainda criados entre os operários da construção civil, metalúrgicos, mobiliário, gráficos, padeiros, sapateiros, empregados no comércio, conserveiros e corticeiros. Se ainda se mantinham alguns contactos com o Sul do país, com o Norte tinham praticamente cessado. Em Março de 1935 reaparecia *A Batalha* e até Junho de 1937, quando pela terceira vez foi apreendida, publicaram-se vários boletins de classes como o *Eco Metalúrgico*, o *Operário do Mobiliário* e o *Pessoal do Município*<sup>65</sup>. No meio do ambiente de terror e de suspeição que invadira a actividade clandestina, conseguiu-se o requinte de imprimir em grande formato e a duas cores aquele jornal bem como outros números de *O Despertar* (órgão das Juventudes Libertárias), de *O Libertário* e de *Acção Sindical* pois a tipografia era comum à FARP. Neste período tinham-se reconstituído algumas ligações com a província, com as colónias e estrangeiro, havendo organizações regionais no Vale do Sado, no Alentejo Central, no Norte e no Algarve. Mantinham-se organizações locais em Lisboa, Almada, Barreiro, Seixal, Setúbal, Évora e Coimbra e havia relações com pequenos núcleos na Covilhã e nos arredores de Lisboa.

---

<sup>63</sup> “A verdadeira essência desse monstruoso código (o que tinha criado os Sindicatos Nacionais) foi aniquilar todo o movimento Sindical Revolucionário e sujeitá-lo depois a enquadrar-se na maquinaria estatal, e desfeita a organização e resistência dos trabalhadores deixou livre as sevícias do capitalismo.” *Vozes clandestinas de Portugal. Aos trabalhadores e aos revolucionários de todo o Mundo!* – AHS 6052 ms 2529.

<sup>64</sup> De acordo com um relatório de 1937, depois das prisões realizadas antes e na sequência do 18 de Janeiro restava em liberdade apenas 1 membro do Comité Confederal e “2 jovens inexperientes que ajudavam o anterior secretário e nos braços dos quais caíra inopinadamente a vida confederal, guiados pela perseverança dos que estavam no cárcere” (AHS MS.40 AHS. 2669, *Relatório do Comité Confederal da CGT a apresentar no Pleno Confederal*, Setembro de 1934 – Agosto 1937).

<sup>65</sup> *Relatório do Comité Confederal da CGT a apresentar no Pleno Confederal, Setembro de 1934 – Agosto 1937.* AHS MS.40 AHS. 2669.

Entretanto, era perceptível que a organização corporativa tinha alargado a base de apoio ao regime, constituída por “um funcionalismo com um estado-maior ganhando chorudos ordenados pagos pelos consumidores”<sup>66</sup>. Segundo Sérgio de Castro, o regime mantinha-se porque Salazar amedrontava constantemente o exército e as forças democráticas “com o papão bolchevista” e estes temiam que o ansiado regresso à normalidade fosse acompanhada pela revolta popular, ainda mais temida. Embora se pensasse que o tão aspirado (e cada vez mais distante!) regresso à “normalidade” voltasse a relançar a CGT, a organização encontrava-se cada vez mais enfraquecida e incapaz de desencadear qualquer acto de boicote ao apoio que Salazar estava a prestar a Franco, como gesto de solidariedade durante a Revolução Espanhola.

A Revolução em Espanha colocou a CGT perante uma agenda para a qual não estava minimamente preparada: a da revolução imediata e o da unificação anti-fascista. A relutância por parte da CGT em integrar uma “frente anti-fascista” foi encarada seriamente como uma estratégia que conduziria ao reforço papel dos comunistas. Usando argumentos que se fundamentavam nas posições assumidas nos últimos Congressos operários, base da legitimidade da acção dos órgãos confederais, a posição da CGT foi mal recebida e acabou por isolá-la ainda mais no exterior<sup>67</sup>. O ambiente de medo, por sua vez, paralisava a militância que ainda podia resistir, afastando-a das técnicas propaganda e de recrutamento de massas que pareciam constituir a imagem de marca da militância concorrente. O episódio das “bombas dos ministérios” (na noite de 20 de Janeiro de 1937), no qual participaram alguns militantes já desagregados, constitui o acto final mais visível desse ambiente de impotência<sup>68</sup>. Daí a urgência em fazer *alguma coisa* face aos acontecimentos dramáticos que estavam a ocorrer no país vizinho e que, afinal, visava também romper com o terror paralisante que resultava da eficácia da acção policial muito propagandeada. O atentado contra Salazar, a 4 de Setembro daquele ano, inscreve-se nesta lógica em que as acções desencadeadas assentavam em redes de contactos conhecidas, e onde a participação se fez a título individual porque já não havia qualquer possibilidade de acção no quadro orgânico do sindicalismo.

Desde 1934 que a cotização confederal era arbitrária, anormal e insignificante. As maiores verbas vinham de quetes, rifas e donativos. Em 1938 quase todos os grupos sindicais encontravam-se em dissolução. A cotização confederal deixara de poder fazer-se e recolhiam-

---

<sup>66</sup> AHS N.61, 4104 Ms. 1255 – *Relatório do Comité Confederal da CGT* (de Sérgio de Castro), s.d. (1938).

<sup>67</sup> De acordo com este relatório a CNT tinha convidado a CGT para o Congresso de Saragoça mas desta missão pouco tinha resultado “porque a revolução espanhola veio isolar-nos infelizmente”. Nele se deliberara auxiliar a CGT: “abria-se ali uma nova era, embora sempre perturbada pelo desprendimento do espírito espanhol às cousas alheias” (AHS MS.40 AHS. 2669).

<sup>68</sup> Sobre estes acontecimentos veja-se o testemunho de Emídio Santana, *História de um atentado. O atentado a Salazar*, Mem Martins, Publicações Fórum, 1976, pp. 21-35.

se apenas fundos tendo em vista a prossecução de objectivos concretos, nomeadamente, o apoio aos presos sociais. Finalmente, o Comité Confederal deixara de funcionar<sup>69</sup>. A história da resistência libertária nestes anos viveu sobretudo da actuação dos seus agrupamentos específicos e dos exilados em Espanha que se organizaram na FAPE (Federação Anarquista dos Portugueses no Exílio) e que combateram ao lado dos republicanos. No entanto, a participação da CNT no governo republicano e o acto revolucionário final dos anarquistas em Barcelona seria explorado pela propaganda comunista, ao mesmo tempo que abria cisões internas duradouras no seio libertário.

## 5. Conclusão

No início dos anos '30, a CGT encontrava-se já bastante debilitada devido, em larga medida, ao desgaste provocado pela intensa conflitualidade social registada na década anterior e à erosão provocada pela cisão comunista. Foi já numa situação de grande fragilidade e de desorientação interna que a CGT se encontrou perante o movimento do 28 de Maio de 1926, um episódio que se inscreve no ambiente larvar de guerra civil em que Portugal vivia desde finais de 1922 e que perduraria ainda nos dois anos seguintes. Os sucessivos embates contra as forças conservadoras acabaram por revelar a incapacidade da CGT para usar a greve geral como um instrumento revolucionário e de resistência eficiente. Essa incapacidade, afinal, expressava menos a fraqueza teórica do princípio sindicalista, do que o progressivo isolamento da sua militância nos meios operários no contexto da ofensiva patronal e policial. Deste modo, compreende-se a sedução de muitos sindicatos pelas propostas comunistas, bem como o seu efeito desagregador sobre o conjunto do movimento. Por outro lado, o que sabemos da participação da CGT nos movimentos de resistência à Ditadura aponta para um divórcio entre as forças afectas ao ideal duma República democrática, que apelaram mais à iniciativa dos militares para combater a Ditadura, e a agenda da própria da organização confederal. O receio de que “o poder caísse na rua” ou da revolução social impediu os chefes militares republicanos fossem mais longe nas suas iniciativas e apelassem à mobilização armada dos civis. Assim, depois de 1926, a CGT encontrava-se numa posição em que não podia fazer muito mais do que tentar tirar partido das iniciativas dos militares do “revirinho”. Daí também a sua posição de ambiguidade entre a “via legalista” e a acção revolucionária, ou entre os imperativos da acção sindical quotidiana em defesa das poucas “regalias” alcançadas pelas diferentes “classes”, onde as energias se desgastavam em reuniões públicas perigosas,

---

<sup>69</sup> Nota informativa para o Comité Confederal, A. Lima, delegado dos empregados do Comércio, AHS 3863 ms 1503.

em petições, nos corredores dos governos civis e ministérios, e a acção revolucionária protagonizada pelos “comités”.

A análise da documentação hoje depositada no AHS evidencia o esforço de reanimação da vida sindical em três momentos tendo em vista o reforço da CGT como força revolucionária: primeiro, nos meses que se seguem ao 28 de Maio de 1926; depois, entre os finais de 1929 e o ano de 1932 e, finalmente, em 1934. Esse esforço foi seriamente perturbado pela eficácia policial, pela ofensiva patronal apoiada pela acção do Estado e pelas profundas clivagens ideológicas que atravessava a militância social. Na sequência desses esforços, os sucessivos embates contra o novo regime autoritário, em 1927, em 1931-1932 e, finalmente, em 1934, conduziram a um contínuo depauperamento de recursos materiais e humanos, revelando a incapacidade operacional da CGT. O investimento progressivo da militância libertária na sua organização específica ao longo dos anos ‘30 pode ser assim interpretado, simultaneamente, tanto como uma reacção às condições adversas em que ela se exercia como também uma resposta à inoperância estratégica do anarco-sindicalismo como força revolucionária. Nesta perspectiva, o episódio do atentado contra Salazar constituiu uma tentativa desesperada de romper, através da propaganda pelo facto, o isolamento a que o novo regime tinha condenado os anarco-sindicalistas e, afinal, todos os seus opositores.





A propósito de uma efeméride que se aproxima

# O 18 de Janeiro em Silves

*Alfredo Canana (\*)*

*Acerca da organização da greve revolucionária de 18 de Janeiro de 1934, em Silves, e das razões porque se gorou a tomada da cidade pelos trabalhadores, tal como acontecera na Marinha Grande, pouco se sabe. Apenas os que viveram os acontecimentos conservam na memória os factos, enquanto os mais curiosos os conhecem por relatos parciais e até mistificadores saídos na imprensa burguesa da época..*

*Há, no entanto, motivos que merecem notícia mais circunstanciada, de modo a permitir a correcção de certas «verdades» ditas oficiais, sobre o que na realidade se passou em Silves no dia 18 de Janeiro.*

Dois homens, dois operários corticeiros participantes nessa luta, deram-nos o ensejo de concretizar tal objectivo e, mesmo à distância de 46 anos, dar a notícia.

São eles: **Francisco Nicolau**, que na altura foi julgado e condenado à revelia, mas teve a felicidade e a inteligência de poder fugir às masmorras do fascismo e viver em «liberdade» a época do salazarismo; e **Manuel Pessanha**, que cumpriu 12 anos de prisão em Angra do Heroísmo e Tarrafal. Para além da participação activa no dia 18 de Janeiro, algo de comum uniu estes dois homens: ambos conseguiram fugir para a serra. Por lá andar uns dias e refugiar-se em Espanha algum tempo.

«Depois de regressar de Espanha andei de terra em terra, mas nunca permanecendo muito tempo em qualquer delas. A localidade onde estive mais tempo foi Ponte de Sor. Fixei-me alguns anos e constitui família. Depois, morei em Sacavém, Lisboa, Barreiro, Grândola e, por último, definitivamente na Cova da Piedade.

Quanto ao Manuel Pessanha acabou por ser apanhado numa vila do Alentejo, onde se tornou popular e facilmente a polícia o localizou. Foi julgado e enviado, com outros camaradas, para o Tarrafal onde conseguiu sobreviver. Reside, actualmente, em Silves.»

## Comunistas e anarquistas a mesma luta

No movimento do 18 de Janeiro, em Silves, os anarquistas estavam organizados por um lado e os comunistas por outro lado mas, apesar dessa divisão, ambas as partes colaboravam e procediam mesmo à distribuição conjunta de panfletos. Existia um comité de ligação com Lisboa e os dois grupos mantinham os contactos através desse comité, que integrava, entre outros: Domingos Passarinho, Manuel Pessanha e Abatino Luís da Rocha.

«Na noite de 17 de Janeiro reunimo-nos, comunistas e anarquistas, no campo, debaixo das árvores para acertarmos definitivamente os nossos planos de acção. Nessa mesma noite foram cortadas as ligações com o exterior. Como o grupo encarregado dessa tarefa se tivesse esquecido de cortar alguns fios, eu, o Pessanha e outro camarada fomos incumbidos de tal missão.»

Completando as palavras de Chico Nicolau, o Manuel Pessanha recorda:

«Já era dia quando cortámos os últimos fios. Subi a uma alfarrobeira e com um cinto cortei a ligação. Lembro-me como se fosse hoje.»

Isolada a cidade, os trabalhadores puseram o plano em marcha.

A «não chegada» do comboio correio, às 7 horas, à estação de Silves constituía o sinal «verde» para o começo da luta. Era o indicativo de que a revolução estava na rua, em Lisboa, que os ferroviários tinham aderido e que os trabalhadores poderiam tomar a cidade.

E o comboio não chegou. Os operários assaltaram o edifício da Associação de Classe dos Operários Corticeiros, encerrada pelos fascistas e convidaram a população a ocupá-la. Seguidamente dirigiram-se para o quartel da GNR, disposto a tomá-lo de assalto, quando chegou a notícia de que o comboio estava na estação. Tinha chegado com enorme atraso. Mas alguns minutos bastariam para que os trabalhadores concretizassem a ocupação do quartel da GNR, onde os soldados daquela corporação se tinham barricado. Existiam bombas suficientes para os assustar e levá-los a render-se.

Nas palavras de Manuel Pessanha, os ferroviários traíram, naquela época, o movimento operário ao condicionar a sua adesão à greve revolucionária à participação dos homens do «revirinho» (conspiradores que tinham como único objectivo o simples retorno às instituições da democracia burguesa), os quais prometeram um apoio que não chegou a aparecer.

## **O traidor Fernando Boi escapou e denunciou**

Na jornada de luta do 18 de Janeiro houve apenas um traidor em Silves; um único operário que foi trabalhar nesse dia. Chamava-se Fernando Francisco da Silva, mas era mais conhecido por Fernando Boi.

Francisco Nicolau conta-nos como reagiram os trabalhadores em luta quando souberam que esse tráfego, ao serviço do salazarismo, estava na fábrica do Pinheirinho, a trabalhar:

«Fomos todos lá para correr com o tipo, este apercebeu-se e tentou fugir por uma janela, mas depressa foi apanhado. O Manuel Pessanha tentou intimidá-lo, com uma pistola. Houve tiros. O fulano estava armado, tentou disparar, mas a pistola encravou-se. O Pessanha ainda disparou um tiro, mas não lhe acertou, foi então que pularam sobre ele alguns camaradas e lhe demos uma valente sova. Pensámos, ainda, liquidá-lo, mas ou por falta de coragem ou medo das consequências, o tipo safou-se e acabou por denunciar muitos camaradas.»

Passadas algumas dezenas de anos, Manuel Pessanha acha que o tipo deveria ser liquidado:

«Se o tipo morresse ali aos meus pés ninguém tinha visto, era muita a gente que nos rodeava. O gajo tinha ficado ali e não fazia falta a ninguém. Um traidor que leva os camaradas à prisão, não olhando pelos filhos de cada um, é um indivíduo que não tem o direito de viver em sociedade.»

Espalhada a notícia da chegada do comboio, o calor revolucionário arrefeceu um pouco, mas o espírito de luta proletária manteve-se vivo. A GNR ao tomar conhecimento de que a revolução falhara passou logo ao ataque a bater e a prender a torto e a direito. Foram muitos os indivíduos presos, mas apesar disso ninguém retomou o trabalho. Nem com medidas repressivas. Durante 21 dias as fábricas mantiveram-se encerradas por ordem do ditador Salazar e seus lacaios. Só depois da prisão de Vergílio Barroso, devido a denúncia, foi dada ordem aos industriais para reabrirem as portas das fábricas.

Foram 21 dias de luta clandestina, de perseguições, e de sofrimento, sofrimento que para muitos deles se estendeu até às prisões atlânticas de Angra do Heroísmo e do Tarrafal.

Em alternativa ao fracasso do movimento revolucionário, os operários tinham acordado transformar os acontecimentos numa greve para protestar contra o assalto dos sindicatos pelo salazarismo, mostrando assim o seu descontentamento pela fascização das organizações dos trabalhadores.

Isso aconteceu em Silves, durante 21 dias. Primeiro pelo «não dos trabalhadores» em pegar ao trabalho, depois pelo «lock-out» imposto aos industriais pelo governo fascista.

«O Século» aludia na sua edição de 21 de Janeiro que «as autoridades administrativas, em ofício-circular comunicaram aos industriais que, por ordem superior, não lhes era permitido admitir ao trabalho os operários que não compareceram ao serviço no dia da greve revolucionária.»

Como a adesão foi total (excluindo o já citado Fernando Boi), toda a população operária corticeira sofreu os efeitos da paralisação das fábricas durante três semanas.

## **Algumas questões a corrigir em defesa da verdade**

Para os estudiosos ou mesmo os curiosos da história, algumas questões urge corrigir, na defesa da verdade dos factos, sobre o que se passou em Silves.

A primeira «verdade» a corrigir prende-se com a maneira como os acontecimentos surgem na imprensa burguesa da época, nomeadamente «O Século», então dominado pela família Pereira da Rosa, o jornal que mais espaço ocupou sobre o 18 de Janeiro e mais ódio vomitou contra os trabalhadores em luta.

Assim, não nos admiremos encontrar na edição de 19 de Janeiro algumas dessas «verdades» salazarentas que «O Século» noticiou:

«Hoje, de manhã (18 de Janeiro) apareceram nos lugares mais frequentes, alguns grupos de operários corticeiros que tinham abandonado o trabalho.

A GNR estabeleceu, porém, um serviço de patrulhas, nas ruas e locais mais concorridos e a cavalaria e infantaria postaram-se, principalmente, nas embocaduras das ruas, que davam acesso aos respectivos quartéis e dissolveram os ajuntamentos.

Não houve manifestações.

A autoridade administrativa afixou um edital a convidar os proprietários dos estabelecimentos que, com receio de qualquer acontecimento grave, os tinham encerrado, a reabrirem as portas, o que foi, prontamente, feito.

De resto, poucos estabelecimentos tinham as suas portas fechadas. O mesmo edital estabelece que não é permitido o trânsito, nas ruas, depois das 21 horas a não ser em casos especiais.»

A realidade, porém, desmentiu algumas dessas «verdades», como também a do jornal citar que «têm sido feitas prisões de alguns elementos considerados agitadores ou ligados aos extremistas.» Quando se sabia que o número de prisões, somente em Silves, atingia mais de uma centena de trabalhadores, alcunhados pelo «Século» como agitadores e ligados aos extremistas.

A outra «verdade» que me parece oportuno corrigir prende-se com o comportamento dos comunistas de Silves antes e depois dos acontecimentos e tem origem em afirmações de Vergílio Barroso, contidas numa carta que escreveu a José António Machado, incluída no livro «18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes»

Textualmente pode ler-se:

«E se os comunistas não metessem no seu seio alguns tarados não estariam aqui (prisão de Angra do Heroísmo) cinco deles, condenados entre 10 a 12 anos. Afirmo-o com conhecimento de causa.»

Estas palavras escritas em 1934 e vindas a lume em 1976 enxovalham a memória de alguns comunistas já falecidos (entre eles o meu próprio pai) ao mesmo tempo insultam camaradas ainda vivos, que por pudor se recusaram a revelar as razões porque os comunistas de Silves foram presos, nomeadamente António Estrela, um dos cinco da carta.

Mas eu posso revelar, mesmo traindo o compromisso para quem me contou os factos e eles são claros, de quem denunciou os comunistas ou os comprometem, dando pistas às autoridades.

Em 18 de Fevereiro «O Século» dava notícia da prisão de Vergílio Barroso e da apreensão de oito bombas e sete cartuchos de dinamite. Nesse mesmo dia António Estrela é avisado para comparecer no quartel da GNR. Como nada o ligasse ao Barroso foi confiante, mas a surpresa acolheu-o: ficou detido, Vergílio Barroso tinha-o denunciado como possuidor de bombas, como se apurou depois.

Manuel Pessanha tinha pedido a António Estrela para lhe guardar, por pouco tempo, umas bombas na casa do cunhado e inadvertidamente ou opara assegurar que as bombas estavam em lugar seguro comunicou o caso ao Barroso e este não teve relutância em denunciar à Polícia onde estas se encontravam e o nome do camarada comunista que as guardara. Isso valeu a António Estrela 12 anos de prisão. Mas, mesmo sentindo-se traído o então jovem revolucionário de Silves, não quis criar, àquele que o traiu, problemas ainda maiores no seu cativeiro.

Mais se poderia evocar, mas o que aqui fica dito ilustra bem o que se passou em Silves, no dia 18 de Janeiro de 1934. Um acontecimento que a história do movimento operário nem sempre relata com o rigor que ele merece. Fala-se muito da Marinha Grande, mas tem-se esquecido evocar outras localidades, como Barreiro, Almada e Silves, onde o operariado teve igualmente à altura do momento antifascista e alguns melhores filhos da classe operária, sofreram e morreram no Tarrafal, por participação na greve revolucionária.

É tempo de prestar homenagem a todos esses homens que lutaram e deram a vida pela defesa dos seus ideais e de os colocar no lugar exacto que merecem na história.

(1)Edição «Regra do Jogo» - 1978.

(\*)Texto publicado na edição do “Diário de Lisboa” de 6 de Janeiro de 1980, pág. 9)



# O 18 de Janeiro de 1934 em Coimbra

*Irene Pimentel (\*)*

Segundo Fátima Patriarca, não faz sentido referir o 18 de Janeiro exclusivamente na Marinha Grande, como o fizeram ao longo dos anos, tanto a versão oficial do governo como a versão do PCP, ao destacarem quase unicamente o que se passou nessa vila, os vidreiros e a liderança comunista. Ao considerar que se deve «recolocar» o 18 de Janeiro na sua dimensão histórica exacta enquanto «movimento operário insurreccional, que visava a reconquista das liberdades sindicais, a par do derrube do regime do Estado Novo», esta autora mostra que o movimento operário insurreccional também teve expressão noutras localidades para além da Marinha Grande – em particular, em Lisboa, Coimbra, Leiria, Barreiro, Almada, Martingança, Silves, Sines, Vila Boim (Elvas), Algez-Tunes-Funcheira.

Por outro lado, o movimento gerou-se e desenvolveu-se com o concurso das duas principais correntes sindicais – a anarquista e a comunista – e com o envolvimento dos sindicalistas socialistas (Federação das Associações Operárias) e da corrente sindical autónoma (Comité das Organizações Sindicais Autónomas). Além disso, demonstrou que a greve geral se deveria desencadear em paralelo e em simultâneo com uma revolta militar e política «reviralhista» que não chegou a sair à rua, devido à repressão policial que se desencadeou logo em Novembro de 1933.

Faz assim sentido referir, entre outros casos, o que aconteceu em Coimbra, onde rebentaram duas bombas na Central Eléctrica dos Serviços Municipalizados, colocadas por indivíduos ligados à CGT anarquista, englobados no Comité Sindicalista Revolucionário (CSR), na noite de 17 para 18 de Janeiro de 1934. Em Coimbra, o plano envolveria a destruição da linha-férrea do Choupal e a demolição de um posto de transformação de energia eléctrica no Lindoso, em Anadia, através de seis bombas, enviadas para Coimbra e escondidas na carvoaria de Manuel dos Santos.

Para a acção de Anadia, Raul Ferreira Galinha deslocou-se a Coimbra para receber duas bombas de Abílio da Encarnação Pereira, manipulador de massas da Fábrica Triunfo de Coimbra e membro da comissão administrativa do Sindicato dos Operários de Massas e Bolachas, que tinha guardado em sua casa o material explosivo. De regresso àquela vila, Raul Galinha entregara as bombas a Augusto Duarte Reis, mas, ao deslocar-se de novo a Coimbra, no dia 17 de Janeiro, foi preso, denunciado por telefone à PSP dessa cidade pelo administrador do Concelho de Anadia. Este informara a polícia da detenção de um motorista de praça, Edmundo, que disse ter conduzido um indivíduo a uma rua próxima do Palácio de Justiça de Coimbra, onde este tinha recebido dois embrulhos de Abílio da Encarnação Pereira.

Entretanto, duas horas antes da prisão de Raul Galinha, Abílio da Encarnação Pereira tinha ido buscar ao estabelecimento de Manuel dos Santos, em Coimbra, as bombas de rastilho destinadas à sabotagem da Central Eléctrica dessa cidade. Pelas 22 horas desse dia, teria havido uma concentração de grevistas ligados ao CSR no Alto de Santa Clara para distribuição de proclamações de greve e, pela meia-noite, alguns destes, entre os quais se contou o barbeiro Arnaldo Simões Januário que anteriormente tinha ido buscar a Lisboa dez bombas de choque, deslocaram-se a casa de João Gomes Jacinto. Este entregou um revólver a Bernardo Casaleiro Pratas, operário dos Serviços Municipalizados de Coimbra que, juntamente com o carpinteiro José Alexandre e o pedreiro José Ventura Paixão, sabotaram os transformadores de corrente da União Eléctrica Portuguesa, colocando duas bombas com cerca de nove quilos, que rebentaram às 4,30 horas da madrugada de dia 18 de Janeiro, deixando Coimbra às escuras.

A PSP de Coimbra acabaria por deter cerca de 80 pessoas, entre as quais se contaram 18 indivíduos do Comité Sindicalista Revolucionário (CSR), na sua maioria ligados à (CGT) anarquista, por participação directa no movimento de 18 de Janeiro de 1934. Entre os presos, contaram-se todos os participantes já referidos, bem como, de Anadia, Pedro Ferrer Catarino, e de Coimbra, o padeiro Manuel Rodrigues da Cunha Maia, presidente do Sindicato dos Manipuladores de Pão de Coimbra, bem como os militantes da CGT Joaquim Roque, Joaquim, Duarte e Júlio Ferreira, José Libório do Nascimento, Manuel dos Santos, José Fernandes Ferreira, e os sapateiros António Ferreira, Armando Nogueira de Figueiredo e José de Almeida. Em 18 de Dezembro de 1933, tinham entretanto sido detidos Cunha Melo, ligado aos anarquistas, bem como José Augusto Frutuoso e Álvaro Pinto Teixeira, do PCP.

As penas a que seriam sentenciados os principais implicados nos acontecimentos em Coimbra, pelo TMT instalado no forte da Trafaria, sob a presidência do coronel Costa Macedo, assessorado pelo coronel Mouzinho de Albuquerque, seriam pesadíssimas. Condenado a 10 anos, Raul Galinha cumpriria a pena no forte de Angra do Heroísmo, até ser libertado em 1944, embora ficando em residência fixa nessa cidade açoriana, enquanto Abílio da Encarnação Pereira apenas seria solto em Abril de 1949. José Alexandre foi condenado a 18 anos, enquanto Bernardo Pratas e Arnaldo Januário foram sentenciados a 20 anos. Enviado para o Tarrafal, este último morreria nesse campo de concentração em 27 de Março de 1938.

Fonte e bibliografia:

- Arquivo Histórico Militar, proc 441/74, Fernando Araújo Gouveia, volume II, fls. 553-555.
- Fátima Patriarca, Sindicatos contra Salazar, A Revolta do 18 de Janeiro de 1934, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000, pp. 275-303.

Aqui: <http://irenepimentel.blogspot.pt/2010/04/o-18-de-janeiro-de-1934-em-coimbra.html>



# O 18 de Janeiro em Almada

Almada quase parou no dia 18 de Janeiro de 1934, devido à grande aderência dos trabalhadores do concelho à greve revolucionária, organizada pela Confederação Geral do Trabalho e pela Comissão Intersindical, as duas forças sindicais mais importantes na época junto dos trabalhadores.

A greve revolucionária deu-se devido à tentativa fascista de liquidar as Associações de Classe e os Sindicatos Livres, para quebrar a força e a união dos operários.

Almada na época era um concelho razoavelmente industrializado, possuindo uma classe operária bastante esclarecida e aguerrida na defesa dos seus direitos. Os anarco-sindicalistas (CGT) eram a força política dominante junto dos trabalhadores da Margem Sul que operavam nas fábricas de cortiça e nos estaleiros navais.

Na manhã de 18 de Janeiro as fábricas de cortiça “Henry Bucknall”, “Rankins & Sons”, “Armstrong & Cook”, de Almada, tal como a empresa moageira “Aliança”, do Caramujo, e os estaleiros navais na Mutela em Cacilhas, tiveram de encerrar devido à ausência dos seus assalariados. Solidários com o movimento, os motoristas de autocarros e de automóveis de aluguer, interromperam as suas funções das 10.30 às 14 horas. Como se não bastasse, não trabalharem, os operários invadiram as ruas de Cacilhas, Cova da Piedade e Almada, provocando alguma agitação que seria reprimida pelas forças da ordem.

Fracassada a greve revolucionária, a repressão não se fez esperar. Cerca de vinte trabalhadores foram apontados como os grandes causadores da paralisação, sendo presos e conduzidos para Lisboa, sob forte escolta policial.

A maioria dos presos pertenciam aos movimentos anarquistas, afectos à CGT.

Uma das consequências desse movimento, foi a suspensão do semanário “O Almadense”, e a prisão do seu director, Felizardo Artur, o qual seria libertado três semanas depois, do Forte da Trafaria, depois de se provar que não estava envolvido no movimento.

Mas o título “O Almadense” continuou proibido por largos anos.

A grande contribuição dos trabalhadores almadenses nesta jornada de luta operária, ficou registada através do fabrico de engenhos explosivos e sua distribuição um pouco por todo o país. A “Fábrica de Bombas” situava-se na Cova da Piedade, num barracão alugado. Os principais responsáveis da CGT por este sector eram, Manuel Augusto da Costa e Romano Duarte.

As maiores vítimas do movimento foram Manuel Augusto da Costa, natural do concelho do Seixal e os almadenses, Pedro Matos Filipe e Joaquim Montes, condenados a 14 anos de degredo.

Começaram a cumprir as suas penas na Fortaleza de Angra do Heroísmo, mas com o aparecimento do Campo do Tarrafal, a jóia da coroa das forças repressivas, foram transferidos para a malfadada Ilha de Santiago, fazendo parte da primeira leva de prisioneiros que foram estrear o presidio.

Texto extraído do livro "Almada e a Resistência Antifascista", da autoria de Luís Alves Milheiro.

Aqui: <http://largodamemoria.blogspot.pt/2007/01/o-18-de-janeiro-em-almada.html>



# 18 de Janeiro de 1934

## 80 anos da Greve Insurreccional contra o Fascismo

O 18 de Janeiro de 1934 foi a data escolhida pelo movimento operário livre para a greve geral insurreccional destinada a impedir a construção do regime fascista de Salazar. Este movimento foi impulsionado sobretudo por militantes anarquistas e anarco-sindicalistas, organizados na Confederação Geral do Trabalho, e integrado por muitos outros operários de diversas tendências.



Participantes na revolta a caminho da prisão

O objectivo desta revolta foi derrubar o regime de Oliveira Salazar e impedir a fascização da sociedade portuguesa, impedindo a aplicação do Estatuto do Trabalho Nacional, com o qual Salazar pretendia acabar com os sindicatos livres e revolucionários, transformando-os em organismos submissos perfeitamente integrados na organização corporativa do Estado Novo.

A insurreição de 18 de Janeiro de 1934 levou a greves, múltiplas sabotagens e inclusive à famosa tomada da vila da Marinha Grande por operários. A revolta não pôde triunfar, mas significou o último grande acto de resistência do movimento anarco-sindicalista organizado. Um acto de dignidade pago com prisões, torturas e deportações de centenas de militantes.

Conhecer, discutir e comemorar esta data significativa da história das lutas emancipatórias em Portugal é prestar homenagem a todas essas pessoas que arriscaram a vida pela liberdade. Significa também que nos queremos reapropriar da nossa história e memória enquanto movimento libertário, recusando activamente a longa tradição de submissão e "brandos costumes" ensinada nos livros de história e que constitui a memória oficial do Estado.

Conhecer e discutir as lutas do passado significa então também lançar as bases para a teoria e para as práticas de agora, porque a longa noite do fascismo se estendeu muito para além do 25 de Abril de 1974, na cultura e nas instituições portuguesas, inclusive nas "contestatárias", como os sindicatos actuais que continuam a prolongar o modelo corporativo dos sindicatos nacionais.

# A BATALHA



PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERARIA PORTUGUESA

E

ORGAO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO



## A CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO ante a legislação corporativa

Se não existissem razões de ordem economica e social a levar os trabalhadores a repudiar a chamada «Organização Corporativa», bastaria o ataque sistemático da Ditadura à organização operária, apoiada por toda a imprensa reacionaria e defensora de obscuros interesses materiais para se ajuizar, com nitidez o principal objectivo da Legislação-monstro: reduzir a mentalidade da classe proletaria a uma situação de verdadeira dependencia politica, consubstanciada no padrao do capitalismo, e no general, trindade sinistra, causadora de todas as hecatombes que têm ensanguentado a Humanidade!

O Sindicalismo Revolucionario, que luta tenazmente pela Emancipação do Proletariado, continuará agindo por intermedio da sua organização, levando a classe operária ás lutas necessarias contra o ataque que lhe é dirigido.

A CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO continuará, por sua vez, dirigindo essa acção, para que todos os trabalhadores se unam a um unico fim: Um movimento geral de protesto, que terá por objectivo não só o aniquilamento da dita Legislação, como a queda da odiosa e inquisitorial situação que a produziu.

### AO PROLETARIADO

Quem é que defende com maior calor a ditadura?

Os Altos Comandos do Exército

A Igreja

O capitalismo

Os politicos conservadores.

Que quer isto dizer?

Isto quer dizer que, se os trabalhadores não reagirem, a sua escravidão economica e mental estender-se-á por longo tempo ainda.

Proletarios do braço e do cerebro:

Ainda vos restará alguma duvida, ante isto?

Podeis vacilar ante a acção revolucionaria, que a organização operária que quer ser independente e livre- continua a desenvolver?

Organizar metodicamente toda a acção clandestina, é um imperioso dever de todo o militante operário consciente e revolucionario.

### Especulação infame

A chamada «grande imprensa», a imprensa das grandes empresas, dos negocios escuros, a imprensa que encobre toda a especie de patifarias exercida pelo patronato sobre os trabalhadores, a imprensa dos grandes crimes, da depravação, do vicio e de toda a serie de desmoralisações, uniu-se para atacar o proletariado.

Quem comanda essa campanha reles, mantida porque a restante imprensa se encontra amordaçada, impossibilitada, por isso, de lhe dar a resposta condigna, que lhe poria a nu todos os seus crimes, cujas chagas escurvam pús por todos os cantos envenenando a atmosfera?

Quem havia de ser? «O Seculo» das reviravoltas, o jornal que ainda não ha muito tempo marcava uma orientação bem diferente da que hoje desgraçadamente sustenta, por espirito de vingança, ante a divulgação de algumas das encobertas e imundas tranquiernas dos seus directores. «O Seculo» das forças vivas, que vivem á custa do esforço miseravelmente retribuido dos autenticos produtores.

«O Seculo», o arauto das grandes causas nacionais que lhe encham bem os cofres e lhe prodigalitem toda a especie de facilidades, para uma propaganda baixa e repelente contra a organização operária.

O ultimo movimento levado a efeito pelos trabalhadores em Janeiro p.p., serviu a essa imprensa degenerada, de pretexto aos mais rancorosos ataques á organização sindical e seus militantes.

E como tem sido conduzida essa campanha? Divulgando os factos que a originaram, apreciando, honestamente, as causas dessa luta, que continua viva em todos os espiritos conscientes? Estabelecendo premissas sérias, com o fim de esclarecer a verdade, como lhes competia, órgãos de grande informação que dizem ser?

Não, pelo contrario. A doutrina expendida só contém odio, raiva, e pretende atemorizar, com a descrição de fantásticos massacres, os mais amedrontados e suggestivos...

Em Orlão já não há desempregados!

A grande imprensa, na busca de tudo querer deturpar, confundir, ofuscar e inverter, perde-se, por vezes, no seu entusiasmo e toca a publicar verdadeiras falsidades, em holocausto á santa ditadura.

O «Diario de Noticias» de 16 de Março ultimo, dizia, logo na sua 1ª pagina, que já não havia desempregados em Orlão.

Dois dias depois—mas noutra pagina—publicava uma nova notícia onde afirmava que ainda havia em Orlão 2.000 desempregados, muito embora alguns militares já tivessem conseguido colocação!

O proletariado conhece bem, por experiencia propria, o que representam essas colocações e a maneira como elas são pagas: é o proprio proletariado que, pelo chamado Fundo do Desemprego, subsidia esses trabalhos para os desempregados, o que origina, bem vistas as coisas, encontrarem-se todos os trabalhadores numa situação de semi-desemprego!

Contudo, ainda ha 2.000 desempregados em Orlão!

Como vêem uma ninharia... Santa imprensa esta!

continua na 4ª pagina